FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 34.122 DOMINGO, 4 DE SETEMBRO DE 2022 R$ 9,00

ilustríssima ilustrada

Império do golpismo

Os 200 anos do Brasil independente foram marcados por constantes golpes, estados de sítio, disputas entre Poderes e projetos autoritários, tensões agora inflamadas no governo Bolsonaro. Ilustríssima C4

Rei trágico, dom Pedro foi salvador em Portugal e déspota no Brasil C6

30 anos de privatização

Eduardo Knapp/Folhapress

ABERTURA DO MERCADO DE ENERGIA TEM NO CONSUMIDOR RESIDENCIAL ETAPA FINAL

Paraisópolis (zona sul de SP) tinha fornecimento de luz precário até privatização do serviço; setor espera modernização de marco regulatório Mercado A24

Ana Carla Marinato

Há racismo em 'Moby Dick'?

Felipe Neto se viu perturbado por passagens que lhe parecem racistas em "Moby Dick" (1851). A discussão nos desvia do fato de que a obra nos põe sob constante autocrítica. C9

O empresário Abilio Diniz, 85 Bruno Santos/ Folhapress

Governo chama servidores para engrossar atos do 7/9

Presidente usa data para demonstrar apoio; discurso em 2021 teve eco golpista

Ministérios e estatais no Distrito Federal receberam lotes de convites para o desfile militar de 7 de Setembro na Esplanada dos Ministérios. O presidente Jair Bolsonaro (PL) tem chamado apoiadores para atos de rua na data.

Em 2021, com o desfile suspenso devido à pandemia, Bolsonaro usou a celebração da independência para insuflar o golpismo. Agora, ele busca mostrar força na reta final da campanha eleitoral, que culmina em outubro.

A **Folha** questionou o governo sobre o número final de ingressos direcionados, a demanda e a justificativa, mas não teve resposta. Ofício inicial citava 400 por órgão, e cada servidor poderia ter 10 convidados.

Em discurso ontem no Sul, Bolsonaro se referiu ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, como "vagabundo", em razão da ação contra empresários que defenderam um golpe em conversa de WhatsApp. Política A4

Mercado A26

Troca de figurinhas da Copa do Mundo chega a escritórios e ajuda na integração

Plebiscito de nova Carta põe protestos à prova no Chile

Os chilenos que há três anos foram às ruas por reforma econômica e política vão às urnas hoje para dizer se aprovam ou não a Constituição redigida em meio à onda de protestos, para substituir a instituída na ditadura de Augusto Pinochet. Se o "não" vencer, um novo texto deve ser negociado. Mundo A14

PAINEL S.A.

Enlutado, Abilio Diniz afirma que vai se reinventar

ENTREVISTAS COM O EMPRESARIADO

Ainda em luto após a morte do filho João Paulo Diniz, Abilio Diniz afirma que terá que se reinventar e que trabalhará pelo bem do país, cuja economia, diz, não está tão mal. Defende auxílios, mas prefere se manter neutro sobre as eleições. Mercado A18

Eduardo Anizelli/Folhapress

ALOK FAZ BALADA NO ROCK IN RIO

DJ goiano em performance para grande público no palco Mundo no segundo dia de shows; noite de sexta foi marcada por protestos e pela banda britânica Iron Maiden Ilustrada B5

Justiça Eleitoral faz busca e apreensão na casa de Moro

A Justiça Eleitoral cumpriu ontem mandados de busca e apreensão de materiais de campanha na casa do ex-juiz Sergio Moro, candidato da União Brasil ao Senado pelo Paraná. A alegação é a de que os nomes dos suplentes de Moro estão menores do que o exigido pela lei.

O apartamento de Moro foi vistoriado porque é o endereço indicado no registro da sua campanha. O pedido foi feito por PT, PC do B e Partido Verde.

Moro disse que repudia "a tentativa grotesca de me difamar e de intimidar minha família". Política A8

Após segurar preços, varejo deve reajustar produtos A17

Aponte a câmera do celular no código acima e baixe o novo aplicativo da Folha

Pílula antirressaca evita enjoo, não dor de cabeça

Sucesso no Reino Unido, produto começa a ser vendido no Brasil em outubro. Repórter testou com 4 taças de vinho e manteve disposição no outro dia. B2

Mundo do direito se mobiliza contra estágios tóxicos

Provocados por uma tentativa de suicídio em um grande escritório de advocacia de São Paulo, dezenas de relatos de abusos e desrespeito contra estagiários surgiram.

Professores da área criticam uma cultura que romantiza excessos do passado, e bancas reforçam canais para receber denúncias. Mercado A20

Propostas de candidatos para esporte são vagas

Sem ministério próprio, o esporte tampouco recebe atenção nos planos de governo dos presidenciáveis. Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro têm propostas vagas sobre o tema.

As promessas dos demais candidatos incluem medidas para incentivar as artes marciais, recriar o Ministério do Esporte e estatizar a CBF. Esporte B9

ISSN 1414-5723

9 771414 572018 34122

Fábrica de petiscos é interditada após morte de cães

Cotidiano B2

EDITORIAIS A2

Velhas suspeitas

Sobre evasivas de Bolsonaro e Lula na campanha.

Ventos do Sudeste

A respeito das disputas eleitorais em SP, RJ e MG.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Velhas suspeitas

Bolsonaro usa corrupção contra Lula, mas não esclarece compra de imóveis com dinheiro vivo

Transações financeiras duvidosas assombram Jair Bolsonaro (PL) desde a campanha de 2018, quando se detectaram os primeiros sinais de que havia algo esquisito nas contas de Fabrício Queiroz, o ex-policial que virou uma espécie de faz-tudo da sua família.

Sabe-se desde aquela época que o hoje presidente e seus filhos multiplicaram o patrimônio pessoal enquanto avançavam em suas carreiras políticas, adquirindo 13 imóveis somente no Rio de Janeiro, de acordo com levantamentos feitos então pela **Folha**.

Nova apuração divulgada pelo UOL, com 107 negócios realizados por 12 membros da família em São Paulo, Rio e Brasília, sugere que metade das transações foi fechada com dinheiro vivo. O valor atualizado dos pagamentos em espécie alcançaria R$ 26 milhões.

Algumas das aquisições mais vistosas causaram estranheza recentemente, como a compra de uma mansão em Brasília por uma das ex-mulheres de Bolsonaro e de outra por seu filho mais velho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Apesar do acúmulo de evidências embaraçosas, o presidente da República e seus familiares pouco oferecem para desfazer as desconfianças —e agem o tempo todo para atrapalhar os investigadores e evitar esclarecimentos.

Bolsonaro deu de ombros diante das novas revelações, lembrando que não é ilegal comprar imóveis com dinheiro vivo. É verdade, mas ele nunca declarou possuir recursos em espécie, e até outro dia dizia que pagava suas transações com transferências bancárias.

Ao reavivar velhas suspeitas a um mês do primeiro turno das eleições, o levantamento atingiu a credibilidade do mandatário justamente quando ele se empenhava em fazer acusações contra seu maior adversário na corrida eleitoral, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Como se viu no debate presidencial de domingo (28), a estratégia abalou o petista, que titubeou com respostas evasivas ao ser questionado sobre a corrupção na Petrobras e outros escândalos que marcaram sua administração.

As pesquisas de opinião mostram que o interesse dos eleitores pelo assunto é muito menor hoje do que na campanha de 2018, quando Lula estava preso em Curitiba e Bolsonaro prometia moralização.

Ainda assim, é lamentável que os candidatos à frente da disputa presidencial prefiram tergiversar quando se tornam alvo de suspeitas e só lembrem que o problema existe quando atacam o rival.

Seria melhor que oferecessem explicações para o que fizeram e propostas para combater futuros desvios de forma eficaz.

Bolsonaro enfraqueceu os órgãos de controle em seu governo. Lula buscou fortalecê-los como presidente, mas agora prefere a dubiedade em vez de assumir compromissos com a independência dos investigadores. É um mau sinal.

Ventos do Sudeste

Disputas em SP, RJ e MG parecem descoladas da corrida presidencial, segundo o Datafolha

Com as campanhas nas ruas e a propaganda partidária em cena, as pesquisas revelam novos movimentos nas disputas eleitorais. A mais recente sondagem do Datafolha registrou situações dignas de nota nos maiores colégios eleitorais do país, na região Sudeste.

Em Minas, onde não há candidaturas competitivas de esquerda, o governador Romeu Zema (Novo) tem 52% das intenções de voto, ante 22% de seu rival mais próximo, Alexandre Kalil (PSD).

Zema conta com o apoio do presidente Jair Bolsonaro (PL), enquanto Luiz Inácio Lula da Silva (PT) declara simpatias a Kalil.

As intenções de voto no estado, que sugerem possível vitória no primeiro turno, contrastam com os números da corrida presidencial —entre os mineiros, Lula lidera por 47% a 30% a disputa com o atual presidente da República.

No Rio, Claudio Castro (PL), que também é o incumbente, aparece à frente de Marcelo Freixo (PSB), o preferido de Lula. A distância entre os dois —31% a 26%— é numericamente expressiva, mas pode ser considerada como empate técnico, uma vez que a margem de erro é de três pontos percentuais para cima ou para baixo.

Castro, que concentra o voto bolsonarista, era vice na chapa de Wilson Witzel e assumiu o governo em agosto de 2020, após o impeachment do titular. No Rio, Lula tem 42% das intenções, contra 32% de Bolsonaro —Freixo, portanto, está aquém do seu aliado petista.

Em São Paulo, o quadro é mais complexo. O governador Rodrigo Garcia (PSDB), que substituiu João Doria desde abril passado, mostrou algum crescimento na última pesquisa (passou de 11% a 15%), mas, diferentemente de Zema e Castro, não lidera na pesquisa.

É sintomático que até aqui o principal embate em São Paulo se dê entre o ex-prefeito Fernando Haddad (PT), com 35%, e Tarcísio de Freitas (Republicanos), com 21%. Tarcísio conta com firme apoio de Bolsonaro, de quem foi ministro. No Datafolha, demonstrou crescimento em relação à pesquisa anterior, quando estava em 16%.

Lula tem a preferência dos paulistas, mas a vantagem sobre Bolsonaro, agora de 40% a 35%, vem se estreitando. Nada, obviamente, permite vaticínios definitivos, mas no Sudeste as disputas estaduais parecem descoladas da nacional.

Atraso secular

Hélio Schwartsman

A lista de problemas que explicam o fracasso do Brasil é enorme, mas a âncora mais pesada me parece ser a da educação. Sem avanços substanciais aí, tende a zero a chance de o país entrar no clube das nações desenvolvidas.

"O Ponto a que Chegamos", do meu amigo Antônio Gois, mostra por que o Brasil vem dando errado. O livro radiografa a evolução da educação no Brasil. Eu sempre soube que nosso atraso na matéria tinha raízes históricas, mas me impressionou a escala em que isso ocorre.

A Prússia determinou a obrigatoriedade do ensino primário no século 18. França, Inglaterra e EUA não demoraram a imitar os alemães. Por aqui, no papel, até que as coisas não pareciam tão ruins. A primeira Constituição brasileira, de 1824, já definia que a instrução primária seria gratuita e aberta a todos. Se isso fosse verdade, seriam só cem anos de atraso. Mas, no mundo real, a disposição constitucional jamais "pegou". Uma série de mecanismos, que vão da escravidão à repetência, passando pelo subfinanciamento, assegurou que a regra fosse não a educação, mas a exclusão.

Em 1900, a proporção de alunos entre 5 e 14 anos matriculados em escolas primárias no Brasil era de ridículos 10%. Nos EUA, essa cifra atingia 94%. Ficávamos atrás de praticamente todos os nossos vizinhos, incluindo a Bolívia (14%). E, nas décadas seguintes, a situação mudaria muito pouco. Só universalizamos de fato o ensino primário (fundamental) nos anos 1990. Ainda não obtivemos esse êxito no médio.

Repetência, que quase sempre resulta em abandono, e baixo aproveitamento permanecem problemas crônicos. O financiamento hoje é mais adequado e, aos poucos e de forma desigual, algumas redes vinham avançando na qualidade, até a pandemia. O otimista pode até se regozijar, se considerarmos que foi nos últimos 30 anos que as conquistas se concentraram. O problema é que séculos de atraso não vão embora assim tão facilmente.

helio@uol.com.br

Depois do Sete de Setembro

Bruno Boghossian

Apesar de articulações em curso por um armistício em relação às urnas eletrônicas, autoridades envolvidas no planejamento das eleições continuarão encarando Jair Bolsonaro como uma peça "imprevisível" nessa arena. Ministros que atuam em tribunais superiores consideram que, a partir de agora, é preciso neutralizar ameaças à votação mesmo que o presidente mantenha seus ataques.

O comportamento de Bolsonaro no próximo Sete de Setembro é o que menos importa, de acordo com esse raciocínio. Ainda que o presidente se segure a língua no feriado e repita gestos recentes em que repreendeu apoiadores golpistas, é quase impossível que ele desista de contestar a eleição em caso de derrota.

Para a turma dos tribunais, Bolsonaro cultivou desconfianças sobre as urnas por tempo demais para imaginar que seus apoiadores aceitarão tranquilos um resultado negativo. Não é absurdo esperar casos de tumulto a partir do mínimo sinal de que o presidente está insatisfeito com a votação.

É por isso que um dos primeiros movimentos de Alexandre de Moraes à frente do TSE foi uma reunião com comandantes das polícias militares para pedir a repressão de ações radicais no dia da eleição. Depois disso, a corte também proibiu o porte de armas nos locais de votação.

Se o tribunal confiasse num processo de pacificação encabeçado por Bolsonaro, não precisaria ter feito nem uma coisa nem outra.

Nem mesmo a negociação com o Ministério da Defesa em torno do teste de integridade das urnas eletrônicas prevê uma mudança de comportamento de Bolsonaro. A única ideia, neste caso, é vincular os militares a um reconhecimento público da segurança do equipamento.

Esse tipo de plano já deu errado quando o TSE cedeu uma cadeira para as Forças Armadas na fiscalização das urnas. Os militares e Bolsonaro, afinal, estão no mesmo time. Desta vez, os ministros esperam que o gesto seja suficiente para reduzir a coloração verde-oliva de uma contestação do resultado da eleição.

Miró da Muribeca sempre está aqui

Denise Mota

Um vento quente que vira furacão para sacudir o coração dos distraídos sopra do Recife. Atravessa fronteiras, inebria estudantes, acadêmicos, boêmios, trabalhadores que olham a cidade pelas janelas de ônibus abarrotados. A uma só vez personagens e plateia, eles ecoam em pensamento, voz e ação a poesia de Miró da Muribeca (1960-2022), que ganha biografia com lançamento previsto para o primeiro semestre de 2023.

Nascido João Flávio Cordeiro da Silva e que se encantou —para usar a fina expressão de sua terra— há pouco mais de um mês, são de Miró frases que se tornaram aforismos, como "merece um tiro quem inventou a bala", e poemas que dissecam as entranhas brasileiras encharcadas de violência sem desistir da defesa de que, "apesar dos efeitos colaterais, o amor ainda é o melhor remédio".

Seu legado, vida, memórias estão no centro da biografia que será publicada pela Companhia Editora de Pernambuco (Cepe) e que está sendo escrita por Wellington Melo. O trabalho trará "detalhes sobre a formação de um poeta que viveu desde 1985 exclusivamente da poesia e um relato também das suas contradições e das dificuldades de um poeta periférico, negro, que passou por preconceitos de diversos tipos", conta à **Folha** Melo, escritor, editor, amigo e curador da obra do artista.

Os trabalhos completos do autor (tanto quanto possível, já que a oralidade com registros esparsos foi uma de suas marcas) também devem chegar às livrarias no ano que vem, com a inclusão de inéditos.

Em uma entrevista à Folha de Pernambuco no ano passado, Miró comentou com entusiasmo que gostaria que sua biografia se chamasse "Ainda estou aqui".

Enquanto houver dor e injustiça —mas também beleza, irreverência e indignação para desvesti-las à clara luz do dia (e na solidão da noite)—, o poeta estará mais presente do que nunca.

A nova ordem do dia

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "A Sociedade Incivil" e "Pensar Nagô". Escreve aos domingos

São auspiciosos os ventos que sopram da Colômbia, onde o presidente recém-empossado acaba de trocar a velha cúpula militar por outra, qualificada como "violação zero dos direitos humanos e corrupção zero". O objetivo imediato é a "reconciliação das forças de segurança com a sociedade". A perspectiva global é a da circulação de gerações de oficiais num projeto de nova política de segurança.

Entre nós é difícil vislumbrar algo assim, quando ainda se mostra ambíguo o poder armado frente ao espírito anticonstitucional de núcleos extremistas emergentes. Na ausência de declarações factualmente confiáveis, vale a pena recorrer a uma alusão literária, especificamente ao romance "Farda, Fardão, Camisola de Dormir", de Jorge Amado.

Com o pretexto temático de uma eleição acadêmica, o escritor narra a disputa entre o "coronel Agnaldo Sampaio Pereira", representante do nazifascismo estado-novista, e o "general Waldomiro Moreira", de tendências liberais. Nada estranho à vida real que figuras similares aspirem ao fardão das letras. Há casos notórios.

A atualidade romanesca não está apenas na coincidência entre fatos da ditadura de Vargas e a atmosfera protofascista de agora, em que nomes de sórdidos torturadores brilham em discursos oficiais e em que trogloditas empresariais preconizam o fim da República. Atual é principalmente a sugestão implícita no livro e avivada pelos ventos colombianos de que a luta entre duas mentalidades seja o leitmotiv de uma reflexão coletiva sobre a premência de um "aggiornamento" das Forças Armadas.

Disso houve episódios ilustrativos. Até se modernizarem, por influência dos militares franceses (anos 20), essas forças eram a "necrogarantia" do ethos escravista. A Proclamação feita pelo alto foi o passo formal para a apropriação do Estado pelas oligarquias. Combinando a custódia militar com o patrimonialismo, a República já nasceu Velha. E ao longo da Nova nada afetou o DNA intervencionista da organização armada.

Mas sempre houve, como sugere o romance, estados mentais diversos. A diferença, se ativada pelo fortalecimento da sociedade civil, talvez possa mobilizar a compreensão de que o golpismo como solo ideológico do combate a inimigos hoje imaginários (comunismo, bolivarianismo etc.) é o álibi da preservação do status quo histórico, é a doença crônica, mas não autoimune, do militarismo. Sem uma "cura", isto é, sem modernização de mentalidades, o futuro institucional das Forças arrisca-se ao vexame de uma indistinção entre farda e camisola de dormir.

Daí a urgência estratégica de ter na mente que o verdadeiro inimigo dos recalcitrantes, o seu eterno fantasma, é a própria República democrática.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Há um 'historicídio' em curso no Brasil

Objetiva-se falsificar a história ou até expurgá-la

É comum que professores de história ouçam em conversas casuais frases como: "Eu gosto muito de história!", "Os jovens precisam conhecer mais a nossa história!" ou "O brasileiro não tem memória!"... Quem nunca?

Já outros manifestam perplexidade ao lerem por aí que o nazismo era de esquerda ou que a ditadura militar brasileira foi uma "revolução democrática" (!). Eles, os perplexos, ainda lembrarão a importância de saber história "para que os erros não se repitam". A verdade é que certas pessoas odeiam a história e o seu ensino. Fosse diferente, não estaríamos assistindo inertes ao "historicídio", com o perdão do neologismo, que está em curso em São Paulo e no Brasil.

Recentemente esta **Folha** noticiou que "Aulas de história e geografia em SP poderão ter professor sem formação na área" (22/6). Nós, professores, pais e estudantes da rede pública estadual, fomos surpreendidos com essa resolução da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo que propõe resolver a falta de professores, diversas vezes denunciada pela Rede Escola Pública e Universidade (Repu), com mais precarização.

Com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) homologada em 2018 no ensino médio, a história perdeu seu lugar como disciplina escolar no currículo, que ocupava desde a primeira metade do século 19!

A disciplina foi diluída em uma miscelânea "4 em 1" (história, geografia, sociologia e filosofia), que é de tudo um pouco, e de um pouco, nada. Como se todas essas disciplinas não tivessem suas especificidades e um único professor híbrido resolvesse a questão.

Destaque-se que esse agrupamento por área pasteurizou conteúdos e reduziu o número de professores, dando lugar para componentes curriculares alienígenas à cultura escolar, como "empreendedorismo e projeto de vida", que não têm lastro acadêmico, pois não se constituem como cursos de graduação e, portanto, inexistem professores licenciados.

A lei 14.038/2020, que regulamenta a profissão de historiador, informa em seu artigo 4º que uma das atribuições desse profissional é exercer o "magistério da disciplina de história nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio". Uma ilegalidade ronda a escola pública brasileira! Ou simplesmente a letra da lei garante um direito inócuo?

Como se não bastasse, através da resolução 02/2019, o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu uma mudança nos cursos de formação de professores que tem sido amplamente criticada. Essa resolução propõe a diminuição da carga horária dos conteúdos específicos em favor de genéricos, formando professores num praticismo raso. Sua implantação despreza a autonomia universitária, inúmeras experiências curriculares em andamento e projetos de cursos consolidados.

É um desastre cognitivo o que está em curso, um verdadeiro "historicídio" promovido por negacionistas que desejam falsificar a história. Mas também produzido por aqueles que desejam, simplesmente, se livrar dela expurgando-a do seu estudo escolar. Excluir a história do currículo é apagar o passado e ameaçar o futuro. Precarizar a formação docente favorece a deformação e a desinformação. Não sendo revertidas essas medidas, a cidadania ficará privada do mais básico conhecimento de nossas histórias. Será esta a nossa contribuição ao futuro no bicentenário da Independência?

Antonio Simplicio Neto, Departamento de História da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo); **Paulo Eduardo Mello**, Departamento de História da UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa); **Valdei Araujo**, Associação Nacional de História - Brasil e Ufop (Universidade Federal de Ouro Preto); e **Paulo Eduardo Teixeira**, Associação Nacional de História - São Paulo e Unesp (Universidade Estadual Paulista)

Claudia Liz

Os limites eleitorais do déficit público

Gasto irresponsável pode provocar derrota na urna

Benito Salomão
Doutor em economia (Universidade Federal de Uberlândia - UFU), é economista-chefe da Gladius Research

"Jair Bolsonaro está, aparentemente, disposto a comprometer a estabilidade macroeconômica do país para se reeleger."

O trecho acima foi retirado de um artigo meu publicado nesta **Folha** em 5 de outubro de 2021 ("Auxílio Brasil e risco democrático"). Hoje, com o avizinhamento das eleições e a flagrante vantagem da oposição nas pesquisas, o presidente da República move esforços em duas direções para manter-se no cargo: 1 - melar as eleições com as consecutivas calúnias levantadas sobre a Justiça Eleitoral e a urna eletrônica; e 2 - manipular políticas macro, precarizando as condições fiscais do próximo governo com o objetivo de recuperar pontos nas pesquisas. Focarei neste segundo ponto.

A manipulação inadequada de políticas orçamentárias é recorrente no Brasil. As eleições de 2010 e 2014 já haviam sido caracterizadas por essa prática, cujas consequências foram o impeachment de 2016. É evidente que Dilma Rousseff (PT) não via na Câmara dos Deputados um cúmplice na desestruturação macroeconômica do país como hoje vê Bolsonaro. Em outras palavras, a qualidade institucional importa para as consequências do déficit.

O uso orçamentário em períodos próximos às eleições está relacionado com um incentivo das democracias. No clássico livro "Democracy in Deficit: The Legacy Political of Lord Keynes", Buchanan e Wagner argumentam que os eleitores compreendem melhor os benefícios de curto prazo de um déficit e ignoram seus custos de longo prazo. Esse incentivo torna corriqueiro (na ausência de regras) o uso oportunista do orçamento em períodos eleitorais.

Voltando ao pleito de 2022, a despeito da impopularidade, Bolsonaro foi o presidente que mais teve recursos orçamentários disponíveis desde a redemocratização. A PEC do orçamento de guerra, de 2020, permitiu-lhe gastar cerca de R$ 550 bilhões extra-teto. Já entre o final de 2021 e hoje, inúmeras matérias de elevado impacto fiscal foram aprovadas no Parlamento. Destaco três PECs: precatórios, ICMS e kamikaze.

Além das consequências macroeconômicas, há outro problema criado por tais matérias: a "corrida pelo gasto". O candidato e ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já se comprometeu com o auxílio de R$ 600 em seu eventual governo. Gastos criados com fins eleitorais raramente são revistos —mesmo que o governo seja trocado.

Outra questão que intriga é se o dispêndio poderá reeleger Bolsonaro. E a resposta é não! Claro que, em se tratando de eleições, o imponderável pode acontecer. Porém, o déficit público isoladamente não melhora a avaliação de políticos. Evidências científicas corroboram essa hipótese. Por exemplo, Brender e Drazen (2008) mostram em ensaio empírico voltado para uma amostra relevante de democracias que incorrer em déficits reduz a probabilidade de um político ser reeleito. O eleitor pune políticos que causam déficits.

Recentemente, no livro "Austerity: When It Works and When It Doesn't", Alesina, Favero e Giavazzi se debruçaram sobre o tema e mostram que planos de austeridade (corte de gastos, aumento de impostos ou uma combinação de ambos) não prejudicam a reeleição de um governante.

Se a despeito do uso irresponsável dos instrumentos fiscais Bolsonaro não for reeleito, trata-se de um ótimo sinal de amadurecimento democrático do país.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Militância religiosa

"Michelle incentiva jejum de 30 dias promovido por pastores até 'a vitória'" (Mônica Bergamo, 2/9). Michelle não precisa nem pedir jejum. Tem mais de 33 milhões de brasileiros na linha da miséria que estão jejuando praticamente há 4 anos.
Ailton Souza (Cascavel, PR)

*

E alguém acredita nesses falsos pastores?
Marina Gutierrez (Sertãozinho, SP)

*

Dona Michelle, o povo já está de jejum faz tempo. No Brasil, jejum se chama fome.
Adelmo Cavalcanti Lapa Neto (Rio de Janeiro, RJ)

*

Cada vez que eu oro a Deus, aumenta a convicção de que devo trabalhar para ajudar a eleger um político que seja capaz de liderar este país. Ou seja, diferente do atual presidente.
Lucio Moreira (Natal, RN)

Ataque na Argentina

"Multidão vai às ruas de Buenos Aires em defesa de Cristina Kirchner após atentado" (Mundo, 2/7). De corrupção à vítima. A América Latina é um mar de delírios e dramas, com recheio de pobreza.
Paulo Sales (Belo Horizonte, MG)

*

Eita! Os populistas aproveitam o atentado como cortina de fumaça para ocultar a corrupção sistêmica e a gestão desastrosa. Segue a bola de neve ladeira abaixo.
André Silva de Oliveira (Belém, PA)

Eleições 2022

"Datafolha: 56% dizem que política e valores religiosos devem andar juntos" (Política, 2/9). 56% de ignorantes. Para o progresso de um país e de sua população o Estado tem de ser laico. Não existe religião, crença ou credo que se sobreponha a outras. Veja o desastre de Estados onde religião e política se misturam.
Neusa Ferreira Alves (São Paulo, SP)

*

O que parece ser difícil para boa parte dos religiosos entenderem é que para uma religião estar certa as outras todas têm que estar erradas. Se uma religião se torna a oficial, todas as outras serão discriminadas.
Alexandre Swioklo (Brasília, DF)

*

Valores familiares significam a minha família em primeiro lugar. Mesmo que não seja legal e mesmo que prejudique muitas outras famílias. É assim o modo de pensar, não só do clã, como de muitos que responderam à pesquisa, tanto à direita quanto à esquerda.
Daniela Krause (Porto Alegre, RS)

Temas mais comentados pelos leitores no site

De 27.ago a 2.set - Total de comentários: **13.719**

Comentários	Tema	Data
478	Privatizar é bom (Opinião)	27.ago
226	Brasileiro aponta arma para Cristina Kirchner na Argentina e é preso (Mundo)	1º.set
184	PT edita fala de Bonner e compra anúncio no Google para descolar Lula de corrupção (Poder)	30.ago

ASSUNTO PARA VOCÊ, LEITOR DA FOLHA, QUAL É O SIGNIFICADO DA INDEPENDÊNCIA?

No caso seria usar os tributos em benefício único da população brasileira.
Reinaldo Fortunato Ramos (São Bernardo do Campo, SP)

*

Hoje a independência precisa ser atualizada e neste sentido ela significa ficar livre da mentira, ódio e falta de empatia. Ou seja, devolver ao esgoto estes seres que emergiram em 2018, pois encontrou alguém que os representava. Libertas nóis do Bolsonaro!
Luiz Aparecido dos Santos (Hortolândia, SP)

*

Respeito à democracia, à Constituição federal, às leis vigentes e à harmonia dos Poderes.
Marcos Barbosa (Casa Branca, SP)

*

Respondo com duas trovas: Duzentos anos atrás / foi "independência ou morte" / um movimento que faz / o Brasil ter sua sorte. // Um país independente / é festejado neste ano; / porém, tenhamos em mente: / liberdade é o cotidiano.
Adilson Roberto Gonçalves (Campinas, SP)

*

A Independência, para mim, significa o nascimento de um país livre. Para caminhar com as próprias pernas sem a interferência de ninguém.
Tony Nyenhuis (Peruíbe, SP)

*

A conquista da identidade nacional, com muita luta e heroísmo. Desde então, assumimos o compromisso, como povo, de manter a nossa liberdade e integridade territorial.
Matheus de Magalhães Battistoni (Campinas, SP)

*

A independência apenas piorou o Brasil. Talvez melhor se mantido o vínculo com Portugal para se tornar um dia um grande Portugal.
João Carmo Vendramim (Campinas, SP)

*

A Independência de 1822 foi uma ruptura entre elites. Os 18 do forte de 1922 foram uma ruptura entre elites. O que romperá em 2022? Espero que depois de 200 anos possamos romper com as políticas nocivas que separam o povo da governança da nação.
Vagner Roberto da Silva (Arujá, SP)

*

Sem pensar na independência atual, a de 200 anos atrás nada vale. A independência, hoje, é construir um país no qual todas as pessoas se sintam pertencentes, e as estrangeiras, abraçadas. Ter projeto para o Brasil do futuro, livre de interdições ideológicas e ódio político, de um lado ou de outro.
Murillo Magaroti D Oliveira (São Paulo, SP)

*

Deixamos de ser explorados pelos monarcas de Portugal e passamos a ser explorados pelos novos monarcas do Brasil.
Thiago Cury (Uberaba, MG)

*

Condições de construir uma nação com as suas próprias regras.
Maria Tereza Xavier Cordeiro (Curitiba, PR)

*

Hoje? Quase nenhum. Seguimos como um feudo. E ainda exportamos nossa mão de obra qualificada, enquanto negamos crescimento ao nosso próprio país.
Waleska Giordano Liberto (São Paulo, SP)

*

A independência do Brasil se constrói todos os dias, no acordar de madrugada e pegar um ônibus lotado para ir trabalhar, na luta contra o desemprego, o emprego precário, a luta por uma educação libertadora, a luta pela saúde digna, a luta contra um sistema econômico neoliberal que empobrece e humilha o povo. 200 anos de luta ontem, hoje e sempre.
José Davi (Castanhal, PA)

política eleições 2022

PAINEL | **Fábio Zanini**
painel@grupofolha.com.br

Buzinaço

O 7 de Setembro de bolsonaristas na avenida Paulista terá ampla participação de movimentos de caráter antidemocrático. Já reservaram lugares para seus caminhões grupos como QG Rural, que foi investigado por pregar violência armada, e Damas de Aço, abertamente intervencionista. Também solicitaram espaço grupos monarquistas, de defensores do agronegócio e de praças das PMs estaduais, entre outros. No total, serão 13 carros de som, um recorde para eventos do tipo.

COMÍCIO A previsão é que o ato seja recheado de candidatos pedindo votos, mesmo sem a presença de Bolsonaro, que estará no Rio. Concorrendo a deputada estadual, Dra. Cleo de Oliveira (PRTB) terá um caminhão de som só para si.

SORRIA Apesar disso, a ordem no núcleo de redes sociais da campanha de Bolsonaro é estimular um ambiente de festa para o 7 de Setembro. Auxiliares esperam que a data comemorativa seja aproveitada para criar um clima de bem-estar, em contraposição à estratégia petista, de dizer que o brasileiro era mais feliz nas gestões de Lula (PT).

BÔNUS Aliados de Bolsonaro estimam que 5% do eleitorado migrará para o presidente se as pesquisas começarem a mostrar que ele está na liderança. "Como se diz lá no Nordeste, o pessoal não gosta de perder voto. Uns 5% da população tem a tendência de votar em quem vai ganhar", diz o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP).

SUMIDO A campanha do presidente prevê participação discreta do vice, Braga Netto (PL), nas atividades de divulgação na TV, redes sociais e comícios. O militar deve se ater a viagens e reuniões com prefeitos e parlamentares.

RESERVA Braga Netto é visto na campanha como uma figura pouco afeita a holofotes e inexperiente em participações midiáticas. Dessa forma, ele terá um perfil bastante diferente do esperado de Geraldo Alckmin (PSB), cuja função é abrir portas em setores de centro para Lula (PT).

CONFIRMA Presidente do Instituto Voto Legal, contratado pelo PL para auditar o sistema de votação, Carlos Rocha elogia o presidente do TSE, Alexandre de Moraes. Na quarta (31), Moraes recebeu o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, e fez um aceno aos militares, admitindo usar a biometria de eleitores em teste de integridade das urnas.

CURTI O gesto foi visto como uma mudança em relação à atitude do ex-presidente do TSE Edson Fachin. "O ministro Alexandre já mudou o tom. Esse é um fato novo importante, porque dá ao eleitor a possibilidade de participar de maneira mais ativa do processo eleitoral", afirma Rocha.

CHEGA O procurador-geral da República, Augusto Aras, avalia medidas judiciais e administrativas contra as empresas envolvidas na tragédia de Mariana (MG) após o acordo entre as partes chegar a um impasse. O rompimento de uma barragem, em novembro de 2015, deixou 19 mortes e provocou uma catástrofe ambiental.

BASTA Depois de 264 reuniões, os atingidos pelo desastre e as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton não conseguiram chegar a um entendimento sobre os valores, nem sobre o fluxo de pagamentos. Na sexta (2), o governo de Minas Gerais retirou-se da mesa de negociação e anunciou que vai recorrer à Justiça.

FOGO ALTO Queimadas no sul do Pará, uma das áreas mais críticas do desmatamento no país, aumentaram em agosto mais do que na média da Amazônia, segundo o Inpe. Foram 6.242 no mês, alta de 42% com relação a igual período do ano passado, e 5,8 vezes o número de 2018, último ano antes do governo Jair Bolsonaro (PL).

SINAL DE FUMAÇA Os dados se referem às terras indígenas Baú e Menkragnotí e regiões de 100 km no entorno delas. Como comparação, o número de queimadas em toda a Amazônia em agosto subiu 18% em um ano. "A pressão só aumenta e o fogo chega nos limites dos nossos territórios", diz Mydjere Kayapó, vice-presidente do Instituto Kabu, que monitora os dados.

DE OLHO Candidata a deputada federal, Marina Silva (Rede-SP) propõe uma agência estatal para monitorar metas de redução de gases causadores do efeito estufa. O modelo seria a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, criada no ano passado para acompanhar as questões relativas à área.

HOMO... Cerca de 60 pesquisadores, cientistas, ex-reitores e professores disputam a eleição para cargos na Câmara dos Deputados e Assembleias. A ideia é criar uma "bancada do conhecimento".

...SAPIENS "É preciso inserir ciência e tecnologia nas decisões fundamentais em políticas públicas que serão necessárias nos próximos anos", diz Ricardo Galvão, ex-presidente do Inpe e candidato a deputado federal pela Rede-SP.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 827,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
349.464 exemplares (julho de 2022)

Governo faz chamada em ministérios e estatais para engrossar 7 de Setembro

Pastas recebem convites para evento tratado como aposta política; Bolsonaro se refere a Moraes como 'vagabundo' às vésperas de atos

Lucas Marchesini e Ranier Bragon

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro (PL) distribuiu a ministérios e estatais, como a Caixa Econômica Federal, lote de ingressos para que servidores compareçam ao desfile militar de 7 de Setembro na Esplanada dos Ministérios.

Um ofício assinado pelo secretário especial de Comunicação, André de Sousa Costa, foi enviado no dia 22 de agosto para toda a Esplanada. No total, 22 ministérios e órgãos receberam o documento, que disponibilizou uma planilha para que os servidores interessados preenchessem os seus nomes e o de pessoas que quisessem convidar.

"A procura por informações relativas aos convites para o desfile cívico-militar em comemoração aos 200 anos da Independência do Brasil tem sido muito alta, demandando alguns esclarecimentos em relação à disponibilização de vagas para servidores interessados em participar", justifica o texto, que foi replicado internamente pelos ministérios e estatais a seus respectivos servidores.

O desfile de 7 de Setembro deste ano está cercado de expectativas depois de Bolsonaro ter usado a data no ano passado para insuflar atos golpistas. Em meio ao cenário eleitoral, o presidente também tem feito chamamentos para apoiadores irem às ruas em seu apoio no feriado —e fala ainda em dar uma resposta aos manifestos pró-democracia de 11 de agosto.

Após dias evitando ataques mais duros contra ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), neste sábado (3) ele se referiu a Alexandre de Moraes, que também é presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), como "vagabundo".

Em 2021, não houve desfile militar no 7 de Setembro por causa da pandemia da Covid-19, e Bolsonaro impulsionou manifestações em Brasília e em São Paulo.

Em ambos os eventos, o presidente atacou membros do STF e, em São Paulo, chegou a dizer que desobedeceria a decisões da corte. Nos dias seguintes, ele recuou e assinou uma carta articulada pelo ex-presidente Michel Temer (MDB) para tentar distender os ânimos.

"Qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes [ministro do STF] esse presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou", afirmou Bolsonaro na época, na avenida Paulista.

Neste ano, ele e seus aliados também promoverão diversas manifestações a menos de um mês das eleições. Além do evento em Brasília pela manhã, o presidente deverá ir ao Rio de Janeiro à tarde.

No ofício distribuído, a Secom e outros ministérios indicam que as vagas inicialmente disponibilizadas aos servidores e convidados estavam limitadas a 400 por pasta, com possibilidade de ampliação. Os ofícios disparados informaram também que cada servidor poderia convidar até dez pessoas para acompanhar o desfile.

A **Folha** questionou desde a semana passada a Secretaria e vários ministérios, mas não obteve resposta sobre o número final de ingressos direcionados, qual teria sido a demanda, a justificativa e precedentes.

A estrutura do desfile é dividida em três áreas: arquibancadas de acesso restrito e arquibancadas livres. As tribunas são tradicionalmente reservadas para a Presidência da República, Itamaraty, Ministério da Defesa e convidados especiais. É nesse setor que ficará o presidente Bolsonaro.

Jair Bolsonaro fala a apoiadores em Brasília no 7 de Setembro do ano passado Marcos Corrêa - 7.set.2021/ Divulgação Presidência

As arquibancadas de acesso restrito são as mais próximas da tribuna e é nesse setor que serão alocados os servidores e seus convidados.

A Caixa afirmou que recebeu esses convites "como acontece tradicionalmente todos os anos" e que "enviou mensagem interna disponibilizando essas vagas para quem estivesse interessado em assistir ao desfile".

Integrantes de estatais e ministérios em gestões anteriores afirmaram, sob reserva, que não havia distribuição massiva de ingressos para servidores e convidados; e que a arquibancada de acesso restrito era ocupada pelo Ministério da Defesa, pelo Governo do Distrito Federal e por convidados de parlamentares.

Ministros de governos anteriores também disseram que esse tipo de convocação ampla foge do padrão de desfiles anteriores. No passado, servidores interessados conseguiam ingressos, eventualmente, sob demanda específica.

O Banco do Brasil afirmou que recebeu neste ano convite apenas para a presidência da instituição e "que comparecerá ao evento, assim como ocorreu no ano passado".

O último desfile cívico-militar do 7 de Setembro ocorreu em 2019. Nos dois anos seguintes, o evento não foi realizado por causa da pandemia da Covid-19.

Em seu primeiro ano de governo, Bolsonaro quebrou o protocolo: interrompeu a parada militar, chamou o então ministro da Justiça, Sergio Moro, e desfilou abraçado a ele pela Esplanada.

Mais adiante no governo, Moro e Bolsonaro romperam. O ex-juiz e hoje candidato ao Senado pelo Paraná deixou o Ministério da Justiça acusando Bolsonaro de interferência indevida na Polícia Federal.

Além da convocação de servidores, o desfile deste ano deve ter a participação de 28 tratores especialmente convidados pelo Palácio do Planalto.

Eles foram incluídos na programação para representar o agronegócio, setor em que Bolsonaro tem forte apoio.

De acordo com a programação do desfile, serão mais de 5.700 pessoas desfilando a pé, em viaturas ou a cavalo.

São integrantes das Forças Armadas, além de policiais federais e rodoviários federais, bombeiros, veteranos e estudantes de escolas públicas do Distrito Federal, entre outros.

Tradicionalmente não há discurso de autoridades no desfile de 7 de Setembro. Mas, como há a previsão de manifestações em apoio a Bolsonaro na sequência, a expectativa entre aliados é a de que o presidente fale em um carro de som em Brasília antes de viajar ao Rio de Janeiro.

No Rio, Bolsonaro deve participar de um ato com apoiadores em Copacabana. O presidente mobilizou militares para demonstrações com aviões da FAB (Força Aérea Brasileira) e navios da Marinha.

> **Eu posso pegar meia dúzia aqui, bater um papo e falar o que bem entender. Não é porque tem um vagabundo ouvindo atrás da árvore a nossa conversa que vai querer roubar nossa liberdade. Agora, mais vagabundo do que esse que está ouvindo a conversa é quem dá a canetada após ouvir o que ouviu esse vagabundo**
>
> **Jair Bolsonaro** em Novo Hamburgo (RS), ao atacar decisão de Alexandre de Moraes contra grupo de empresários

'Vagabundo', diz presidente ao atacar decisão de Moraes

NOVO HAMBURGO (RS) E RIO DE JANEIRO O presidente Jair Bolsonaro (PL) se referiu ao ministro Alexandre de Moraes, do STF e do TSE, como "vagabundo" durante um discurso em Novo Hamburgo (RS), em razão da ação contra empresários que faziam parte de grupo de WhatsApp em que se defendeu golpe de Estado.

Sem mencionar o nome do ministro, ele classificou dessa forma quem "dá a canetada" após ouvir relato sobre uma conversa escutada "atrás da árvore", referência ao vazamento dos diálogos do grupo de empresários.

"Vimos há pouco empresários tendo sua vida devassada, recebendo visita da Polícia Federal porque estavam privadamente discutindo um assunto que não interessa qual seja", disse ele.

"Eu posso pegar meia dúzia aqui, bater um papo e falar o que bem entender. Não é porque tem um vagabundo ouvindo atrás da árvore a nossa conversa que vai querer roubar nossa liberdade. Agora, mais vagabundo do que esse que está ouvindo a conversa é quem dá a canetada após ouvir o que ouviu esse vagabundo."

Bolsonaro também falou que problemas internos do país são maiores que os externos e falou na existência de "maus brasileiros".

A declaração ocorre dias antes dos atos previstos para o próximo dia 7 de Setembro, que o presidente pretende transformar em demonstração de apoio político à sua candidatura à reeleição. Na mesma data no ano passado, Bolsonaro chamou Moraes de canalha.

Na entrevista que concedeu ao Jornal Nacional no último dia 22, Bolsonaro mentiu ao dizer que nunca havia xingado ministros do STF.

A ala política do Palácio do Planalto vinha tentando esfriar os ânimos do presidente em relação ao ato de Copacabana, onde há previsão de maior carga política.

Diego Nuñez e Italo Nogueira

Lula e Bolsonaro gastam no Google e no YouTube para mitigar arranhões

Campanhas tratam estratégia como 'vacina' e 'defesa'; anúncios são permitidos pela lei eleitoral

Paulo Passos

SÃO PAULO Quatro anos após a eleição marcada pela influência das redes sociais e dos grupos de WhatsApp usados para propagação de fake news, a disputa de 2022 tem registrado investimento massivo das campanhas em plataformas digitais, principalmente para defesa dos candidatos.

Em três semanas de campanha, os políticos apostaram na compra de palavras-chave no Google e de anúncios no YouTube para mitigar arranhões na imagem e se desvencilhar de acusações de adversários.

Respectivamente primeiro e segundo colocados nas pesquisas de intenção de voto para a Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL) foram os que mais investiram nessas ações. O petista gastou mais de R$ 2 milhões em propagandas nas plataformas, e o atual presidente, quase R$ 1 milhão com anúncios segmentados para públicos específicos.

Neles, os candidatos conseguem definir qual o perfil — por região, gênero e idade — que poderá receber o resultado no buscador e visualizar a propaganda do YouTube. No caso do Google, é oferecido o espaço do Google Ads, que aparece acima do primeiro lugar no resultado de busca para uma determinada palavra-chave.

Com isso, equipes dos partidos têm monitorado os assuntos mais buscados e comentados em relação ao seu candidato e aos adversários e tentado responder com anúncios de links ou vídeos. Nas campanhas, a estratégia recebeu apelidos como "vacina" e "defesa".

O movimento para mitigar danos foi adotado pela equipe do presidente da República na última semana, após o debate presidencial, quando ele atacou a jornalista Vera Magalhães e a candidata Simone Tebet (MDB).

Enquanto via um movimento de buscas aumentar com as palavras-chave "machismo" e "ataques" relacionadas ao candidato à reeleição, sua campanha pagou para que dois vídeos aparecessem nas buscas e fossem exibidos na internet.

As peças de propaganda também foram veiculadas no horário eleitoral na televisão aberta.

Num vídeo de 30 segundos, a primeira-dama Michelle Bolsonaro fala sobre a chegada da água no sertão e cita "um presente para a mulher". "Juntas, estamos construindo um Brasil para elas, com elas e por elas", conclui a esposa do presidente.

Outra propaganda mostra cenas de um jogo de futebol em que a bola é uma reprodução da cabeça de Bolsonaro e de ataques e críticas a ele. "Qual o limite de agressões um homem pode suportar?", indaga uma locutora mulher.

Nas duas ações, os bolsonaristas gastaram cerca de R$ 80 mil e alcançaram mais de 10 milhões de visualizações só nos meios digitais, sem contar o público impactado na televisão aberta.

O eleitorado feminino representa um calcanhar de Aquiles na popularidade do presidente. Ele acumula um histórico de ataques a mulheres, declarações misóginas e machistas.

Na pesquisa Datafolha, divulgada na quinta-feira (1º), 35% dos homens diziam votar no candidato à reeleição em resposta espontânea. O índice caía para 24% entre as mulheres.

Os números variam menos entre os eleitores de Lula: 39% do eleitorado masculino declararam voto no petista, contra 41% do feminino.

A rejeição de Bolsonaro é mais discrepante: 55% das mulheres dizem não votar de jeito nenhum no atual presidente, índice que cai para 35% quando se fala do petista.

Nas últimas semanas, Lula teve pelo menos duas ações de reparação de danos orquestradas com compras de palavras-chave no buscador e vídeos na plataforma do Google.

Na primeira, revelada pela **Folha** no dia 29 de agosto, o PT gastou mais de R$ 100 mil em anúncios no YouTube e no Google com defesas do ex-presidente em temas relacionados à corrupção.

Na plataforma de vídeos, a campanha comprou espaço para veicular um trecho da sabatina do Jornal Nacional. A edição mostrava a abertura da entrevista em que William Bonner afirmou que o petista não deve nada à Justiça. Foi cortada a pergunta do apresentador, que citava casos de corrupção. Após solicitação da Globo, a campanha retirou o vídeo do ar.

A equipe do PT também fez anúncios no Google para que o link de um texto da página oficial do ex-presidente aparecesse como primeiro resultado de buscas para termos como "Lula ladrão" e "Lula corrupto", que tiveram picos de procura no dia 26 de agosto, após a entrevista da noite anterior no Jornal Nacional, e domingo (28), quando houve o debate.

Na terça-feira (30), os petistas usaram a ação de defesa na internet para reagir a um ataque que Ciro Gomes (PDT) havia feito um dia antes nas redes sociais.

O terceiro colocado nas pesquisas de intenção de voto postou na sua conta oficial no Twitter uma foto de Lula e escreveu que o petista está "cada dia mais fraco, fisicamente, psicologicamente e teoricamente (sic), para enfrentar a direita sanguinária". Horas depois, ele apagou a postagem.

Seguido ao ataque, houve um aumento nas buscas com perguntas questionando a saúde de Lula. Os petistas, então, pagaram para que uma propaganda destinada ao público na faixa etária de 18 a 54 anos fosse veiculada no YouTube.

No vídeo, aparecem imagens do ex-presidente de short e camisa regata, rindo e fazendo musculação. O áudio é de um discurso em que ele afirma estar "com uma energia de 30 anos e a motivação e o tesão de brigar por esse país".

"Para um país forte, é Lula presidente", conclui uma locutora.

A compra de anúncios no buscador e na plataforma de vídeo do Google é permitida pela legislação eleitoral desde 2017.

"É algo incipiente, relativamente novo no Brasil e com um resultado muito eficiente", afirma Arthur Ituassu, professor de comunicação política da PUC-Rio e pesquisador associado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital.

Ituassu destaca que, nas buscas, o político consegue segmentar o público impactado e ir além da "bolha" que já o acompanha nas redes sociais.

Antes de ser permitida no Brasil, a compra de palavras-chave foi utilizada na política dos Estados Unidos, principalmente a partir das campanhas vencidas pelo ex-presidente Barack Obama em 2008 e em 2012.

Na primeira vitória, o ex-presidente comprou termos relacionados a saúde, educação e outros temas para garantir melhor ranqueamento no Google e atingir um público que não acompanhava o noticiário político e não participava da eleição nos EUA, onde o voto não é obrigatório.

Gasto das campanhas em anúncios no Google

Valor	Candidato
R$ 2 mi	Luiz Inácio Lula da Silva (PT)
R$ 970 mil	Jair Bolsonaro (PL)
R$ 380 mil	Simone Tebet (MDB)
R$ 250 mil	Ciro Gomes (PDT)

Fonte: Google

Para Ciro, 'qualquer imbecil' sabe que rivais são diferentes

Em comício na cidade da Serra (ES), o presidenciável Ciro Gomes (PDT) afirmou neste sábado (3) que "qualquer imbecil sabe que Lula e Bolsonaro são pessoas diferentes", mas que o regime econômico do atual governo e dos mandatos petistas convergem. "Não estamos aqui fazendo concurso de beleza, em que a gente olha para a pessoa. Nós temos que discutir aqui é o modelo, como a política se organiza e como a política organiza a economia. Aí, lamentavelmente, são rigorosamente a mesma proposta", completou. Após receber críticas por uma fala infeliz relacionada à favela durante a semana, Ciro fez um mea-culpa. "Ninguém precisa entender o que é câmbio flutuante, meta de inflação e superávit primário", afirmou. Durante a semana, o pedetista disse a empresários no Rio de Janeiro ser um "serviço pesado" explicar economia para moradores de favelas. "Na verdade é um comício, né? Um comício para gente preparada. Você imagina eu explicar isso na favela? É um serviço pesado", disse. A frase foi replicada nas redes sociais e deu margem a questionamentos sobre Ciro estar ou não ao lado dos pobres. **Mariana Zylberkan**

Lula em visita ao Casarão das Quebradeiras de Coco do Maranhão Reprodução/ Lula no YouTube

Jair Bolsonaro após encontro com mulheres em Novo Hamburgo (RS) Silvio Avila/AFP

Lula critica machismo após derrapar com mulheres

SÃO LUÍS E SÃO PAULO Depois de derrapar em falas sobre mulheres e ser alvo de críticas, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez evento em São Luís neste sábado (3) em que criticou o machismo entre homens que se colocam como progressistas, acenou à figura materna e deu protagonismo a trabalhadoras.

O petista visitou o Casarão das Quebradeiras de Coco do Maranhão, local restaurado que abriga a nova sede do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Ao falar que todas as pessoas têm direito ao mínimo necessário, Lula disse que as mulheres no Brasil ainda "são vítimas de violências seculares, milenares".

"Ainda prevalece muito o machismo no nosso meio. Às vezes o cara é progressista quando está no bar tomando aperitivo, mas quando chega em casa ele é machista", disse.

"Ele não quer ajudar a companheira, ele não compartilha com a companheira nas coisas de casa. Ele acha que determinadas coisas é tarefa de mulher", continuou. "[Acha que] lavar casa é tarefa de mulher, lavar banheiro é tarefa de mulher, lavar louça é tarefa de mulher, cozinhar é tarefa de mulher. E não é."

Na última quinta-feira (1º), Lula foi alvo de críticas após dizer que homens devem "ir para a cozinha ajudar no serviço da mulher", durante viagem a Belém.

"A gente quer que a nossa mulher seja respeitada. A gente quer que o nosso companheiro homem, quando a sua companheira trabalha, ele tenha a dignidade de ir para a cozinha ajudar no serviço da mulher. Porque assim ele vai ser parceiro", afirmou o petista durante comício na capital paraense.

Uma de suas falas em discurso no Anhangabaú em São Paulo no último dia 20 também foi criticada. Ao condenar a violência contra as mulheres, ele disse: "Quer bater em mulher? Vá bater em outro lugar, mas não dentro da sua casa ou no Brasil, porque nós não podemos aceitar mais isso".

Lula voltou a prometer que vai criar o Ministério dos Povos Originários e recriar os ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial e da Pesca.

Ele acenou às mães, mas acabou reproduzindo o ideal da figura materna como exemplar no cuidado pela coletividade e pela família, em tom que por vezes é criticado por colocar sobre elas maior responsabilidade em relação aos cuidados dos filhos.

"Governar um país é como o papel de uma mãe. Não tem nada mais exemplar para governar um país do que o comportamento de uma mãe, porque a mãe é a coisa mais solidária, mais sensível, é a coisa mais humana para cuidar do coletivo e da família", disse.

"Ela pode ter dez filhos, todos se acham mais bonito, mas ela vai dar um chameguinho a mais para aquele que está mais fraco, mais debilitado. E assim é o governo. O governo não existe para agradar banqueiro, empresário, fazendeiro."

Brenda Serra e Renata Galf

Lei Maria da Penha ou pistola?, pergunta Bolsonaro

NOVO HAMBURGO E RIO DE JANEIRO O presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, participou neste sábado (3) de evento de campanha em Novo Hamburgo (RS) exclusivo para mulheres, público no qual enfrenta maior rejeição.

Ao lado da primeira-dama Michelle Bolsonaro, defendeu a flexibilização do porte de armas como uma das ações voltadas para as mulheres.

"Quando precisar trocar um pneu sozinha na rua e vier pessoas na sua direção, prefere ter na bolsa uma Lei Maria da Penha ou uma pistola? E ninguém aqui é contra Maria da Penha. Nosso governo foi o que mais prendeu machões", disse ele, que ouviu em uníssono a resposta: "pistola".

Esse foi um dos raros momentos em que Bolsonaro, num discurso de mais de 40 minutos a um público quase 100% feminino, falou sobre temas relacionados a mulheres.

O eleitorado feminino é um dos que impõem maior dificuldade ao presidente. O comportamento misógino dele voltou à pauta esta semana após uma série de ataques machistas a mulheres.

No domingo (28), no debate de **Folha**, UOL e TVs Bandeirantes e Cultura, ele ofendeu a jornalista Vera Magalhães e a senadora Simone Tebet (MDB), candidata à Presidência. Na quinta-feira (1º), ele disse, em tom de brincadeira, que notícia boa para mulher é "beijinho, rosa, presente, férias".

Na sexta-feira (2), ele voltou ao tema ao dizer que quem provoca deve estar pronto para ser provocado e que há oportunismo quando "se usa da condição biológica como escudo". A declaração no Twitter não cita nenhum caso específico, mas ocorre na esteira de críticas à sua ofensa à apresentadora de TV Gabriela Prioli.

Principal aposta da campanha do presidente para se aproximar do eleitorado feminino, Michelle atacou de forma indireta Tebet. A emedebista propôs ação na Justiça Eleitoral pedindo a retirada do ar de propaganda da primeira-dama na qual participa, segundo a senadora, com um tempo acima do permitido para um não-candidato.

"Quando uma mulher fala que tem que votar em mulher, que pode estar onde ela quiser, que tem que ter liberdade de expressão, mas que daqui a pouco entra na Justiça para calar outra mulher", disse a primeira-dama.

Heloísa Bolsonaro, mulher do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), criticou o movimento feminista em sua fala e defendeu a "submissão".

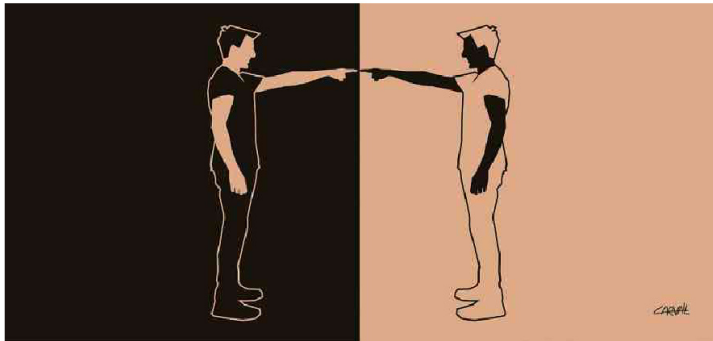
"O movimento feminista penetrou na nossa sociedade, no nosso lar, desvalorizando a família e os valores cristãos, desvalorizando os homens. Precisamos de homens masculinos, com testosterona", afirmou Heloísa.

"Casamento é submissão. E é por isso que escolhi com quem eu me casei. É a submissão que faz meus dias serem tranquilos. Esse entendimento do que é o casamento e o que é a submissão que me faz ter paz", disse. **Diego Nuñez e Italo Nogueira**

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

Sobre falsas equivalências

Ao contrapor Marina e Salles, Folha legitima ministro que fez passar a boiada

José Henrique Mariante

*No domingo (28), esta coluna reclamava da pouca atenção da **Folha** com a pauta ambiental nas eleições, e o site do jornal publicava uma entrevista com Marina Silva, um dos nomes mais reconhecidos do setor no país e no mundo. Antes mesmo que o ombudsman pudesse começar a ponderar a crítica que acabara de publicar, o jornal voltou a justificá-la. Na Home, logo abaixo da chamada para Marina, em espaço e destaque idênticos aos concedidos à ex-ministra de Luiz Inácio Lula da Silva, a **Folha** trazia uma entrevista com Ricardo Salles, o ex-ministro de Jair Bolsonaro.*

Assim posto, dois ex-ministros do Meio Ambiente, candidatos à Câmara, o confronto até parece fazer sentido. O problema, porém, é que Salles não foi um ministro do Meio Ambiente. Pode ter ocupado a pasta, mas foi, acima de tudo, um derrogador do sistema de proteção dos biomas do país, facilitando atividades ilegais, como o garimpo e a derrubada de floresta. Deixou o governo investigado pela Polícia Federal por facilitação de tráfico de madeira ilegal. O resultado da desastrosa gestão é o que se vê no noticiário quase todas as semanas, como nesta última, quando saiu o registro do maior número de queimadas para um agosto desde 2010.

Salles fez o país regredir décadas na política ambiental. Estudo da USP, liderado pelo embaixador Rubens Barbosa, constata a maior corrosão da imagem externa do Brasil desde os anos 1980, quando os militares achavam que a saída eram estradas na Amazônia.

No jornal impresso, a entrevista do não ministro mereceu uma página, espelhada com a de Marina. Na capa, uma chamada dupla não dava conta do principal fato relacionado a Salles no fim de semana, seu bate-boca com André Janones durante o debate presidencial.

*O problema não é o jornal dar espaço ao candidato. A entrevista é incisiva e deixa claro que sua plataforma na Câmara é o afrouxamento da legislação, que enverniza como liberalismo. A questão é deixar Salles com a mesma estatura de Marina, qualificando-o para um debate do qual não participa por princípio. A **Folha** cometeu a clássica falsa equivalência. Comparou o incomparável. Deu legitimidade a Salles como agente da pauta ambiental, enquanto ele não passa de uma voz reacionária e oportunista.*

O jornal não precisava fazer isso com Marina nem com si próprio. Há maneiras mais inteligentes de dar espaço ao contraditório sem que seja preciso deixar a boiada passar.

Google rules

*Não faltaram incongruências na **Folha** nesses dias. Uma extemporânea defesa das privatizações, vista por alguns leitores como partidária, o silêncio sobre cotas raciais, o pouco destaque dado a um dos melhores títulos das eleições até aqui, do UOL: "Metade do patrimônio do clã Bolsonaro foi comprada em dinheiro vivo".*

*No lugar de reportagem, uma das coisas mais lidas na **Folha** foi o anúncio de que haveria uma nova pesquisa Datafolha na quinta-feira (1º). O curto texto liderou a lista de audiência do site por quase dois dias e, na sexta-feira, concorria com o próprio levantamento, publicado na noite anterior. Em O Globo, algo parecido se deu, logo depois que Lauro Jardim publicou nota sobre a próxima pesquisa Ipec, que mostrará seus resultados na segunda-feira (5). Seria bom acreditar na grande expectativa gerada pelos números, mas a explicação está nos mecanismos de busca, que privilegiam o que dá audiência, não necessariamente o que é notícia. O jornalismo está a reboque.*

Autismo

*Luiz Felipe Pondé é um dos colunistas contratados pela **Folha** para dar trabalho ao ombudsman (lembrando que os tempos estão literais, isso é uma piada). Sua ácida crítica social muitas vezes não é tolerada. Foi o caso nesta última semana, quando versou sobre o diagnóstico do autismo como "tendência de estilo hype". Machista, misógino, capacitista, transfóbico, sobraram adjetivos para o filósofo.*

Vários leitores, autistas e ou com filhos autistas, enviaram relatos pessoais ao ombudsman e ao jornal. Um deles, inclusive, foi publicado em Tendências / Debates. Em resposta a essas mensagens, Pondé escreveu que o foco do artigo era "não deixar que o sofrimento se transforme em mero assunto banal". "Quem entendeu meu texto percebeu isso, quem não entendeu pensou que eu estivesse dizendo o contrário."

Seria prático considerar que o artigo do colunista resta compensado pelo desagravo de Vanessa Ziotti. O jornal, no entanto, dentro de sua lógica de ampla liberdade de expressão, abriu espaço para um debate que agora impõe amplo esclarecimento. Da banalização do sofrimento à superação da tese da "mãe geladeira", do ponto do colunista ao de seus críticos, o assunto precisa evoluir do choque de opiniões para uma equilibrada e cuidadosa reportagem.

O ex-juiz Sergio Moro durante ato de campanha em Maringá (PR) @ MovPatriotas no Twitter

Justiça Eleitoral faz busca e apreensão na casa de Moro

Candidato ao Senado nega irregularidade após PT contestar material de campanha

Mônica Bergamo, Karina Matias e Matheus Teixeira

SÃO PAULO E BRASÍLIA A Justiça Eleitoral cumpriu, na manhã deste sábado (3), mandados de busca e apreensão de materiais de campanha na casa do ex-juiz federal Sergio Moro, candidato ao Senado pela União Brasil no Paraná.

A juíza auxiliar Melissa de Azevedo Olivas, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), considerou que diversos materiais da campanha de Moro violam diretrizes formais da legislação eleitoral.

De acordo com a lei, os nomes dos candidatos a suplente de senador devem aparecer, de modo claro e legível, em tamanho não inferior a 30% do nome do titular.

Atendendo a pedido da Federação Brasil da Esperança (PT, PC do B e Partido Verde), a juíza também determinou a remoção de postagens irregulares nas redes sociais e a regularização do material destinado à propaganda na TV.

As duas medidas devem ser realizadas no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária de R$ 5.000.

A assessoria de Moro negou a irregularidade e disse que sua equipe jurídica pedirá a reconsideração da decisão. Nas redes sociais, o candidato e ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro afirmou que não se intimidará.

Na decisão, contudo, a juíza afirma que, no site oficial, no Twitter e no Instagram, Moro nem menciona o nome de seus suplentes, Luis Felipe Cunha e Ricardo Guerra. "Em absoluta inobservância à legislação eleitoral", escreve.

"Quanto às demais redes sociais informadas, é evidente a desconformidade entre o tamanho da fonte do nome do candidato a senador relativamente à dos suplentes", afirma.

A juíza ordenou a remoção de 91 links da campanha e a exclusão de dez vídeos do canal de Moro no YouTube, inclusive alguns com críticas ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"A logomarca do candidato Sergio Moro apresenta a palavra MORO em evidência e em tamanho muito superior a 70% do nome dos suplentes, sendo imperiosa a remoção dos conteúdos que veiculam propaganda irregular", decidiu a magistrada.

A busca e apreensão ocorreu no apartamento de Moro em Curitiba porque esse foi o endereço indicado por ele no registro da candidatura.

Mais tarde, o advogado da Federação Brasil da Esperança, Luiz Eduardo Peccinin, enfatizou esse ponto: "[A medida] apenas foi realizada em sua residência porque o próprio candidato informou o endereço como sede de seu comitê central de campanha".

Isso porque Moro afirmou que a diligência em sua residência tinha sido abusiva.

A Federação Brasil da Esperança também solicitou a suspensão da veiculação da propaganda de Moro na TV, mas a juíza eleitoral negou.

Aliados de Lula ironizaram a situação de Moro.

"A terra plana gira e capota: Justiça determina operação judicial na casa de Moro por campanha eleitoral irregular", escreveu nas redes sociais Guilherme Boulos (PSOL-SP), líder do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e candidato a deputado.

A deputada federal e presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann (PT-PR), também se manifestou. "Que moral essa gente tem? Nunca conseguem cumprir a lei!!!"

O deputado federal André Janones (Avante-MG), que recuou da candidatura à Presidência da República para apoiar Lula e tentar se reeleger no Legislativo, respondeu à publicação em que Moro classifica o mandado como abusivo.

"E eu que achei que tinha aprendido com o senhor que, se a decisão emana de um juiz, ela é sempre legal! Que coisa", publicou.

O ex-governador e ex-senador do PT Jorge Viana (PT-AC), que concorre ao governo do estado novamente, também comentou a operação. "Deu ruim, falso juiz Sergio Moro? Nada como um dia atrás do outro, né não?", escreveu.

A deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP) foi outra que aproveitou a oportunidade para ironizar Moro. "Oi Moro, juiz ladrão, tudo bem por aí em Curitiba?", escreveu.

O senador Humberto Costa (PT-PB), por sua vez, fez um trocadilho e disse que o ex-juiz "desmoronou".

A Justiça Eleitoral também cumpriu mandado de busca e apreensão de materiais de campanha no comitê de Paulo Roberto Martins (PL), candidato ao Senado pelo Paraná que é apoiado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

A decisão também se baseou em pedido da Federação Brasil da Esperança, que usou argumentos parecidos com o caso envolvendo Moro.

No Twitter, Martins provocou: "Achei interessante o fato de o PT não mover a Justiça contra a campanha de Alvaro Dias [Podemos-PR]. Moveu somente contra a mim e Moro. Será que o PT vacilou?".

Assim como Moro e Martins, Dias também é candidato ao Senado no Paraná.

Ex-juiz critica PT e diz que operação em sua casa foi abusiva

OUTRO LADO

O ex-juiz Sergio Moro (União Brasil-PR) afirmou que "não se intimidará" com o mandado de busca e apreensão em sua residência, em Curitiba.

A operação para recolhimento de materiais foi determinada pela Justiça Eleitoral após ação do PT. No Twitter, o ex-magistrado reagiu com críticas ao partido e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, líder da corrida ao Planalto.

"Hoje, o PT mostrou a 'democracia' que pretende instaurar no país, promovendo uma diligência abusiva em minha residência e sensacionalismo na divulgação da matéria. O crime? Imprimir santinhos com letras dos nomes dos suplentes supostamente menores do que o devido", disse.

E prosseguiu: "Nada comparável aos bilhões de reais roubados durante os governos do PT e do Lula. Não me intimidarão, mas repudio a tentativa grotesca de me difamar e de intimidar minha família".

Em vídeo, mais tarde, ele disse que sua filha foi intimidada durante a ação e mirou "advogados do PT". Segundo o ex-juiz, a medida foi tomada "diante do fraco desempenho" de Lula nos debates, por não conseguir responder sobre corrupção em seus governos.

A assessoria de Moro disse que a busca e apreensão se refere apenas à questão formal do tamanho dos nomes dos suplentes. "Todavia, isso não corresponde com a verdade. Os nomes estão de acordo com as regras exigidas, sendo assim, a equipe jurídica pedirá a reconsideração da decisão."

Cofre público não tem dinheiro vivo

Bolsonaro está em campanha diária com os recursos dos nossos impostos

Janio de Freitas
Jornalista

A fragilidade das instituições básicas está reconhecida na longa preocupação com um golpe e, mais recentes, nos atos que se levantam em defesa do Estado democrático.

Tal fragilidade não se efetiva só na intolerância da classe armada à prática da democracia: as próprias instituições constitucionais não funcionam. Ou, se o fazem, funcionam mal quase sempre, até quando pretendem proteger o regime.

É o que se deve observar na atual disputa pela Presidência — uma aberração monstruosa.

Bolsonaro não poderia estar em disputa eleitoral. Sua candidatura é ilegítima. Os delitos quase diários que enfileira não deixaram de ser delitos por se tornarem aceitos, à força da repetição mas, sobretudo, à falta de que as instituições determinadas pela Constituição — Congresso, Judiciário e Procuradoria-Geral da República à frente — cumpram o seu dever.

Ainda assim, quando conclui todo um mandato de liberdade criminal, Bolsonaro está diante de um obstáculo que seu privilégio ridicularizou: a Lei da Ficha Limpa. Vale para numerosos aspirantes à eleição, desde vereador. Para Bolsonaro, a fileira de delitos não faz intervalo nem na reta final da campanha pela reeleição. Quando a ideia de reeleição é em si mesma, no seu caso, delito moral contra o país.

A 30 dias da votação, dois competentes repórteres e o UOL comprovam 51 negócios imobiliários feitos a dinheiro vivo pelos Bolsonaro. A Juliana Dal Piva e Thiago Herdy segue-se um ex-servidor de Bolsonaro, Marcelo Nogueira, com informações sobre o "dinheiro por fora" na compra de uma casa pelo patrão, no Rio. Os valores declarados das compras são todos muito abaixo dos preços de mercado.

A Bolsonaro bastou um deboche: "Qual é o problema de pagar com dinheiro vivo?". Tem razão, aliás. Não é problema, é corrupção. Muito bem indicada na dinheirama que não pôde deixar rastro, como também as pegadas de quem levou o dinheiro vivo até um Bolsonaro.

E o que vem na chamada mídia, por ser Bolsonaro, é conhecido: a notícia cuidadosa passa à discrição, e logo surge algo para mudar a conversa. Se faltar, como diz Bolsonaro, não há problema. O PIB completado em junho, por exemplo, é saudado em setembro com o verbo no presente: cresce, recupera, retoma.

As compras a dinheiro já estão atribuídas à ex-mulher, ao ex-cunhado, irmão, mãe falecida. A atribuição é até novidade, porque o apoio ao garimpo ilegal, à apropriação de terras públicas e de indígenas, a relação com milicianos, cloroquina e mortes, as rachadinhas, o desmatamento e o contrabando de madeira, chegando a tramoias legislativas para mineração com aparência legal na Amazônia, tudo isso que produz muito dinheiro vivo nem precisou dos tais laranjas. Foi feito, e pronto.

A par dos seus interesses pessoais e familiares, Bolsonaro se empenhou em uma tarefa sem precedentes: desmontar o sistema de administração pública. "Menos R$ 1 bilhão para educação básica em 2023" e "Governo corta 42% da Saúde na proposta de Orçamento 2023" são títulos do Globo e da Folha *na mesma sexta-feira (2).*

Não é preciso dizer mais sobre a recusa às obrigações sociais do governo, um crime que se junta às monstruosidades durante a pandemia. Todo o dispositivo de vigilância patrimonial, a estrutura universitária, a proteção a direitos, conservação ambiental, inovação industrial, redução das várias desigualdades, enfim, toda a engrenagem que move o país foi quebrada. Sem custo algum para Bolsonaro.

Do Congresso recebeu proteção e apoios. No Judiciário, os ímpetos de um e de outro não atenuam a passividade da maioria que duvidosa conveniência de não "desestabilizar" o país. Sem se indagar que estabilidade seria essa, de um país em devastação geral, nas mãos de um governo delituoso, deliberadamente delituoso.

O complemento é perfeito. Bolsonaro está em campanha diária, por todo o país, com os recursos dos cofres públicos. A cada dia um "evento oficial" dispensa de gasto. Nossos impostos custeiam o que a maioria não quer. E a essa igualdade de condições estamos forçados a chamar de eleição democrática.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | **SEG. Celso R. de Barros** | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Apoiadores de Lula protestam contra condenações dele em frente ao Supremo Tribunal Federal, em 2021 Pedro Ladeira - 14.abr.2021/Folhapress

Discurso de Lula cambaleia ao tratar de corrupção em cada tempo político

Falas do ex-presidente sobre mensalão e petrolão oscilaram ao longo dos anos com tons diversos

Felipe Bächtold

SÃO PAULO Os discursos e justificativas do ex-presidente Lula (PT) acerca dos dois principais escândalos dos governos petistas, o mensalão e o petrolão, se ajustaram ao longo dos anos e tiveram tons diversos de acordo com o momento político vivido.

Houve uma oscilação do petista entre uma negativa mais explícita de que tenha havido desvios em seus governos até um tom moderado de admitir problemas, sempre com a ressalva de que não sabia dos ilícitos que ocorriam.

No caso do mensalão, chegou a haver um pedido público de desculpas no auge da crise, em agosto de 2005.

Em entrevista ao Jornal Nacional marcada por acenos ao eleitorado de centro, o ex-presidente foi questionado sobre os dois temas. Sobre o mais recente, disse que não há como negar que tenha havido corrupção se os envolvidos no esquema confessaram.

Em relação ao caso nos anos 2000, desconversou e rebateu com uma comparação dos valores envolvidos com as emendas de relator do Orçamento pagas pelo governo de Jair Bolsonaro (PL).

São novas abordagens para duas vidraças que afetam as candidaturas petistas há várias eleições presidenciais.

O mensalão foi um esquema ilegal de financiamento político voltado a corromper parlamentares e garantir apoio ao PT no primeiro mandato do então presidente. Foi revelado em 2005 pelo então deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) em entrevista à **Folha**.

Naquela época, Lula, primeiramente, insinuou em uma entrevista em Paris que o caixa dois eleitoral era disseminado entre partidos no país. "O que o PT fez, do ponto de vista eleitoral, é o que é feito no Brasil sistematicamente."

Semanas depois, fez um pronunciamento se dizendo indignado com as "revelações que chocam o país". "Eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento."

Com sua reeleição ameaçada pelo caso, adotou um discurso de que o PT havia errado.

Com o passar dos anos, mudou o tom. Em 2010, ainda como presidente, classificou a crise política vivida como uma "tentativa de golpe".

O Supremo concluiu o julgamento do mensalão em 2013, condenando 25 pessoas, incluindo o ex-ministro José Dirceu, coordenador da vitoriosa campanha de 2002.

Após deixar o cargo, com as condenações de correligionários confirmadas no STF, Lula passou a dizer que foi julgado nas urnas, com a vitória de Dilma Rousseff na eleição de 2010.

Em 2018, em entrevista publicada no livro "A Verdade Vencerá", foi além: "Na verdade, nunca acreditei na história do mensalão. Essa foi a grande descoberta do século 21: de como a mídia poderia ser utilizada para criminalizar as pessoas antes da Justiça. A mídia tomou a decisão de, ao invés de esperar a Justiça criminalizar, transformar alguns líderes do PT em bandidos".

No caso das descobertas da Lava Jato, Lula e seus apoiadores ganharam mais fôlego para contestar a operação em 2021, quando o STF (Supremo Tribunal Federal) anulou sentenças e declarou que o ex-juiz Sergio Moro agiu de modo parcial contra o ex-presidente.

Para além das acusações contra ele, de que empreiteiras reformaram um sítio e um tríplex, a tese de autoridades da Operação Lava Jato, repetida em documentos judiciais até hoje, inclusive do Supremo, é a de que existia um cartel de construtoras na Petrobras no qual havia o pagamento de propina, sendo parte destinada aos partidos aos quais os então diretores da estatal eram ligados — PT, PP e MDB.

No fim de 2021, a companhia afirmou que o total recuperado em virtude de acordos de colaboração, leniência e repatriações da Lava Jato era de R$ 6,17 bilhões.

Em depoimentos prestados na operação, Lula afirmava que o presidente da República não tinha contato direto com os executivos de segundo escalão. Disse que, se tivesse conhecimento de pagamento de propina, os agentes da Petrobras e do PT teriam sido presos bem antes.

"Nenhum presidente da República se mete com obras específicas da Petrobras", disse ele, em depoimento em 2018, quando estava preso.

Lula ficou preso por 580 dias, entre 2018 e 2019, em decorrência de condenação expedida pelo ex-juiz Moro no caso tríplex. Foi solto quando o Supremo passou a barrar a prisão de réus condenados em segunda instância e pôde aguardar a análise de recursos em liberdade.

Em março de 2021, teve sentenças anuladas. Antes disso, a revelação de diálogos de autoridades no aplicativo Telegram, pelo site The Intercept Brasil e outros veículos, como a **Folha**, acirrou mais o discurso de Lula e de petistas contra a Lava Jato. As conversas mostraram, entre pontos, colaboração entre o então juiz Moro e os procuradores responsáveis pelas acusações.

Lula e seus advogados passaram a questionar com frequência a relação entre os investigadores da Lava Jato com o Departamento de Justiça do governo dos Estados Unidos.

"Cada dia surgem mais provas da interferência americana por interesses no petróleo brasileiro", dizia vídeo divulgado em 2020 pelo ex-presidente em redes sociais.

Em viagem ao México neste ano, Lula afirmou que a descoberta do pré-sal, em seu governo, esteve por trás do impeachment de Dilma, em 2016, e da cassação de sua candidatura à Presidência em 2018.

Em 2021, o PT lançou um livro chamado "Memorial da Verdade", acerca da Lava Jato, composto por uma espécie de manual de campanha para a militância.

A peça afirmava que não houve corrupção sistêmica na Petrobras, nem superfaturamento em contratos, contrariando o que afirmam o TCU (Tribunal de Contas da União) e a própria estatal.

Em coletiva em Brasília, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, disse que "não houve desvio da Petrobras".

Sobre os ex-diretores que tiveram bloqueadas contas no exterior usadas para receber propina, afirmou: "Quem praticou ilícitos e se autoincriminou que responda seus processos".

"É muito engraçado dizer que na nossa época a Petrobras era um antro de corrupção. Mas, na nossa época, a gasolina era barata", afirmou a deputada federal na ocasião.

Era um tom distinto também do adotado pelo então presidenciável petista de 2018, Fernando Haddad, que havia assumido a candidatura com a cassação do registro de Lula na Justiça Eleitoral.

Com o PT sob pressão nas pesquisas na campanha, Haddad chegou a ensaiar um discurso reconhecendo problemas. Disse que faltou controle na Petrobras e que Moro tinha feito "um bom trabalho", ainda que tivesse errado na condenação de Lula.

Aliados de Lula afirmam que hoje, após vitórias na Justiça, ele se sente mais confortável para falar sobre o caso.

Durante a tramitação dos processos, o petista se esquivava por orientação de seus advogados. Qualquer reconhecimento de desvios na Petrobras, argumentam, poderia ser erroneamente interpretado como uma confissão — o que contrariaria a estratégia de defesa.

Sobre a entrevista ao Jornal Nacional, afirmam que o fato de o apresentador William Bonner ter dito que Lula nada deve à Justiça favoreceu o diálogo.

Colaboradores do ex-presidente tentam minimizar, porém, a ideia de que Lula tenha mudado o discurso por conveniência eleitoral, argumentando que o reconhecimento de desvios de diretores da Petrobras já constava no livro "Memorial da Verdade".

O desfecho dos processos contra o líder petista será abordado em inserções exibidas ao longo da programação de rádio e TV. "A verdade apareceu: Lula venceu todos os processos e foi reconhecido no mundo inteiro", diz a peça.

O PT decidiu levar ao ar, também em inserções, imagens de reportagens sobre a evolução patrimonial da família de Bolsonaro, em especial a publicada pelo UOL sobre a compra de imóveis em dinheiro vivo.

Colaborou Catia Seabra, de São Paulo

Juliana Freire

O Datafolha e Marco Maciel

O sábio ensinava: 'as consequências geralmente vêm depois'

Elio Gaspari
Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Bolsonaro parece preso na piada de Marco Maciel, o grande vice-presidente de Fernando Henrique Cardoso. Faltando alguns dias para a eleição, o marqueteiro disse ao candidato:

— O nosso adversário está na frente, mas vem caindo, enquanto estamos subindo.

Ao que o candidato perguntou:

— E o senhor acha que a intersecção das duas linhas ocorrerá antes ou depois do dia da eleição?

Pelo Datafolha, em três meses Lula perdeu três pontos e está com 45% e Bolsonaro ganhou cinco ficando com 32%. Admitindo-se que ele recupere a aceleração, pois na última semana ficou parado, a intersecção das duas linhas ocorreria em 2023.

O Datafolha levou água para a possibilidade de um segundo turno. Ciro Gomes e Simone Tebet tiveram bons desempenhos no debate de domingo, mas continuam comendo poeira.

O sinal de perigo para Bolsonaro continua vindo de Minas Gerais. O governador Romeu Zema, que se elegeu na maré de 2018 e descolou-se de Bolsonaro, está com 52% das preferências (cresceu 5 pontos). Na região Sudeste, é em Minas que Lula mantém a maior vantagem sobre o capitão: 47% a 30%.

Só o tempo dirá quanto custará ao PT e a Fernando Haddad, seu candidato ao Governo de São Paulo, ter aninhado na sua vice a mulher de Márcio França, que abandonou a disputa, apoiando-o. A professora Lúcia França tem sólida carreira profissional, mas é novata em disputas eleitorais. Márcio França lidera a disputa pelo Senado.

Briga pela bala

A Taurus aborreceu-se com a decisão do Exército de propor a suspensão definitiva da exigência de fiscalização para a importação de armas e munições. A barreira seria substituída pela certificação internacional dos produtos.

Veterana defensora da venda de armas, a Taurus celebrizou-se em 1999, quando seu presidente Carlos Alberto Murgel explicou: "Não é o revólver, a faca ou o porrete que comete assassinato, que mata, que agride. São as pessoas que fazem isso".

De lá para cá o governo brasileiro passou a estimular a posse de armas e o mercado nacional tornou-se mais atrativo.

Com várias fábricas e uma montadora nos Estados Unidos, onde ela se tornou uma empresa poderosa, a Taurus exporta a maior parte de sua produção.

O afrouxamento da fiscalização para a importação de armas atrairá mais fornecedores para o mercado brasileiro.

Diante desse risco, a indústria advertiu: a nova regra "incentiva empresas como a Taurus, que possuem fábrica no exterior, a reduzirem os investimentos no Brasil, passando a produzir mais unidades no exterior e exportarem para o Brasil, já que essa falta de isonomia cria custos que tiram a competitividade da indústria nacional".

Nos últimos 50 anos, esse tem sido o argumento de todas as indústrias para fechar o mercado nacional.

Como agora as armas caíram na roda, o debate seria enriquecido se algum interessado colocar no pano verde uma nova vertente:

Quem está interessado na abertura do mercado brasileiro para os fabricantes internacionais de armas?

Talvez algum conhecedor do mercado saiba, pois até 2018 a turma da bala parecia formar um sólido bloco.

Afinal, como disse Carlos Alberto Murgel na defesa das armas, não são as canetas que fazem as normas: "São as pessoas que fazem isso".

O futuro do STF

Se ninguém se mexer, o próximo presidente ajudará na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 275, que aumenta de 11 para 15 o número de ministros do Supremo Tribunal Federal.

A PEC foi apresentada em 2013 e desengavetada em setembro do ano passado. É um docinho.

Agrada deputados, senadores, alguns magistrados e procuradores, bem como a onipresente Ordem dos Advogados.

Os quatro novos ministros seriam nomeados pelo presidente do Congresso, a partir de listas tríplices enviadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho do Ministério Público e pela OAB, dependendo da aprovação pelas maiorias da Câmara dos Deputados e do Senado.

Essa girafa ampliaria o número de ministros, mas reduziria a carga de trabalho e os poderes do Supremo Tribunal, limitando-o a tratar de questões constitucionais. O varejão seria transferido para o Superior Tribunal de Justiça.

Bolsonaro já indicou que simpatiza com a ideia de expandir o Supremo. Lula nunca foi tão longe.

Eremildo, o idiota

Eremildo é um idiota e tem um fraco por bandidos desde o milênio passado, quando o assaltante Lúcio Flávio ensinou que "bandido é bandido e polícia é polícia".

Com tantos maganos prometendo combater a corrupção, o cretino acha que deveria ser organizada alguma homenagem aos assaltantes que levaram o carro da senhora Rosyneide Cordeiro, em Cariacica (ES), há uma semana.

Ela estava com suas duas crianças e os bandidos mandaram que saíssem do veículo, levando-o.

No carro estava a cadeirinha especial do menino Kauã, de 4 anos, avaliada em R$ 17 mil. Dois dias depois, o carro foi devolvido, com um bilhete: "O crime pede perdão. Na hora da tensão, não deu para ver o problema da criança. E o carro está sendo devolvido".

CNJ engarrafado

No dia 12, a ministra Rosa Weber assumirá a presidência do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça. No CNJ, ela encontrará uma fila de algo como 200 processos esperando julgamento.

Sem maiores esforços, poderá zerar essa conta em três meses.

Limpará a pauta e mostrará a que veio.

Moro e os partidos

O ex-juiz Sergio Moro diz que deixou o partido Podemos porque pretendia auditar suas contas e a proposta não andou. Vá lá.

O partido rebateu mostrando as notas fiscais que ele apresentou, pedindo reembolso de R$ 45 mil. Listava a compra de roupas, inclusive bermudas, além de uma despesa com alfaiate.

Se ele tivesse achado notas fiscais desse tipo no sítio de Atibaia, pobre Lula.

Como juiz na Vara de Curitiba, Moro conheceu à saciedade as vísceras dos partidos políticos nacionais.

Como dizia Guimarães Rosa, em geral são casas onde homens sérios entram, mas por lá não passam.

Lula se mexeu antes

Bolsonaro deixou passar a primazia na condenação da tentativa de assassinato da ex-presidente argentina Cristina Kirchner.

Logo ele, que há quatro anos correu risco de morte ao tomar uma facada em Juiz de Fora.

Lula pulou na frente condenando o atentado, atribuindo-o a um "criminoso que não sabe respeitar divergências e a diversidade".

A iniciativa era conveniente, até porque o cidadão que empunhava a pistola é brasileiro.

Demofobia

Aqui e ali aparecem comentários que especulam sobre a adesão dos brasileiros mais pobres a Bolsonaro por causa do dinheiro do Auxílio Brasil.

É um raciocínio lógico, contaminado por uma pitada de demofobia.

Lula ganhou prestígio popular com o Bolsa Família, mas em seus oito anos de governo aumentou o salário mínimo, alavancou as cotas nas universidades, fez o Prouni e estimulou a agricultura familiar.

Flávio busca doações em tour ruralista e obtém verba a jato para Bolsonaro

Filho do presidente diz que campanha à reeleição é cara, e cofre vazio do PL preocupa aliados

Thiago Resende, Lucas Marchesini e Marianna Holanda

SINOP(MT), SORRISO (MT) E BRASÍLIA Em um tour por cidades do agronegócio, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) conseguiu, em poucas horas, impulsionar as doações para a campanha à reeleição de Jair Bolsonaro (PL).

Na semana passada, Flávio, que coordena a campanha e assumiu a arrecadação, esteve em ao menos seis cidades de Mato Grosso.

Os encontros foram marcados pela equipe do senador, que procurou sindicatos e associações rurais de cada município. O giro de mais de 1.600 km foi para consolidar o apoio dos ruralistas e conseguir recursos.

O resultado veio rápido. A visita ocorreu entre 23 e 25 de agosto. Já no dia 26, a campanha de Bolsonaro recebeu R$ 390 mil em doações. No dia 29, foram mais R$ 110 mil.

Antes da viagem de Flávio, Mato Grosso havia contribuído com R$ 20 mil para as atividades eleitorais de Bolsonaro.

A estratégia dele foi reunir um grupo mais restrito de empresários, produtores rurais e líderes locais.

Segundo membros da campanha e participantes desses encontros, a ideia foi reforçar a necessidade de articulação no setor do agronegócio para fortalecer o plano de reeleição de Bolsonaro, seja por mobilização da base eleitoral ou por meio de doações.

A ofensiva ocorre a um mês das eleições e no momento em que os dirigentes partidários estão mais preocupados com a falta de recursos.

Segundo integrantes da campanha, os quase R$ 270 milhões de fundo eleitoral a que o PL tem direito já foram gastos. Desses valores, apenas R$ 10 milhões abasteceram o projeto de Bolsonaro.

Mato Grosso despertou o interesse da campanha não apenas pelos votos (o presidente obteve 66% dos votos no segundo turno em 2018), mas principalmente por causa do potencial financeiro.

O senador começou o tour por Sinop e Sorriso. Flávio se encontrou com 12 líderes do agronegócio na região. Entre eles, o presidente do sindicato rural de Sinop, Ilson José Redivo, além dos empresários Édson Melozzi, Agenor Vicente Pelissa e Zeca Chiarello.

Chiarello é agricultor e dono de armazéns. Ele doou R$ 40 mil dois dias após o encontro.

Sorriso é conhecida como a capital do agronegócio. A prefeitura diz que o título se deve à área de mais de 600 mil hectares de área plantada.

A visita do senador foi anterior à ida do candidato a vice na chapa de Bolsonaro, o general Walter Braga Netto (PL), que também esteve nas duas cidades na terça (30).

Além de Sinop e Sorriso, Flávio passou por Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Água Boa e Campos Novo dos Parecis.

Nos encontros, ele reforçou a importância do segmento para a economia, disse que fazer campanha é caro e reclamou do baixo valor do fundo eleitoral recebido pelo presidente —apesar de Bolsonaro ter feito discursos contra o recorde da verba aprovada pelo Congresso.

"Ele [Flávio] falou que precisamos nos organizar e que não podemos deixar a eleição correr solta. Temos que trabalhar, fazer nosso papel de soldado e ganhar voto. E disse que quem quiser fazer doações, como todos os outros partidos, o PL também está aberto. E contribuições são bem-vindas. Mas não foi esse o foco da conversa", disse Redivo, do sindicato de Sinop.

> [Flávio] disse que quem quiser fazer doações, como todos os outros partidos, o PL também está aberto
>
> **Ilson José Redivo**
> presidente do sindicato rural de Sinop (MT)

Nas conversas entre empresários, fala-se sobre a disparidade entre a verba prevista para a campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em relação aos recursos disponíveis para Bolsonaro.

Apesar de o presidente ser o candidato ao Planalto que mais arrecadou com doações até agora, o PL reservou menos dinheiro do fundo eleitoral para ele —na comparação com a verba do PT dada a Lula.

O PT tem direito a R$ 499,6 milhões do fundo e destinou R$ 66,7 milhões para Lula.

Aliados de Bolsonaro esperam que a viagem de Flávio continue rendendo recursos ainda nas próximas semanas.

"Eu quero agradecer de coração o empenho de cada um; todo mundo que está se propondo a ajudar, da maneira que for possível, da maneira que for do coração de cada um. Então, a todo pessoal aqui também da região do entorno de Lucas do Rio Verde eu peço que também nos apoiem", disse o filho de Bolsonaro em um dos vídeos gravados por ele e que circulam entre empresários da região.

Um dos maiores doadores da campanha foi Alessandro Nicoli. Ele repassou R$ 100 mil em 29 de agosto.

Ele é dono do Grupo Nicoli, que atua no cultivo de soja, milho, arroz e pastagens.

O grupo entrou com pedido de recuperação judicial em fevereiro de 2019. A dívida somava, na época, cerca de R$ 135 milhões. Esse valor então passou a ser negociado com os credores. Ex-prefeito de Santa Carmem (cidade a 40 km de Sinop), Nicoli não respondeu aos questionamentos sobre a doação.

Em Água Boa, Flávio se encontrou com o ex-prefeito Maurício Tonhá, do ramo de leilão de gado e que chegou a ser citado na Lava Jato, e mais 40 empresários.

"Ele [o senador] pediu mais mobilização. Contra o mal temos que fazer todo o esforço [possível]", disse Tonhá.

Com a investida de Flávio, Mato Grosso representa, até o momento, 11,3% dos R$ 4,6 milhões de doações de pessoas físicas declaradas pela campanha de Bolsonaro.

"[Estive lá] Pedindo a vários empresários do agronegócio que fizessem doações para a campanha do Bolsonaro, que a gente está passando por dificuldade de recursos", disse Flávio a jornalistas sobre o tour em Mato Grosso.

COMO CHEGAMOS AQUI?

O uso de dinheiro vivo em condições suspeitas voltou a atingir o presidente Jair Bolsonaro (PL) durante a campanha eleitoral após reportagem do UOL descrever a prática da família desde 1990. Transações em espécie não são crime, mas podem ter como objetivo dificultar o rastreio de valores de fontes ilegais. Dados obtidos por órgãos de investigação e imprensa mostraram que a família Bolsonaro, em especial o senador Flávio (PL-RJ), movimentou R$ 3 milhões em dinheiro vivo. Para o Ministério Público do Rio, o senador utilizou recursos vindos de suposto esquema de "rachadinha" na Assembleia Legislativa para comprar imóveis.

FOLHA EXPLICA

Uso de dinheiro vivo volta a atingir Bolsonaro na campanha

Ex-assessor apontou pagamento 'por fora' em mansão comprada pelo presidente com ex-mulher

O presidente Jair Bolsonaro (PL) e seu filho mais velho, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), na base aérea de Brasília Adriano Machado - 10.mar.2022/Reuters

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO Dados da investigação do Ministério Público do Rio mostraram que o presidente Jair Bolsonaro (PL) também teve, quando deputado federal, transações e práticas semelhantes às que levantaram suspeita contra seu filho mais velho.

Reportagem do UOL publicada na terça (30) afirma que desde os anos 1990 o presidente, irmãos e filhos negociaram 107 imóveis, dos quais ao menos 51 foram adquiridos total ou parcialmente com o uso de dinheiro vivo. O valor gasto desta forma foi, segundo a apuração, de R$ 13,5 milhões.

Na quinta (2), o UOL publicou entrevista com um ex-assessor de Flávio Bolsonaro, em que ele afirma ter ouvido de Ana Cristina Valle, ex-mulher do presidente, relato sobre o pagamento em dinheiro por uma antiga mansão na Barra da Tijuca. O repasse teria ocorrido "por fora", sem registro em escritura pública.

Veja a seguir como as suspeitas de "rachadinha" e uso de dinheiro se misturam.

*

Qual a relação entre o uso de dinheiro vivo e a "rachadinha"?

A "rachadinha"consiste na prática de repassar parte dos salários de servidores públicos ou prestadores de serviços da administração para políticos ou assessores dos gabinetes. De acordo com o MP-RJ, o policial militar aposentado Fabrício Queiroz recebeu, de 2007 a 2018, R$ 2,08 milhões de 11 assessores de Flávio. Segundo a Promotoria, 69% desse total foi depositado em espécie. Para os investigadores, o objetivo era apagar os rastros dos repasses no sistema financeiro. As transações foram identificadas porque as retiradas nas contas dos ex-assessores e as entradas na de Queiroz tinham data e valores idênticos.

De acordo com a investigação, as transações ocorreram em datas próximas aos pagamentos dos salários na Assembleia Legislativa. Queiroz é apontado como o operador da "rachadinha" no gabinete de Flávio.

A quebra de sigilo bancário obtida pelo Ministério Público também mostrou que, de 2007 a 2018, ex-assessores de Flávio na Assembleia do Rio sacaram mais de R$ 7 milhões de suas contas. Em alguns casos, os saques representaram 99% dos seus respectivos salários. Não se sabe o destino da maior parte desse dinheiro. Há a suspeita de entrega dos valores em mãos a Queiroz, sem qualquer registro.

A Promotoria ressalta ainda que, em período coincidente com a suposta arrecadação de cifras desviadas, a conta bancária de Flávio recebeu R$ 159,5 mil de depósitos em dinheiro vivo sem origem identificada.

O que liga o caso da "rachadinha" de Flávio ao presidente?

Um dos alvos da denúncia contra o senador, arquivada após a anulação das provas pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça), foi Nathalia Queiroz, filha de Queiroz, nomeada servidora de Flávio na Assembleia e, depois, de Bolsonaro na Câmara. Como a **Folha** revelou, ela era funcionária fantasma do então deputado e atuava como personal trainer no Rio.

Segundo o MP-RJ, Nathalia repassou ao menos R$ 633 mil ao pai. A **Folha** revelou que as transferências seguiram enquanto esteve lotada no gabinete de Jair. Dados da quebra de sigilo bancário mostram que ela transferiu R$ 150,5 mil para a conta do policial militar aposentado de janeiro de 2017 a setembro de 2018, período em que estaria trabalhando no gabinete. O valor representa 77% do que ela recebeu da Câmara.

Queiroz e sua mulher, Márcia Aguiar, tiveram 27 cheques depositados na conta da primeira-dama Michelle Bolsonaro, num valor total de R$ 89 mil. Áudios divulgados pelo UOL em julho do ano passado sugeriram também atuação direta de Bolsonaro no esquema da "rachadinha". Nas gravações, a fisiculturista Andrea Siqueira Valle, ex-cunhada do presidente, afirma que ele demitiu o irmão dela, André, porque ele se recusou a devolver a maior parte do salário dele como assessor.

A análise dos documentos relativos aos 28 anos em que Bolsonaro foi deputado federal, de 1991 a 2018, também mostra uma intensa e incomum rotatividade salarial de seus assessores, atingindo cerca de um terço das mais de cem pessoas que passaram por seu gabinete.

O modelo de gestão incluiu exonerações de auxiliares que eram recontratados no mesmo dia, prática que acabou proibida pela Câmara dos Deputados sob o argumento de ser lesiva aos cofres públicos.

A **Folha** se debruçou sobre os boletins administrativos da Casa, identificando uma ação contínua. De um dia para o outro, assessores tinham os salários dobrados, triplicados, quadruplicados, o que não impedia que pouco tempo depois as remunerações fossem reduzidas a menos da metade do valor anterior.

Mesmo assim, dois deles disseram à **Folha** nem mesmo se lembrar dessas variações formalizadas pelo gabinete de Bolsonaro. Nove assessores de Flávio que tiveram o sigilo quebrado pela Justiça na investigação foram lotados, antes, no gabinete do pai na Câmara dos Deputados.

O uso de dinheiro vivo pelo presidente Bolsonaro era conhecido?

O presidente se envolveu diretamente com dinheiro vivo numa das transações imobiliárias de Flávio. A declaração de Imposto de Renda do senador informa que, em 2008, Jair Bolsonaro lhe emprestou R$ 55 mil em espécie.

Esse empréstimo, assim como os realizados por Carlos Bolsonaro e ex-assessores do presidente, deu lastro financeiro para a compra de 12 salas comerciais por Flávio em 2008. Os empréstimos totalizaram R$ 230 mil com recursos em espécie. O uso de dinheiro vivo pelo presidente foi declarado em suas campanhas eleitorais. No total, foram injetados R$ 100 mil em espécie em eleições entre 2008 e 2014.

> "Qual é o problema de comprar com dinheiro vivo algum imóvel?
>
> **Jair Bolsonaro**
> na terça-feira (30), após a publicação de reportagem sobre negócios imobiliários da família

Bolsonaro também doou R$ 10 mil em espécie para a campanha de Carlos em 2020, quando a prática já era considerada irregular. Após devolução do dinheiro, ele refez a contribuição via transferência bancária.

Ana Cristina também declarou em 2007 à polícia que mantinha, quando era casada com Bolsonaro, as quantias de R$ 200 mil e US$ 30 mil em espécie num cofre no Banco do Brasil. O depoimento foi dado depois de ela registrar queixa devido ao suposto roubo dos valores ali mantidos.

A família Bolsonaro não tinha, até 2015, nenhuma atividade que pudesse servir de fonte de renda em dinheiro vivo —naquele ano, Flávio comprou uma loja de chocolates. A prática contraria declaração do próprio presidente à **Folha**, em janeiro de 2018, quando negou manter dinheiro vivo em casa. "Eu não guardo dinheiro no colchão em casa. Tem muita gente que declara. Até a [ex-presidente] Dilma [Rousseff] declarou uns cento e poucos mil [reais]. Nunca declarei isso daí", disse ele na ocasião.

Livro da jornalista Juliana Dal Piva, uma das autoras da reportagem do UOL, afirma, porém, que André, ex-cunhado e ex-assessor de Bolsonaro, viu caixas de dinheiro vivo na casa do presidente. Após o UOL publicar a apuração, Bolsonaro mudou de posição sobre uso de dinheiro vivo em transações imobiliárias. "Qual é o problema de comprar com dinheiro vivo algum imóvel? Não sei o que está escrito na matéria", disse

Há alguma transação suspeita envolvendo diretamente Bolsonaro?

O presidente realizou transação imobiliária com características suspeitas de acordo com critérios do Coaf (órgão de inteligência financeira), assim como Flávio. Em 2009, o presidente adquiriu sua casa na Barra da Tijuca por R$ 400 mil.

Quatro meses antes, a antiga proprietária havia comprado o imóvel por R$ 580 mil.

Bolsonaro pagou 30% a menos em comparação ao valor anterior. A transação foi revelada pela **Folha** em janeiro de 2018.

Desvalorização semelhante ocorreu na aquisição por Flávio de dois imóveis em Copacabana. Ele declarou em escritura ter pago R$ 310 mil pelos apartamentos —um ano antes, custaram R$ 440 mil somados.

O senador é acusado de ter pago "por fora" R$ 638,4 mil em dinheiro vivo pela compra dessas propriedades. O MP-RJ identificou, após quebra de sigilo bancário, que a conta da pessoa responsável pela venda dos dois imóveis a Flávio teve depósito deste valor em espécie no mesmo dia da transação.

O filho do presidente revendeu os apartamentos pouco mais de um ano depois por R$ 1,1 milhão, lucro de R$ 813 mil na "transação relâmpago". O MP-RJ afirma que a revenda e a declaração à Receita Federal permitiram que o dinheiro ilegal da "rachadinha" passasse a integrar o patrimônio oficial do senador.

Para investigadores, a desvalorização repentina pode indicar pagamento não declarado para ocultar patrimônio ilegal. O presidente, cuja casa permanece em seu nome, já negou ter adotado tal prática.

Veja as principais curiosidades das eleições

Milionários, candidato salva-vidas e concorrência recorde são algumas peculiaridades da corrida eleitoral de 2022

DELTAFOLHA
Cristiano Martins e Luciano Veronezi

SÃO PAULO Adversários na polarizada disputa pela Presidência da República, PT e PP caminharão de mãos dadas pela tentativa de reeleição de Helder Barbalho (MDB) ao Governo do Pará. As duas siglas fazem parte da maior coligação do país, formada por 16 partidos.

Esta é uma das muitas curiosidades das eleições de 2022. Com mais de 28 mil candidatos, o pleito terá participação recorde de negros e mulheres, assim como as maiores concorrências já registradas nas corridas pelos cargos de deputado federal, senador e governador.

Na comparação com 2018, cresceram as candidaturas ligadas às forças de segurança e às igrejas.

Algumas profissões foram declaradas por um único concorrente cada, como salva-vidas, controlador de tráfego aéreo, bailarino, modelo e lavador de carro.

Na era das redes sociais, dois candidatos —mãe e filho— informaram ter juntos 174 perfis oficiais nas mais diversas plataformas.

A enorme maioria usa prioritariamente o Instagram e o Facebook, mas o irreverente Tik Tok já aparece entre as mais populares.

Um candidato declarou patrimônio superior a R$ 1 bilhão, e outros 56 disseram não possuir nem um centavo sequer na carteira ou na conta bancária.

Veja abaixo os principais números desta eleição e suas peculiaridades.

As eleições de 2022 em números

Disputa tem **concorrência recorde** para os cargos de **governador, senador e deputado federal**

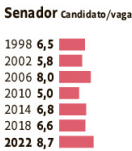
Senador Candidato/vaga

Ano	Candidato/vaga
1998	6,5
2002	5,8
2006	8,0
2010	5,0
2014	6,8
2018	6,6
2022	8,7

Deputado Candidato/vaga

Ano	Candidato/vaga
1998	6,7
2002	8,5
2006	10,2
2010	11,6
2014	13,8
2018	16,7
2022	20,2

Governador Candidato/vaga

Ano	Candidato/vaga
1998	5,6
2002	7,4
2006	7,5
2010	6,2
2014	6,4
2018	7,5
2022	8,3

Dos **27** senadores em fim de mandato, **20** se candidataram a algum cargo, **12** deles à reeleição

Dos **513** deputados em exercício, **447** se candidataram à reeleição e **50** a outros cargos

Entre os governadores, **20** dos **22** possíveis são candidatos à reeleição

Maioria dos candidatos **estudou até o ensino superior** Em %

Escolaridade	%
Superior	64,1
Médio	27,9
Fundamental	7,2
Lê e escreve	0,8

Idade média por **cargo**

Cargo	Idade
Dep. estadual	48
Dep. federal	49
Governador	51
Senador	55
Presidente	59

E tem **mais de 45 anos** Em %

Faixa	%
Até 29	4,5
30 a 44	32,5
45 a 59	45,6
60 ou mais	17,4

72 candidatos têm mais de **80** anos

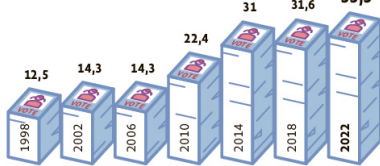
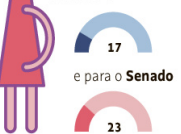
O **mais velho é Dr. Coimbra**, candidato a **dep. federal** pelo **Avante-SP**, com **92 anos**

E a **mais jovem é Pamela Mendes**, candidata a dep. estadual pelo PMN-PE, de **18 anos**

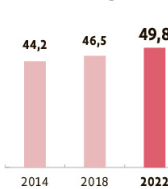
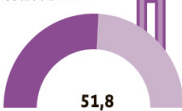
Os **sobrenomes** mais comuns são SILVA **4.420** e SANTOS **2.673**

E JOSÉ **1.117** e MARIA **832** são os **nomes** mais frequentes

Esta é a eleição geral com **mais candidaturas femininas** Em %

Ano	%
1998	12,5
2002	14,3
2006	14,3
2010	22,4
2014	31
2018	31,6
2022	33,5

Representação é menor nas disputas para os **governos estaduais** Em % **17**

e para o **Senado** **23**

E também com **mais candidaturas negras** Em %

Ano	%
2014	44,2
2018	46,5
2022	49,8

Pessoas negras **(pardas e pretas) só são maioria entre os candidatos a deputado estadual** Em % **51,8**

Representação é menor nas disputas para o **Senado** Em % **31,1**

e para a **Presidência** **16,7**

Aumentaram as candidaturas de **religiosos e agentes de segurança***

Candidaturas em 2022

Categoria	Candidaturas
Polícia e militares	1.881
Religiosos	799

% do total: 6,6 (Polícia e militares); 2,8 (Religiosos)

Aumento 2018-2022, em %: 29 (Polícia e militares); 13,8 (Religiosos)

*Candidatos que informam a ocupação ou utilizam patentes e funções nos nomes de urna. Sargento (260) e Pastor (311) são, respectivamente, os termos mais usados

Maioria dos candidatos informa o **Instagram** e o **Facebook** como rede social principal; **TikTok** já **aparece no Top 5**

Rede social principal, em %

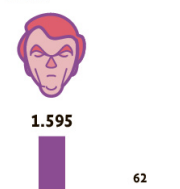
Rede	%
Instagram	22,4
Facebook	18,7
Twitter	1,1
Youtube	0,6
Tiktok	0,5

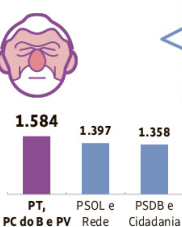
Bruno Ganem, candidato a **dep. federal pelo Podemos-SP**, cadastrou **92 perfis** oficiais em redes sociais

A **segunda com mais perfis** é a **mãe dele, Clarice Ganem**, candidata a **dep. estadual pelo Podemos-SP**, com **82 perfis** cadastrados

Apenas **46 candidatos** cadastraram um perfil do **Gettr**, e só **7 do Parler**, redes alternativas utilizadas por bolsonaristas

PL de Bolsonaro é o partido com **mais candidatos**; estreante **UP é o que tem menos**

Partido	Candidatos
PL	1.595
UP	62

Grupo liderado pelo **PT é a maior federação**, uma novidade deste ano

Federação	Candidatos
PT, PC do B e PV	1.584
PSOL e Rede	1.397
PSDB e Cidadania	1.358

PT e PC do B estão ao lado de **PP e União Brasil** na **maior coligação desta eleição**

16 partidos estão unidos na **tentativa de reeleição de Helder Barbalho (MDB)** ao governo do Pará: MDB, PSDB, Cidadania, PT, PC do B, PV, PP, PSD, PDT, Republicanos, Avante, PODE, União Brasil, DC, PTB, PSB

Marcos Emírio de Morais, candidato a **suplente de senador pelo PSDB-GO**, é o **mais rico e o único bilionário** entre os candidatos, com patrimônio declarado de R$ 1,26 bi

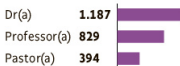
Outros **22 candidatos** declararam **patrimônio** entre R$ 100 mi e R$ 618 mi

12,3%

3.512 declararam ter **mais de R$ 1 milhão em bens**

Há **56** que disseram ter **R$ 0 em patrimônio**

Termos mais usados nos **nomes de urna**

Termo	Nº
Dr(a)	1.187
Professor(a)	829
Pastor(a)	394

Há **39 candidatos** que usam o **nome "Bolsonaro"**

E **15** que usam **"Lula"**

Empresário e **advogado** são as **ocupações mais comuns** Em %

Ocupação	%
Empresário	12,7
Advogado	7,2
Vereador	3,8
Deputado	3,8
Administrador	3,0
Policial Militar	2,9

Algumas **profissões** foram declaradas por **apenas 1 candidato cada**, como:

- Arqueólogo
- Bacteriologista
- Capitalista de ativos financeiros
- Controlador de tráfego aéreo
- Coreógrafo e bailarino
- Lavador de veículos
- Modelo
- Salva-vidas

Juntos, **todos os candidatos** informaram ter R$ 296,9 milhões guardados **em dinheiro (espécie)**

E há R$ 26,6 milhões declarados em **contas bancárias no exterior**

Há **bens** muito **comuns**

16.985 Automóvel

9.019 Terreno

8.740 Casa

8.390 Depósito bancário

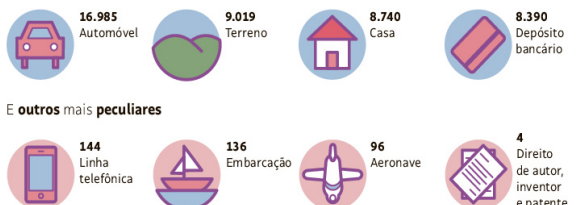
E **outros** mais **peculiares**

144 Linha telefônica

136 Embarcação

96 Aeronave

4 Direito de autor, inventor e patente

Infografia Luciano Veronezi Fonte: TSE. Dados até 24.ago.2022

Rubens Cavallari/Folhapress

José Afonso da Silva, 97
Professor aposentado da USP, é autor de livros como "Curso de Direito Constitucional Positivo" (JusPodivm/Malheiros), que está na 44ª edição, e "Aplicabilidade das Normas Constitucionais" (Malheiros). Na Assembleia Constituinte, foi assessor do senador Mario Covas, então líder do PMDB. Foi secretário da Segurança Pública de São Paulo de 1995 a 1999

José Afonso da Silva

Nunca vi nada parecido com o atual momento

Decano do direito constitucional recebeu homenagem em ato pela democracia do dia 11 de agosto na Faculdade de Direito da USP

ENTREVISTA

Uirá Machado

SÃO PAULO José Afonso da Silva não escondeu a emoção quando recebeu uma homenagem especial durante o ato pela democracia do dia 11 de agosto, realizado na mesma Faculdade de Direito da USP em que se formou em 1957 e onde deu aulas até 1995.

Há muito tempo considerado um dos juristas mais importantes do país, ele se destacou entre as poucas pessoas que assinaram a "Carta aos Brasileiros" de 1977 e a "Carta às Brasileiras e aos Brasileiros" deste ano: era o mais velho do grupo, com 97 anos de idade.

Com a autoridade de quem já viveu quase um século, ele olha para o passado e diz: "Não testemunhei nada parecido com o momento atual, a não ser certos aspectos da personalidade histriônica e autoritária de Jânio Quadros, que também quis dar o golpe".

Jânio presidiu o Brasil em 1961; o atual mandatário, Jair Bolsonaro (PL), proferiu tantas ameaças ao Estado de Direito que o manifesto lido no dia 11 somou mais de 1 milhão de assinaturas.

Nesta entrevista à Folha, concedida por email, Silva se manifesta sobre alguns dos debates jurídicos repisados por Bolsonaro e seus apoiadores, como o suposto respaldo da Constituição a uma intervenção militar e a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à pandemia.

Professor aposentado da USP, ele é apontado como doutrinador mais citado no STF e escreveu livros influentes na área do direito constitucional, além de ter sido assessor da Assembleia Constituinte de 1987.

*

Como o senhor se sentiu sendo homenageado no ato de 11 de agosto? Foi uma surpresa, e me senti profundamente honrado, com uma homenagem durante um evento da magnitude do que estava ocorrendo na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, por onde me formei e onde fui professor titular. E mais, imediatamente o público se ergueu em palmas por muito tempo, acolhendo com entusiasmo as generosas palavras do diretor Celso Campilongo, a quem sou muito grato.

Eu já estava emocionado naquele ambiente, lembrando de meu pai sentado lá em cima na ponta do balcão, orgulhoso do seu filho alfaiate se formando em direito na melhor faculdade do país. Foi muito emocionante, mais ainda quando milha filha veio a mim, chorando de emoção, e, depois, José Carlos Dias veio e me abraçou carinhosamente. As lágrimas vieram à tona. Haja coração!

O sr. é testemunha de quase um século de história do Brasil. O momento político atual é comparável com algum outro que tenha vivido? Eu nasci bem no meio da década de 1920, quando a República oligarca sofria seus abalos mais fortes com o aparecimento de camadas médias urbanas, que foram abrindo campo ao surgimento de movimentos contrários às oligarquias, com destaque para o tenentismo.

Eram os tenentes das Forças Armadas, especialmente do Exército, que se imbuíram da ideia de que, como militares, eram responsáveis pela sociedade e representantes dos interesses gerais da nação, e, por isso lhes cabia a missão de intervir no processo do poder e exigir mudanças nos costumes políticos. Uma tese certamente inaceitável. Mas ali era o sertão de Minas, aonde essas coisas não chegavam.

Só quando vim para São Paulo, aos 22 anos de idade (em 1947), é que pude acompanhar a vida política, já sob o regime da Constituição de 1946, regime muito conflituoso, sobretudo depois que o brigadeiro Eduardo Gomes perdeu a eleição para o Getúlio Vargas (em 1950), quando a UDN, convencida de que não chegaria ao poder pelo voto, e já sob a liderança de Carlos Lacerda, se transformou num partido golpista aliado a alguns militares.

> Se as ações criminais contra o presidente da República devem ser propostas pelo procurador-geral da República e ele não o faz, está se omitindo e prevaricando

Mas veja a diferença. Não era o presidente da República que fomentava o golpe, era a oposição buscando o poder pela deposição do presidente. Como se vê por esse pequeno apanhado histórico, não testemunhei nada parecido com o momento atual, a não ser certos aspectos da personalidade histriônica e autoritária do presidente Jânio Quadros, que também quis dar o golpe.

Nos últimos anos, têm sido comuns discussões sobre o artigo 142 da Constituição. Segundo uma interpretação, esse dispositivo dá respaldo a uma intervenção militar no Brasil. Faz sentido? Essa interpretação não é correta. Nada no artigo 142 a autoriza. Esse artigo confere às Forças Armadas a função essencial de defesa da pátria e a garantia dos Poderes constitucionais; vale dizer, defesa contra agressões estrangeiras em caso de guerra externa e defesa das instituições democráticas, pois a isso corresponde a garantia dos Poderes constitucionais, que, nos termos da Constituição, emanam do povo. Mas isso não implica intervir em seu funcionamento.

Outra função é subsidiária e eventual, de defesa da lei e da ordem. Subsidiária porque essa função é de competência primária das forças de segurança pública, que compreendem a Polícia Federal e as Polícias Civil e Militar dos estados e do Distrito Federal.

E sua interferência aí, além do mais, depende de convocação dos legítimos representantes de qualquer dos Poderes federais: presidente da mesa do Congresso Nacional, presidente da República ou presidente do Supremo Tribunal Federal.

Outra visão incabível, que andou circulando por aí, é aquela que concebe as Forças Armadas como "poder moderador". Mas como é possível essa concepção, se as Forças Armadas são definidas no artigo 142 como instituições organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do presidente da República e essencialmente obediente? Poder moderador é poder independente em face dos demais poderes, e, para tanto, não pode ser obediente nem sujeito a autoridade de qualquer deles.

O presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores criticam o que eles chamam de ditadura do Judiciário, sobretudo devido à atuação do STF. O sr. considera que o Supremo tem extrapolado suas funções? Há dois aspectos a considerar: o daqueles que acusam o STF de ativismo judicial e essas reclamações do presidente Bolsonaro.

A questão do ativismo judicial está relacionada com a função interpretativa dos tribunais. Há um debate já antigo sobre isso, ou seja, sobre quão criativa pode ou deve ser a interpretação feita pelos tribunais. Por isso, a conclusão sobre quão ativista é o STF varia conforme a concepção que cada um tem sobre os limites da interpretação judicial. Esse é o debate legítimo.

As reclamações do presidente se prendem a algo menos comum, que são os inquéritos promovidos pelo ministro Alexandre de Moraes. Mas inusitados também são os fatos que têm dado ensejo a esses procedimentos.

Ocorreram os fatos e a inércia do Ministério Público; o STF e seus ministros, como vítimas, foram buscar no seu Regimento Interno norma que os socorressem, talvez, como alguns especialistas entendem, numa interpretação bastante elástica. Cabe ao plenário do tribunal corrigir, se houver exagero.

No caso do combate à pandemia, o STF acertou ao decidir pela competência conjunta? Sim. É simples. A Constituição diz que cuidar da saúde é de competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Declara que a saúde é direito de todos e dever do Estado, isto é, dever daqueles entes federativos que têm que cuidar da saúde, e esse direito é garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.

O isolamento social é um modo de realizar essa política social; competência que é cumprida mediante a execução das ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde, integrados no SUS, financiado com recursos orçamentários daqueles entes federativos. Competência comum significa que todos os entes competentes podem executar tudo que é previsto nas competências.

Mas, para evitar superposição de ações, o artigo 198 da Constituição estabeleceu que as ações e serviços públicos da saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com diretrizes ali indicadas, que é o SUS.

Veja que são os estados e municípios que executam as ações e serviços de saúde. Eles é que criam e mantêm hospitais, postos de saúde e outros serviços para o povo. A União não o faz. O SUS confere à União a coordenação e as diretrizes gerais, entre outras ações de caráter geral. Ela o faz por meio do Ministério da Saúde, o que não ocorreu.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, recebeu inúmeros pedidos de impeachment de Bolsonaro, mas não deu sequência a nenhum. Faz sentido o presidente da Câmara ter esse poder? É um poder extraordinário, absoluto e abusivo, incompatível com os princípios democráticos, em prejuízo da oposição. Há que se buscar meios de corrigir essa anomalia.

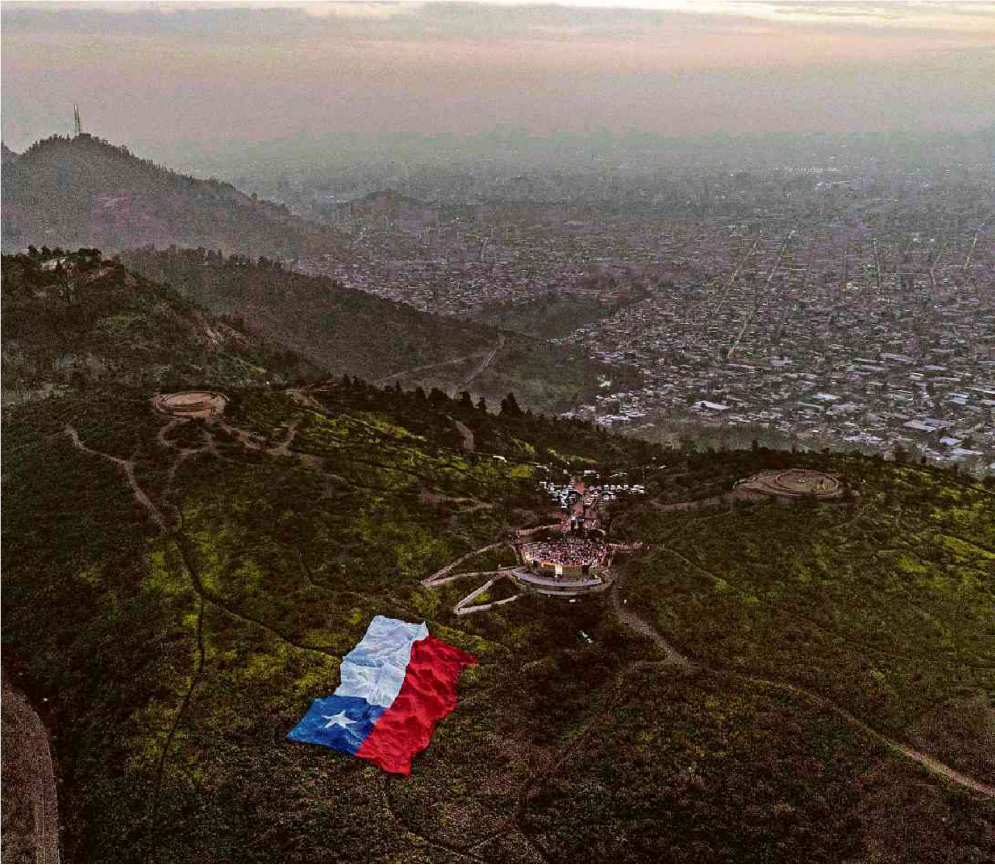
Segundo algumas pessoas, o procurador-geral da República, Augusto Aras, tem uma postura pouco combativa ou até mesmo omissa em relação a supostos crimes do presidente da República. À luz da Constituição, qual sua avaliação sobre a atuação dele? Não há o que estranhar. Ele foi escolhido fora da lista tríplice organizada pela classe para isso mesmo: fazer o que interessa à autoridade nomeante: o presidente da República.

À luz da Constituição, isso não é para acontecer. Pois o Ministério Público foi institucionalizado para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis com independência e autonomia funcional, em face de quem comete crime, seja quem for. E se as ações criminais contra o presidente da República devem ser propostas pelo procurador-geral da República e ele não o faz, está se omitindo e prevaricando.

Nos anos 1990, o sr. foi secretário de Segurança de São Paulo e criou mecanismos para reduzir mortes provocadas por policiais. Mais de 20 anos depois, temos inúmeras notícias de ações letais por parte da polícia, entre as quais se incluem chacinas. Por que o Brasil não consegue avançar em relação a isso? É verdade. No primeiro mês de minha gestão, a Polícia Militar matou 30 pessoas. No segundo, fevereiro, matou 29. Chamei o comandante-geral e lhe disse para tirar da rua os policiais que cometiam essas mortes. Ele tirou 200. Em março, mais de 30 mortes.

Então, estabeleci que os policiais que matassem fossem recolhidos para prestar serviços no centro da cidade, mediante acompanhamento psicológico. No mês seguinte, o número de mortes caiu substancialmente, e assim foi durante minha gestão, sem prejuízo da eficiência dos serviços policiais.

Respondo: o Brasil não consegue avançar em relação a isso por falta de vontade política.

mundo

Reunião de partidários do 'não' ao novo texto em ato de encerramento de campanha no cerro San Cristóbal, em Santiago Javier Torres - 1º.set.22/AFP

Plebiscito de nova Constituição põe mobilização popular à prova no Chile

Carta para enterrar a de Pinochet nasceu de pedidos de reforma, mas pode não bastar para atendê-los

Sylvia Colombo

SANTIAGO As mesmas multidões que há três anos foram às ruas pedindo uma reforma total dos modelos econômicos e políticos do Chile vão às urnas neste domingo (4) para colocar à prova o efeito daquelas manifestações.

Os ânimos em torno do plebiscito que vai decidir se a Constituição proposta para substituir a instituída na ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) são distintos daqueles dos atos que ferveram as ruas chilenas em 2019. Agora, os números das principais pesquisas mostram um país mais preocupado com a situação econômica e a inflação que chega a 13,1% ao ano, com o aumento de 30% das denúncias de episódios de violência e com os impactos sociais da pandemia de coronavírus.

Esse é o pano de fundo por trás da vantagem numérica dos que pretendem votar contra a nova Carta (46%) sobre os que aprovam o novo texto (37%) —17% dos chilenos ainda estão indecisos, segundo os últimos levantamentos.

A proposta foi redigida por uma Assembleia Constituinte eleita em 2021 como resultado de um acordo entre as diversas forças políticas para acalmar as ruas —o hoje presidente Gabriel Boric, à época deputado, foi um dos líderes desse consenso. O pedido por uma nova Carta que enterre o legado de Pinochet vem de uma pressão popular por mudanças principalmente no sistema de Previdência, mas também no que diz respeito ao acesso a direitos como educação e saúde públicas.

O texto foi redigido por 155 legisladores, a maioria deles independente, de uma assembleia formada com paridade de gênero e a participação de 17 representantes de nações indígenas tradicionais. A população descendente de povos originários do Chile é de 12,8%, mas a atual Constituição, promulgada durante a ditadura militar (1973-1990), não reconhece a existência dessa parcela dos chilenos.

No domingo, o voto será obrigatório no "plebiscito de saída", como ficou conhecida a votação. Os resultados devem ser divulgados poucas horas após o fechamento das urnas.

Caso o "não" vença, como indicam as pesquisas oficiais, o presidente Gabriel Boric e o Congresso já firmaram um plano B para prosseguir com as negociações de modo a estabelecer parâmetros para redigir uma nova Carta e torná-la mais viável em termos de aprovação. O líder esquerdista defende a aprovação da proposta atual e fez dela um dos pilares de sua campanha eleitoral no ano passado.

"Eu quero viver num país diferente, em que meu avô tenha uma aposentadoria digna e eu não tenha de sair endividado da faculdade", disse Heraldo Hales, 21, à **Folha**, durante o ato em favor do Aprovo que reuniu milhares de pessoas no centro de Santiago na noite de quinta-feira (1º).

Na concentração dos que apoiam o Rejeito, que estavam em número bem menor, Taís Ercila, 35, afirmou que os constituintes não ouviram os cidadãos. "Fizeram uma Carta juntando panfletarismo e ativismo. Queremos que se comece todo o processo de novo, com o cidadão sendo escutado em primeiro lugar."

Entre os pontos considerados controversos da nova Constituição estão a afirmação de que o Chile passaria a ser um Estado plurinacional,

Área: 756.102 km² (pouco menor que o estado de Mato Grosso)
População: 18.307.925 (pouco menos que a da da Grande São Paulo)
PIB: US$ 252,9 bi (do Brasil é US$ 1,4 tri)
PIB per capita: US$ 26.247 (no Brasil é US$ 14.836)*
IDH: 43ª posição (Brasil é o 84º)

* Considerando paridade do poder de compra. Fontes: CIA World Factbook, Banco Mundial e PNUD

reconhecendo autonomia de indígenas sobre seu território, a aprovação de uma lei de aborto que leva em conta apenas a vontade da mulher e a proteção ampliada do meio ambiente, que desagrada interesses do setor minerador.

O texto tem 388 artigos e 11 capítulos e, apesar do tamanho, virou uma espécie de hit dos quiosques e bancas de jornais pelo país, nos quais exemplares são disputados como se fossem de um best-seller.

Entre as cláusulas há ainda as que definem o Chile como um "Estado de direito, com democracia representativa reforçada com modalidades de democracia direta" —o que na prática significa uma possibilidade de que existam novas consultas populares com relação a outros temas sensíveis.

A Carta também institui o que chama de "Estado ecológico", assumindo um compromisso com a contenção da emergência climática e do avanço de empreendimentos de agronegócio e mineração em áreas de mananciais de água, glaciares ou habitadas por povos indígenas.

Também há mudanças políticas radicais. Se aprovado o novo texto, o Senado será abolido e substituído por uma Câmara com maior representatividade regional. Esse assunto, também polarizador, resulta de uma reclamação contra a centralização da administração do país em Santiago e contra o fato de o Chile não ser uma federação, o que enfraquece a participação das regiões no governo nacional.

"A experiência chilena de reescrever a Constituição pode ser uma lição global de democracia direta, para o bem e para o mal", diz o analista Anders Beal, do Wilson Center (EUA).

Para ele, mesmo com a derrota do "sim", o processo todo traz dois lados importantes. Ao mesmo tempo que mostra o poder da mobilização popular para interferir na política de forma que vai além da atuação dos partidos tradicionais, pode frustrar a expectativa dos chilenos. "Essa experiência é um processo longo, e a crise econômica pode minar a paciência das pessoas."

Não é a primeira vez que se tenta enterrar a Constituição associada a Pinochet no Chile. Em 2005, ainda durante a gestão do socialista Ricardo Lagos, foram modificados ou eliminados artigos mais autoritários da Carta, especialmente os que estavam relacionados à ingerência das Forças Armadas na política.

Já no governo da também esquerdista Michelle Bachelet, houve mais de uma tentativa de aprovar a formação de uma Assembleia Constituinte, travada por representantes da direita no Congresso. Ainda assim, a ex-presidente, que agora se empenha na campanha pelo "sim", conseguiu fazer reformas criando a gratuidade parcial para a educação universitária e benefícios sociais oferecidos pelo Estado.

Nas últimas semanas, houve manifestações de defensores de ambos os lados espalhadas por vários pontos do país. Alguns incidentes ocorreram.

Em Valparaíso, em um palco armado pela campanha do Aprovo, uma performance de um grupo pró-diversidade chamado Los Indetectables causou repúdio e polêmica. Nela, um manifestante retirava do ânus uma bandeira do Chile. Já nos arredores de Santiago, um grupo de apoiadores do "não", que andavam a cavalo defendendo o aspecto rural, atropelaram ciclistas que defendiam o "sim".

Os principais pontos controversos da proposta de Constituição

ESTRUTURA DO ESTADO

- O novo texto reconhece o país como "um **Estado plurinacional, intercultural, regional e ecológico**"; pesquisa mostrou que 39% dos entrevistados disseram acreditar que isso estabelece que nem todos são iguais diante da lei

MEIO AMBIENTE

- Artigo estabelece que "**a natureza tem direitos**" e que "os animais devem receber especial proteção"
- Há legislações específicas para **preservar glaciares e pântanos**, que serão excluídos dos territórios liberados para mineração
- Trechos preveem **nacionalizar o acesso à água** —hoje limitado por um sistema de concessões a empresas privadas
- Texto ainda determina maior regulamentação das mineradoras e a proteção de mananciais de terras indígenas e de áreas designadas à exploração do lítio

SISTEMA POLÍTICO

- O texto **elimina o Senado**, substituindo essa Casa legislativa por uma "Câmara das Regiões", cuja intenção seria a descentralização da administração do país em Santiago
- Artigos mudam a regra da reeleição para o Executivo. Antes, um presidente só poderia ser reeleito de modo não consecutivo; a proposta **prevê a possibilidade de reeleição apenas uma vez e de modo consecutivo**
- Leis que envolvam gastos públicos terão restrições à autonomia presidencial, com o Congresso tendo que participar da decisão
- Câmara dos Deputados poderá reformar leis com aprovação de maioria simples —o regime atual exige aval de dois terços da Casa

DIREITOS SOCIAIS

- Moradia, segurança, saúde, trabalho, saúde e acesso à alimentação passam a ser considerados "direitos sociais" —ou seja, **provê-los passa a ser obrigação do Estado**

POLÍTICAS DE GÊNERO

- O Estado **se compromete a ser paritário** —mesma quantidade de homens e de mulheres— em todas as suas instâncias e fica obrigado a tomar medidas para punir qualquer tipo de violência de gênero
- Texto abre espaço para a regulamentação de uma lei que **leve em conta apenas o desejo da mulher para a realização de um aborto**

DIREITOS INDÍGENAS

- Artigos permitem a **autodeterminação desses povos**, assim como a criação de sistemas de Justiça locais vinculados a suas tradições —temas precisarão de regulamentação por parte do Congresso
- Texto reserva aos indígenas participação em órgãos públicos e estabelece a necessidade de **consulta prévia nos casos em que alguma política pública possa afetá-los** diretamente

Evgenia Novozhenina/Reuters

RUSSOS SE DESPEDEM DE GORBATCHOV EM FUNERAL SEM PUTIN

Milhares de moscovitas fizeram fila neste sábado (3) no Salão das Colunas (foto), perto do Kremlin, para homenagear Mikhail Gorbatchov, último líder da União Soviética, morto na terça (30) aos 91 anos. Gorbatchov foi enterrado sem honras de Estado e sem a presença do presidente Vladimir Putin, que alegou conflito de agenda para faltar à cerimônia. O caixão foi levado para o cemitério de Novodevichy e depositado ao lado do túmulo de sua mulher, Raisa Gorbatchova, que morreu há 23 anos. Sem pompa, a despedida de Gorbatchov contrastou fortemente com o dia nacional de luto e o funeral de Estado na principal catedral de Moscou concedido em 2007 ao ex-presidente Boris Iéltsin, primeiro a governar a Rússia pós-desintegração soviética, de 1991 a 1999. A ausência de Putin não chegou a surpreender, diante do fato de ele já ter chamado de "catástrofe geopolítica" o colapso soviético, processo no qual Gorbatchov foi determinante por causa de suas reformas política e econômica.

Demonização eleva risco de violência política, como se viu no ataque a Cristina

Argentina é expoente de onda da chamada polarização afetiva, que desumaniza adversários

ANÁLISE

Diogo Schelp
Jornalista e comentarista político, é pesquisador do Instituto de Relações Internacionais da USP

O fracassado atentado contra a vice-presidente Cristina Kirchner na quinta-feira (1º) foi a primeira tentativa de magnicídio na Argentina desde o fim da ditadura militar, na década de 1980. Naqueles anos, o presidente Raúl Alfonsín (1983-1989) sofreu dois ataques frustrados contra sua vida, um durante o exercício do cargo e o outro depois, em campanha eleitoral. Em 1986, foi uma bomba encontrada e desarmada pela segurança presidencial. Em 1991, durante um comício, um disparo de revólver que falhou.

Em comum entre o episódio de então e a tentativa de assassinato de agora, além do golpe de sorte que fez as armas falharem, há o clima de polarização que marca a política nacional. Os anos de Alfonsín foram marcados pela conturbada transição para a democracia e pelo julgamento da Junta Militar que governou o país no período anterior. Já a Argentina de hoje se caracteriza pelo ferrenho antagonismo entre kirchneristas e antikirchneristas, reforçado nas últimas semanas pelo indiciamento de Cristina Kirchner pelo crime de corrupção em seus dois mandatos presidenciais (2007-2015).

Não é por acaso, também, que temos visto um crescente número de casos de crimes ou ameaças com motivação política em outros países da América do Sul, como os planos para matar candidatos presidenciais na Colômbia e os eventos recentes no Brasil, incluindo-se aí a facada em Jair Bolsonaro durante a campanha presidencial de 2018 e o assassinato de um militante petista por um policial bolsonarista em Foz do Iguaçu (PR), em julho.

Relacionar episódios de violência política com o clima de polarização não é meramente intuitivo. A associação tem respaldo em estudos acadêmicos.

Em uma pesquisa publicada há dois meses, o cientista político James Piazza, da Universidade Estadual da Pensilvânia, nos Estados Unidos, baseou-se em entrevistas com 1.800 cidadãos americanos e na análise de 85 países democráticos para concluir que, de fato, indivíduos com alto grau de adesão a um dos extremos políticos são mais propensos a apoiar agressões contra adversários e que o nível de violência política tende a ser maior em nações com um contexto de polarização elevado.

Mas não qualquer polarização. Alguns cientistas políticos dividem a polarização política em dois tipos, a ideológica ou partidária e a afetiva ou "tribal". A polarização ideológica é a clássica divisão entre esquerda e direita ou entre apoiadores de partidos antagônicos, com programas bem definidos. Esse tipo pode ser benéfico para o fortalecimento de democracias, pois estimula o debate de ideias e de projetos.

A polarização afetiva, por sua vez, combina a adesão forte a uma identidade política com a intensa aversão a qualquer um que se encontre no espectro oposto e é visto como inimigo. Nesse tipo, há uma tendência a deslegitimar e atacar os adversários ou os líderes do grupo contrário. Discussões sobre programas ou temas de políticas públicas são secundárias.

É justamente a polarização afetiva que está relacionada a uma maior incidência de violência política. E isso ocorre, de acordo com Piazza, devido a três fatores.

O primeiro é a demonização e a desumanização dos integrantes do grupo político oposto, geralmente atribuindo-se a eles características caricaturais de imoralidade, de maldade ou de ameaça à sociedade. É o que Bolsonaro faz, por exemplo, quando diz que o embate com o PT é uma guerra do bem contra o mal, de quem é a favor da vida contra quem é contra a vida. Ou quando afirma que está numa missão, até a morte se preciso, para livrar o Brasil da ameaça comunista. E é o que Lula faz quando chama Bolsonaro de "demônio" ou quando seus apoiadores qualificam todos os bolsonaristas de fascistas.

A desumanização dos adversários acaba por legitimar o uso da violência, pois quem representa o mal ou é desprovido de atributos humanos pode ser combatido por qualquer meio.

O segundo fator é o sentimento de superioridade moral, o que justifica a intolerância contra argumentos ou visões de mundo divergentes e cria um contexto em que a política é vista como uma atividade ganha-perde, ou seja, em que só há vitoriosos ou derrotados, sem admitir um meio-termo ou a possibilidade de que todos possam se beneficiar com a busca do consenso.

[...]

Relacionar episódios de violência política como a tentativa de assassinato de Cristina com o clima de polarização não é algo meramente intuitivo. A associação tem respaldo em estudos acadêmicos

O terceiro fator é a facilidade de que os líderes dos extremos políticos têm para mobilizar seus apoiadores. Isso é decorrência do comportamento de tribo na polarização afetiva, ou seja, a tendência de recorrer à antipatia em relação aos adversários como forma de reforçar a afinidade e a lealdade ao próprio grupo. A facilidade de mobilização coletiva legitima e cria condições propícias para atos de violência.

Os traços de polarização afetiva são evidentes, atualmente, na Argentina, no Brasil e também no Peru, no Chile e na Colômbia.

Em todos esses países, é comum ver grupos políticos adversários acusando-se mutuamente de promover discurso de ódio e de fazer incitação à violência.

Na Argentina, o tom das acusações intensificou-se desde a divulgação da denúncia criminal contra Cristina Kirchner, que se diz vítima de perseguição política.

No Brasil, os pesquisadores Mario Fuks e Pedro Marques, da Universidade Federal de Minas Gerais, mediram com base em entrevistas, em estudo divulgado em 2020, os dois tipos de polarização política, confirmando a predominância no país da versão afetiva, enquanto a ideológica é apenas moderada, sem uma oposição consistente entre ideias de esquerda e direita.

O contexto aqui e nos países vizinhos, portanto, é favorável a esses episódios de violência política, legitimados pela demonização de adversários e pelo sentimento de superioridade moral.

Episódio já impacta cenário eleitoral argentino para 2023

Sylvia Colombo

SANTIAGO A tentativa de assassinar Cristina Kirchner já virou um tema incontornável para a sucessão presidencial, que ocorre no ano que vem na Argentina. Se, entre os políticos governistas, se reforça a ideia de unir forças ao redor da vice, que tem aspiração de voltar ao cargo, por parte dos opositores há um esforço de moderação dos ataques.

A estratégia é evitar entrar no confronto sugerido pelo presidente Alberto Fernández em pronunciamento em cadeia nacional, poucas horas após o episódio, no qual apontou inimigos que, para ele, estariam por trás do crime: imprensa, Justiça e oposição.

"A Justiça deve entregar resultados rápidos, se não quiser ver o clima de polarização aumentar e, com isso, impedir que o julgamento seja feito pela população, a partir de sua leitura particular do caso, como ocorreu outras vezes", diz à **Folha** Sergio Berensztein, consultor e analista político. Ele recorda o caso do promotor Alberto Nisman, morto de modo ainda misterioso em 2015, quando preparava uma acusação contra Cristina Kirchner. Até hoje, é comum muitos argentinos se dividirem entre os que creem que ele tenha sido assassinado e os que acreditam no suicídio, causa apontada por uma investigação formal, contestada por falta de evidências.

Neste sábado (3), a consultoria Reputación Digital, que faz pesquisas a partir de reações nas redes sociais, apontou que 62,44% dos argentinos não acreditam que o incidente tenha sido de fato um atentado, mas sim uma "armação", segundo enquete online com mais de 250 mil pessoas.

A oposição ao kirchnerismo, representada por alianças como o Juntos por El Cambio, do ex-presidente Mauricio Macri (2015-2019), pelos libertários de Javier Milei e os partidos mais à esquerda do peronismo, como o Frente de Izquierda, deve caminhar para a moderação nas críticas ao governo, ao menos por ora, por respeito à institucionalidade.

Para Berensztein, a situação é similar à do Brasil pós-atentado a Bolsonaro. "Os opositores não puderam atacá-lo quando estava no hospital, e isso contribuiu para sua vitória". Também para Marcos Novaro, cientista político da Universidade de Buenos Aires, "a oposição se equivocará se seguir na escalada de confrontação, se cair na provocação do governo expressada pelo presidente em cadeia nacional".

Na visão de Novaro, quem tem se saído melhor é Macri, que "vem mantendo moderação". Do ponto de vista do governo, Berensztein enxerga um dilema: "Há a possibilidade de o kirchnerismo dimensionar o ocorrido e tratar com a seriedade merecida ou de exagerar na vitimização de Cristina usando o discurso do ódio, o que seria um erro."

Novaro crê ser muito difícil Cristina não sair candidata no ano que vem. "Ela tem mais capital político agora do que na eleição passada e soube que foi um erro deixar o posto de líder da chapa presidencial nas mãos de Alberto Fernández. Caso o cenário não mude muito até lá, para ela será bastante tentador candidatar-se."

Ele também considera que uma eventual vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Brasil será mais um fator a animá-la. "Seguramente veremos visitas de apoio, gestos entre [Gabriel] Boric [presidente do Chile], [Gustavo] Petro, [presidente da Colômbia], e Lula em torno de uma candidatura de Cristina. A pergunta é o quanto de fôlego esses presidentes terão num cenário econômico muito grave."

Energia e Ucrânia marcam últimos atos de Boris no poder

Premiê deixa cargo nesta segunda, quando nome de substituto será anunciado

Ivan Finotti

MADRI Pode parecer estranho que o primeiro-ministro Boris Johnson ainda esteja no cargo após ter renunciado há quase dois meses. Mas assim são as coisas no Reino Unido. Nesta segunda (5), o novo, ou, mais provavelmente, a nova primeira-ministra será anunciada, após eleições indiretas entre os cerca de 160 mil filiados do Partido Conservador.

Com Elizabeth Truss liderando as pesquisas —sempre na casa dos 60%, cerca de 30 pontos à frente de Rishi Sunak—, Boris Johnson se dedica a seus últimos atos como líder máximo do país. Nesta semana, anunciou investimento de £ 700 milhões (R$ 4,2 bilhões) para a construção de uma usina nuclear em Sizewell, na costa leste da Inglaterra. O valor, entretanto, não é suficiente, e o governo ainda precisa atrair investidores privados para o projeto.

"Nós vamos conseguir, pois seria absolutamente loucura não o fazermos", disse o primeiro-ministro no evento. Boris se refere ao fato de o Reino Unido buscar mais independência na energia após o aumento no gás e na gasolina, consequência da Guerra da Ucrânia, ter deixado milhões de famílias em situação de fragilidade para enfrentar o que vem sendo chamado de "catástrofe de inverno", com contas de luz subindo de uma média anual de £ 2.000 (R$ 12 mil) para £ 3.600 (R$ 21,5 mil).

Já na semana anterior, Boris fez uma visita surpresa à Ucrânia, no dia em que o país comemorava seu dia de independência —e que também marcava seis meses da invasão russa. "A Ucrânia pode e vai vencer esta guerra", disse o britânico no Twitter da rua Downing Street, 10 (sede do governante em Londres).

Foi sua terceira visita ao país, e Boris foi um dos poucos líderes que voaram para a Ucrânia em momentos mais perigosos na primeira parte da guerra. O Reino Unido colocou cerca de £ 2,3 milhões (R$ 14 milhões) em ajuda financeira e militar no país.

Boris Johnson se elegeu primeiro-ministro em julho de 2019 com uma campanha que prometia o brexit imediatamente. Aconteceu após sua antecessora, Theresa May (2016-2019), enviar ao Parlamento três versões do plano de saída do Reino Unido da União Europeia —e ter sido por três vezes negada.

O premiê britânico Boris Johnson em visita a Kiev Guênia Savilov - 24.ago.22/AFP

Boris apresentou um plano de saída imediata, que ocorreria em 31 de outubro, mas essa tentativa naufragou após perda de maioria e dissolução do Parlamento.

Em dezembro, no entanto, Boris conseguiu reunir novamente a maior parte das cadeiras nas eleições legislativas: seu Partido Conservador ganhou 43,6% dos assentos, contra 32,1% dos trabalhistas.

Com isso, a saída da comunidade foi oficializada em 31 de janeiro de 2020. Desde então, entretanto, a opinião pública britânica mudou, com maioria entendendo que o reino deveria ter ficado na União Europeia e dizendo que a saída se mostrou um erro.

A pandemia de Covid-19, no entanto, foi a crise mais séria enfrentada por Boris Johnson ao longo de seus quase três anos de governo —e, por fim, uma das responsáveis pela sua derrocada.

O primeiro caso confirmado de Covid-19 no país aconteceu no mesmo dia em que o Reino Unido saiu da União Europeia. Nos primeiros meses, Boris não foi a diversas reuniões do comitê de emergência para combate da pandemia e, segundo cientistas, a falta de um lockdown imediato, assim como demora para fechamento de escolas e locais públicos, contribuiu para que o país apresentasse taxas muito altas de transmissão e de mortes.

Até o mês passado, o Reino Unido teve 205 mil mortos, atrás apenas da Rússia entre os países da Europa.

Em março, após Boris decretar o lockdown, seu chanceler Rishi Sunak anunciou que governo iria pagar 80% dos salários para que as pessoas ficassem em casa. Já o primeiro escândalo envolvendo a pandemia aconteceu em maio de 2020, quando o principal assessor político de Boris resolveu visitar seus pais no interior em pleno lockdown.

Dominic Cummings havia sido o ideólogo da campanha vitoriosa pelo brexit em 2016 e foi visto como o grande responsável pelo triunfo nas eleições legislativas de dezembro de 2019, que deram a Boris tranquilidade para governar. Foi ainda o responsável por slogans como "take back control" (retomar o controle), usado no referendo, quanto o "let's get brexit done" (vamos fazer o brexit acontecer), nas eleições nacionais de 2019.

Boris resistiu a decretar uma nova quarentena em setembro de 2020, quando a segunda onda se avizinhava.

Recordes de mortes, entretanto, o obrigaram a aceitar o pedido das autoridades sanitárias em 31 de outubro. Em 8 de dezembro, por outro lado, a Inglaterra se tornou o segundo país do mundo a vacinar contra a Covid-19, três dias após a Rússia ter dado início à imunização com sua controvertida vacina Skylab.

O Reino Unido alcançou o recorde de 1.328 mortos em pleno terceiro lockdown. Boris pediu desculpas e disse assumir toda a responsabilidade. Em maio, Dominic Cummings testemunhou no Parlamento e disse que Boris não era adequado para o cargo de primeiro-ministro e que dezenas de milhares de pessoas morreram na pandemia por seus desmandos.

No fim do ano passado, circularam vídeos mostrando o primeiro-ministro em uma festa nos jardins de Downing Street em maio de 2020, durante a primeira quarentena. Esse escândalo ficou conhecido como "partygate".

Boris inicialmente disse que não houve festa e, em janeiro deste ano, se desculpou por ter ido a uma reunião que acreditava ser de trabalho. Uma investigação foi aberta e, em abril, o primeiro-ministro foi multado pela polícia (£ 50, ou R$ 300), tornando-se o primeiro líder na história britânica a ser condenado por infringir a lei no cargo.

Pesquisas na época davam que apenas 28% dos eleitores acreditavam na justificativa de Boris de que se tratava de um evento de trabalho, enquanto que, para 63% (incluindo 52% dos eleitores do Partido Conservador), ele estava mentindo. Pressionado por parlamentares e ministros, ele recebeu, em junho, um voto de confiança para continuar no governo.

Mas no último dia daquele mês, o chefe parlamentar conservador de Boris, Chris Pincher, renunciou dizendo que havia bebido demais num clube privado na noite anterior e "envergonhado a si mesmo e a outras pessoas".

Surgiram denúncias, então, de que ele tinha atacado sexualmente dois homens e, quando ficou claro que Boris conhecia detalhes do comportamento privado de Pincher, 13 ministros e outros políticos renunciaram de seus cargos. O premiê ainda tentou demonstrar resistência, mas a situação já era insustentável.

Em 7 de julho, foi a vez de o encurralado Boris Johnson anunciar sua renúncia, abrindo caminho para uma nova liderança conservadora.

Mulheres criam 'Ela, não' para barrar 1ª mulher no poder na Itália

Michele Oliveira

MILÃO "Seu programa me dá medo", disse a cantora Elodie. "Há muita diferença entre uma liderança feminina e uma liderança feminista", repetiu a também cantora Levante, parafraseando a líder da centro-esquerda Elly Schlein. "É nossa hora de agir", escreveu Chiara Ferragni, mais famosa influencer do país.

Nas últimas semanas, mulheres famosas na Itália, especialmente das áreas das artes e da música, encampam individualmente uma campanha do tipo "Ela, não" contra a possibilidade de que Giorgia Meloni, líder do partido de ultradireita Irmãos da Itália, se torne a primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra, rompendo uma tradição masculina de 76 anos.

Ao que indica a pesquisa Ipsos da última quinta (1º), a coligação de direita formada pelo partido de Meloni, pela Liga de Matteo Salvini e pela Força, Itália de Silvio Berlusconi manteve o primeiro lugar, com 46,4% das intenções de voto, mais de 15 pontos percentuais à frente da chapa de centro-esquerda. Como o Irmãos da Itália é o mais bem colocado, com 24%, em teoria o lugar de chefe de governo seria ocupado pela legenda, segundo acordo entre os líderes.

Num país com a maior disparidade da União Europeia entre homens e mulheres no mercado de trabalho, com só metade delas, entre 20 e 64 anos, ativas economicamente, era de se esperar que a chegada de uma mulher a um dos postos mais altos da vida pública fosse celebrada pela representatividade. Mas para uma parte delas a possível conquista de Meloni tem mais sabor de derrota.

Não só por ela ser um dos maiores expoentes da ultradireita europeia, fundadora de um partido com símbolos diretamente ligados ao pós-fascismo. Mas também porque seu programa é considerado distante da agenda histórica do movimento feminista.

Divulgado nesta semana, o plano tem como primeiro tópico o "apoio ao nascimento e à família", definida como o "elemento-base da sociedade". Entre as propostas estão o aumento do auxílio mensal para famílias com filhos pequenos, a redução de impostos em pacotes de fraldas e mais vagas nas creches gratuitas.

"A agenda acaba por apoiar a mulher no papel de mãe. Do ponto de vista da igualdade de gênero e de modelos de famílias, não tem nada a ver com o movimento histórico das mulheres", diz à **Folha** Giorgia Serughetti, pesquisadora de teoria política e gênero na Universidade de Milão-Bicocca.

Para a analista, ao reproduzir slogans como "Deus, pátria e família" e se definir como "mulher, mãe, italiana e cristã", Meloni busca reforçar que o modelo de família é um só, heteronormativo, excluindo o reconhecimento de direitos a núcleos LGBTQIA+. Ao mesmo tempo, ao dar ênfase ao caráter patriótico em medidas como o bloqueio naval contra imigrantes, subtrai da lista estrangeiras e não cristãs.

Uma das maiores preocupações dos grupos feministas se relaciona com o acesso ao aborto, descriminalizado desde 1978 e, em teoria, acessível na rede pública. No papel, Meloni defende a "plena aplicação" da lei que consente com a interrupção voluntária da gravidez, mas enfatiza a prevenção. Segundo especialistas, na prática, isso significa incentivar, inclusive financeiramente, organizações chamadas de "pró-vida", que atuam na tentativa de dissuadir mulheres da decisão de abortar.

> Giorgia Meloni passou a jogar essa carta de ser mulher, mas não pede um voto de gênero, mas sim a favor de um modelo de família que talvez agrade mais aos homens que às mulheres
>
> **Giorgia Serughetti**
> pesquisadora de teoria política e gênero na Universidade de Milão-Bicocca

A região de Marche, no leste do país, governada pelo Irmãos de Itália, está entre aquelas em que as mulheres enfrentam mais dificuldades de acesso para a interrupção da gravidez, com obstáculos ao aborto farmacológico e alto percentual de médicos que podem se recusar a realizar o procedimento por motivos pessoais ligados a religião, moral ou ética. Foi a partir desse tema que Chiara Ferragni se manifestou nas redes: "É uma política que pode se tornar nacional" se a direita vencer.

"As iniciativas que na prática podem ter como resultado o esvaziamento da lei do aborto são o ponto mais preocupante da cultura política do partido. Ainda mais diante do revés notável que o tema tem enfrentado mundialmente", afirma Serughetti.

Em seu livro autobiográfico e em declarações anteriores à campanha, Meloni procurou minimizar o ponto de vista feminino de suas conquistas, como o fato de ser uma das poucas mulheres a liderar um partido no país. Nas últimas semanas, passou a dar mais ênfase ao simbolismo de poder se tornar a primeira mulher primeira-ministra da Itália, ainda que ressaltando o viés da maternidade. "Não vou renunciar a nada que tenha relação com a minha filha de seis anos. As mulheres dão sempre um jeito."

A intenção, de acordo com analistas, é melhorar seu desempenho entre essa fatia do eleitorado, segmento em que o Irmãos da Itália se sai pior que os adversários. Enquanto mulheres são maioria (51,8%) do total de eleitores, figuram como minoria (46%) entre apoiadores do partido.

"Ela passou a jogar essa carta de ser mulher, mas não pede um voto de gênero, mas sim a favor de um modelo de família que talvez agrade mais aos homens que às mulheres", avalia Serughetti.

Consumidora faz compras em rede de atacarejo na zona leste de São Paulo Rubens Cavallari/Folhapress

Auxílio e combustível devem fazer varejo subir preços até o fim do ano

Empresas vinham evitando repassar integralmente inflação ao consumidor para não perder vendas

Daniele Madureira

SÃO PAULO A escalada da inflação em 2022 e, especialmente, no segundo trimestre do ano, fez o varejo mexer nas suas margens de lucro. Em abril, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) atingiu o pico de 12,13% em 12 meses, para fechar junho em 11,89% no acumulado anual.

De acordo com levantamento feito pela consultoria Economatica para a **Folha**, dos 29 varejistas com ações negociadas na Bovespa, 21 reduziram no segundo trimestre a sua margem bruta (diferença entre a receita e o custo da mercadoria vendida), seja em relação ao primeiro trimestre do ano, seja em comparação ao segundo trimestre de 2021.

O levantamento apontou que, entre abril e junho deste ano, os varejistas aplicaram margens brutas entre 10,5% e 67,6%. No período, o indicador apresentou reduções entre 0,1 ponto percentual (p.p.) e 7,5 p.p.

"As reduções na margem bruta indicam que o varejo procurou segurar em parte o aumento da inflação e não repassá-lo na sua totalidade ao consumidor, a fim de não perder vendas", disse Carlos Vieira, analista-chefe da TC Economatica.

De acordo com Vieira, a tendência é que agora, no segundo semestre do ano, com o incremento do pagamento do Auxílio Brasil de R$ 600 na economia, as varejistas voltem a recompor suas margens —ou seja, repassar todo o custo da inflação.

"Ao mesmo tempo, as empresas tendem a absorver a redução do custo do frete, proporcionada pela queda no preço dos combustíveis", diz o economista.

A pesquisa da Economatica, uma das maiores provedoras de informações financeiras do país, levou em conta a classificação setorial internacional NAICs Nível 1, onde se encontram a maior parte das varejistas de capital aberto.

As empresas Americanas, C&A, Dimed (dona da rede de farmácias Panvel), Enjoei, Magazine Luiza, Pague Menos, RaiaDrogasil e Via (Casas Bahia e Ponto) não reduziram suas margens no segundo trimestre. Dessas 8, porém, 3 apresentaram queda na receita líquida (Via, Magazine Luiza e Americanas) e 3 registraram prejuízo no período (Magazine Luiza, Americanas e Enjoei).

Na opinião do consultor em varejo Alberto Serrentino, sócio da Varese Retail, o principal movimento do segundo trimestre foi o aperto na margem líquida (percentual do lucro líquido em relação à receita total).

"Grande parte das empresas de varejo têm algum nível de despesa financeira associada a crédito aos clientes ou ao financiamento da operação", diz Serrentino. "Com a disparada dos juros, essa despesa financeira ficou muito maior e comprime a margem líquida."

Continua na pág. A19

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Abilio Diniz

Sem meu filho, vou me reinventar e seguir em frente para ajudar o país

Empresário diz que lhe falta um pedaço após a morte de João Paulo Diniz, mas quer permanecer atuante e contribuir com diálogo

PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES

SÃO PAULO Depois da morte de seu filho João Paulo Diniz, no mês passado, o empresário Abilio Diniz afirma que lhe falta um pedaço, jamais poderia imaginar uma dor tão grande e terá de se reinventar em uma vida diferente. "Tenho que seguir em frente. E vou seguir, cumprindo as minhas obrigações, inclusive as minhas responsabilidades como brasileiro", diz.

Para ele, o país passa por um momento de instabilidade, sem previsão de quem vai ganhar a eleição. Na economia, avalia que o Brasil não vai tão mal, e a situação fiscal não é imobilizante. Os auxílios para a população pesam nas contas, mas ajudam no problema da fome e precisam continuar.

"Acho muito importante, até que nós consigamos fazer o país voltar a crescer firmemente, gerar emprego e fazer com que as pessoas possam ter sua renda, ganhar dinheiro por conta própria", diz.

Sobre a polarização entre Lula e Bolsonaro, ele diz que prefere se manter neutro, sem criticar governos, e dialogar.

*

Abilio Diniz, no escritório da Península, em São Paulo Bruno Santos/Folhapress

Raio-X
Presidente do conselho de administração da Península, empresa de investimentos de sua família, Abilio Diniz, 85, também é membro dos conselhos do Carrefour Global e Brasil. Entre 2013 e 2018, presidiu o conselho da BRF. Ao lado do pai, foi responsável pela criação do Grupo Pão de Açúcar.

Como está atravessando isso? Tenho ficado muito recluso. É a primeira vez que eu falo com alguém para fora. Na linha da vida, os mais velhos vão primeiro. Quando você pega uma inversão da linha da vida, um pai perdendo um filho, é muito duro. Eu jamais poderia imaginar que houvesse uma dor tão grande.

Já passei por momentos muito difíceis. Fui sequestrado. Achava que eu ia morrer, mas nada comparado com esse momento que estou vivendo. A vida nunca mais vai ser igual, porque falta um pedaço de mim. Mas eu sei que eu tenho que me reinventar nessa vida diferente, sem meu filho.

Tenho uma família, seis filhos, 18 netos e seis bisnetos. Tenho empresas, a gente investe, tenho um papel atuante. Não posso faltar com meus compromissos. Dou aula na FGV em um curso de 40 pessoas, 14 delas vêm de outros estados. Não posso frustrar as pessoas. Não dá para faltar.

Apesar de tudo o que eu estou sentindo, tenho que me reinventar. E vou seguir em frente, cumprindo as minhas obrigações, inclusive, as minhas responsabilidades como brasileiro, que tenho há muito tempo. Sei que é importante, que há pessoas que gostam de ouvir a minha opinião e o que eu penso. E neste momento que o Brasil está vivendo, não tenho direito de me ausentar.

Uma das coisas que têm feito bem ao meu coração é o carinho que eu tenho recebido das pessoas. Quero agradecer. Nas minhas redes sociais, é grande a quantidade de gente que tem passado mensagens.

Esse momento do país polarizado te preocupa? Qual é a perspectiva? Não acho que o Brasil vai tão mal. Acho que vai até bem. Desde o ano passado, eu já vinha acreditando na recuperação. Na pandemia, não caímos tanto quanto se imaginava, quanto nos outros países. Conseguimos subir em 2021, quando ninguém acreditava.

Os prognósticos eram de que o Brasil não iria crescer em 2022. E veja o que está acontecendo: estamos crescendo, gerando emprego. Fazendo com que a renda individual esteja subindo, e isso é importante para os mais vulneráveis. O serviço se recuperando, a indústria. E ao mesmo tempo, combatendo inflação. Com quanto será que vão terminar os EUA? A Europa?

Quando você olha o Brasil de maneira isolada, tem muita coisa para fazer. Temos que fazer mais inclusão, crescer distribuindo renda. É no crescimento que se faz a distribuição. Neste momento, as pessoas mais vulneráveis, de mais baixa renda, têm conseguido sobreviver pelos auxílios. O de R$ 600 dado na pandemia segurou muita gente.

Está continuando agora? Para mim, não importa se é com fim eleitoral ou não. Está dando dinheiro para os brasileiros. Acho muito importante, até que nós consigamos fazer o país voltar a crescer firmemente, gerar emprego e fazer com que as pessoas possam ter sua renda, ganhar dinheiro por conta própria. Aí vai tirando esses estímulos, que realmente pesam.

Outra coisa que se fala do Brasil é que a situação fiscal está horrível, que neste ano está crescendo, mas ano que vem vai ser desastre. Tem gente torcendo contra. Eu não vejo assim, estamos com relação dívida/PIB de menos de 80%. Não é algo que estrangula.

Claro que o ideal seria fazer essa dívida cair e não subir. Mas dizer que temos uma situação fiscal que nos imobiliza não é verdade. Temos espaço para gastar. Não é para desperdício. Com todos esses auxílios, estamos com relação dívida/PIB ainda confortável.

Não acredito nessas projeções de que não vai crescer em 2023. Já no ano passado eu apostava em crescimento maior para este ano. Não é que eu seja um analista melhor do que os outros. Mas acho que eu tive serenidade para analisar esse país sem puxar para um lado nem para o outro.

É claro que tem muito a ser feito. Eu gostaria de ver o Brasil completamente sem fome. Nenhum brasileiro com insegurança alimentar. Agora, esse auxílio de R$ 600 segurou muito. O suficiente? Nada é suficiente, mas é preciso manter os estímulos, por enquanto.

Você sempre preferiu ficar neutro. Na crise econômica da gestão Dilma, quando muitos empresários criticaram publicamente, você dizia: muito faz quem não atrapalha. Agora alguns empresários se posicionam a favor de golpe. O que acha disso? Eu só tenho informações dos jornais. Desses empresários que foram citados [na operação da PF sobre o grupo de WhatsApp em que se defendeu golpe], eu só conheço bem um, o Meyer Nigri. Não tive acesso ao que está escrito. Não acredito que essa gente estivesse tramando golpe, ainda mais por grupo de WhatsApp. Eu acho que, hoje, empresário ou não, as pessoas são pró-democracia.

E o movimento das cartas pela democracia. O que achou? Sobre a carta, eu não assinei. Primeiro, porque ninguém me convidou. Segundo, porque virou partido político. Parecia um instrumento contra o Bolsonaro. Não necessariamente a favor do Lula, mas tinha aí um carimbo de alguma coisa, já tomando um partido de um lado ou outro.

Não quero entrar nessa. Nos dez anos da minha vida participando do governo [como membro do Conselho Monetário Nacional], na década de 80, aprendi muito. Eu não sei se dei muita coisa ao país, mas aprendi. Uma delas é que não se briga com governo. Se você quer agir em favor do seu país, não brigue. Procure estar perto, colocar suas ideias.

Naquele tempo, eu não era o Abilio de hoje. Briguei. Não é por aí. Aprendi desde o governo Fernando Henrique. Estive próximo dele, muito próximo do Lula. Ajudei a fazer a campanha da Dilma no primeiro mandato. Estive com ela até um bom pedaço do segundo. Senti que o Brasil ia bater no muro. Não apoiei impeachment, não saí para a rua.

Quando o Temer entrou, já o conhecia bem. Procurei colocar minhas ideias. Acho que dei minha contribuição. Veio Bolsonaro, me mantive perto. Não quero ser pretensioso, mas eu falei muita coisa. Da mesma forma que sempre mantive contato com Lula. Conheço ele há 40 anos. Tenho relacionamento muito bom com ele e quero me manter neutro nisso.

Seja quem for o presidente, quero estar perto. Quero dar a contribuição da minha experiência, do que conheço do Brasil, tanto no GPA [Grupo Pão de Açúcar], em que estive por 50 anos, como no Carrefour. O tempo em que estive na BRF me deu conhecimento do agro. Quero continuar trabalhando, crescendo.

A coisa mais importante que eu tenho a fazer nesse momento é ajudar a família depois de um baque como esse. E quero ajudar meu país.

Como avalia os sinais das campanhas de Lula e Bolsonaro e que nomes seriam bons na Economia? Tenho a impressão de que se o eleito for o atual presidente, ele vai continuar com Paulo Guedes. Muita gente não gosta, acho que ele se comunica mal, mas acho que está fazendo um trabalho importante, inclusive arrumando maneiras de dar os subsídios à população.

Tenho contato com o Lula e pessoas dele, mas ele não declara nada. Eu tenho a impressão de que vai seguir um pouco o que fez no primeiro mandato, quando colocou um político inteligente, capaz de assimilar esse campo da economia, se munir de técnicos, de bons economistas. Em 2003, mais que dobramos a taxa de câmbio, mas durou pouco. Bastou ele começar a falar as medidas que ia tomar e caiu.

No caso do Bolsonaro, acho que ele cresceu nesses quatro anos. Aprendeu muito. Cometeu erros. Acredito que vai fazer guinadas em algumas coisas. Mas de forma que os brasileiros fiquem mais satisfeitos.

Lula vai se empenhar para fazer distribuição de renda, olhar os vulneráveis, fazer o melhor por eles. Mas sem esquecer que o país precisa crescer. Tem muito capital externo. E aonde os investidores vão? É difícil escolher porto seguro para colocar o dinheiro. E o Brasil é isso.

O que nós precisamos? Primeiro, de segurança jurídica, regras claras para investimento. Esse é um momento de instabilidade. Estamos a 30 dias da eleição e não se sabe quem vai ganhar. Não se sabe se vai ter mudança radical. Acho até que não vai. Está todo mundo esperando. Isso vai acabar. Daqui a dois meses, passou a eleição e a vida vai seguir, qualquer que seja o resultado. E aí, acho que tem muito dinheiro de fora para entrar.

E o rumor de que tem interesse em voltar ao Pão de Açúcar? São apenas rumores recorrentes de mercado. Meu foco no Carrefour é total. Estou muito comprometido com o grupo no Brasil e na França.

VEJA VÍDEO DA ENTREVISTA EM folha.com/abiliodiniz

Bolsonaro pode alcançar Lula?

Datafolha mostra limite do voto no presidente, que precisa esticar eleição

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Dos eleitores de Lula (PT), 17% dizem que ainda podem escolher outro nome, segundo o Datafolha. Entre os que votam em Jair Bolsonaro (PL), 16%. Suponha-se que Lula perca todos esses votos e não receba nenhum mais; que Bolsonaro não perca eleitor algum e ganhe o voto de todos aqueles que afirmam considerá-lo caso de alternativa. Na ponta do lápis, daria empate em cerca de 37% (Lula ora tem 45%, Bolsonaro, 32%).

Eleição não é caso de conta na ponta do lápis. Mas, por um lado, é fácil perceber por essa continha que a situação de Bolsonaro não é lá muito fácil. Por outro, as pessoas podem simplesmente mudar de ideia.

A rejeição a Bolsonaro continua majoritária. Desde maio, flutua entre 51% e 55%. Note-se de passagem que o Datafolha pergunta em quem o eleitor "não votaria de jeito nenhum no primeiro turno". Feita a ressalva, Bolsonaro estaria assim derrotado em um segundo turno a não ser que a rejeição a seu adversário fosse maior ou igual. A rejeição a Lula está em 39% (era 33% em maio).

Resta, pois, ao bolsonarismo depredar Lula ainda mais, o chamando de "macumbeiro", "ladrão" e sabe-se lá que bala ponham na agulha a fim de fazer estrago adicional. Quanto a votos, a situação é difícil.

Entre os eleitores de Ciro Gomes (PDT), 65% "não votariam de jeito nenhum" em Bolsonaro (ao menos no primeiro turno); entre os de Simone Tebet (MDB), 66%. De resto, apenas 2% dos eleitores ainda não têm candidato algum.

Como um segundo turno é mais provável, a campanha ainda pode durar quase dois meses. Neste ano, o grosso das melhoras na economia da vida cotidiana já ocorreu. Mas é quase certo que o número de pessoas empregadas continue a aumentar até fins de outubro. O salário médio se recupera mais rapidamente (despiora, na verdade, mas acelerando).

No entanto, o grande aumento da miséria em 2021 pode ter deixado sequelas, nas emoções e no corpo, além do fato de muita gente viver ainda em condições atrozes.

A inflação geral caiu para menos de 10% ao ano em agosto, mas a inflação dos alimentos ainda corre a mais de 17% ao ano. Os R$ 600 do auxílio de abril de 2020 valem agora apenas R$ 434 em termos de poder de compra de comida.

A julgar por vários números do Datafolha, o Auxílio Brasil gordo não melhorou a situação de Bolsonaro de modo algum. Até agora, ressalte-se. Pode continuar a não fazer efeito, mas o pagamento do Auxílio Emergencial, a partir de abril de 2020, não elevou de pronto a popularidade de Bolsonaro, que continuou piorando até junho daquele ano. Além do mais, o governo pode tentar comprar mais alguns votos.

Sim, o país está um horror, perdeu 12 anos em termos socioeconômicos, não há "decolagem" e menos ainda euforia, mas esquerda e oposição em geral se recusam a ver os números mais simples e óbvios do que era despiora e agora é óbvia melhora. Algum efeito marginal isso terá na eleição, em uma campanha na qual o lulismo não oferece programa e ainda padece do envelhecimento sociocultural da arenga popularesca de Lula, que diz disparates semanais.

Em maio, a diferença entre Lula e Bolsonaro no primeiro turno era de 21 pontos; agora, é de 13.

Enfim, é óbvio que a eleição tem muitas facetas: a desumanidade essencial de Bolsonaro, a questão religiosa, feminismo, "pátria e família", saúde, decência humana básica, racismo, democracia, questões de classe, geracionais. Não é só a "eleição da fome", ainda que um terço do país mal tenha o que comer (dois terços têm, note-se). De mais certo e simples, Bolsonaro precisa de tempo para depredar Lula, que precisa mirar em gol no primeiro turno.

Quanto ganhou o varejo no 2º trimestre

Margem bruta de 21 dos 29 varejistas na Bolsa recuou na comparação com o 1º tri de 2022 e/ou com o 2º tri de 2021

Empresa	Segmento Bovespa	Receita Em R$ 2º tri.22	Variação da receita Em % 2º tri.22 x 1º.tri.22	Variação da receita Em % 2º tri.22 x 2º tri.21	Margem bruta Em % 2º tri.22	Variação da margem bruta Em p.p. 2º tri.22 x 1º tri.22	Variação da margem bruta Em p.p. 2º tri.22 x 2º tri.21	Lucro líquido Em R$ milhões 2º tri.22
Allied	Eletrodomésticos	1,269 bi	-7,2	-16,9	14,4	0.3	-0.1	24
Assaí	Alimentos	13,291 bi	16,1	32,3	16,1	0.2	-1.0	319
Carrefour	Alimentos	25,279 bi	26,3	35	18,1	-0.5	-1.2	620
D1000 Farma	Medicamentos e outros produtos	374,6 mi	14,4	36,3	33,9	2.5	-0.4	12,3
Embpar	Material de transporte	219 mi	29,6	-10,7	21,2	-2.0	7.0	-1,5
Eurofarma	-	1,675 bi	-23	11,7	63,8	-3.1	-0.7	139,7
Lojas Grazziotin	Tecidos vestuário e calçados	217,8 mi	72,6	11,5	54,2	-1.2	0.1	49,2
Grupo Mateus	Alimentos	5,202 bi	13,6	39,7	22,6	0.2	-0.6	261,2
Grupo SBF/Centauro	Produtos diversos	1,463 bi	8,8	30,3	45,8	-0.4	-0.8	32,1
Grupo IMC (restaurantes)	Restaurante e similares	621,5 mi	27,5	39,5	34,8	8.5	-1.3	-4,8
Le Biscuit	Produtos diversos	178,5 mi	7,4	13	44,3	-0.7	-3.6	-37,2
Lojas Marisa	Tecidos vestuário e calçados	731,4 mi	25,6	20,5	42,3	-0.6	1.4	-27,8
Lojas Renner	Tecidos vestuário e calçados	3,626 bi	38,8	45,7	60,8	-0.2	1.8	360,4
Minasmáquinas/Mercedes-Benz	Material de transporte	203,7 mi	36	6,5	10,5	-1.3	0.7	11
Mobly Móveis e Decoração	Programas e serviços	148,7 mi	-2,7	-15,3	38	-1.1	0.5	-27,8
CDB/Grupo Pão de Açúcar	Alimentos	10,116 bi	0,5	-14,8	25,8	-0.1	0.4	-173
Lojas Quero-Quero	Produtos diversos	556,1 mi	2,9	12,1	33,6	-0.7	-6.0	-4,4
Track&Field	Vestuário	131,4 mi	16,8	39,2	54,1	-5.9	-5.5	17,3
Vivara	Acessórios	469,4 mi	39,1	29,7	67,6	-0.1	-0.5	89
Viveo	Medicamentos e outros produtos	1,946 bi	2,4	20,4	16,7	1.0	-6.3	45,7
WLM/Scania	Material de transporte	461,5 mi	113,6	-14,4	13,4	-7.5	1.6	34,4

Fonte: Economatica

Auxílio e combustível devem fazer varejo subir preços até o fim do ano

Continuação da pág. A17

No caso de grandes varejistas como o Carrefour, que viu a margem bruta diminuir no segundo trimestre do ano, Serrentino acredita que foi uma medida estratégica. "Segurar os preços foi claramente uma iniciativa para não perder participação de mercado", afirmou.

Procurado, o Carrefour não atendeu ao pedido de entrevista. Também não atenderam a reportagem as empresas Grupo Pão de Açúcar, Assaí, Renner, Marisa, SBF/Centauro, IMC, Track & Field e Grupo Mateus.

A varejista de eletrônicos Allied confirma que o maior problema tem sido o custo do dinheiro. "O custo do crédito foi o principal fator para comprimirmos as margens no primeiro e no segundo trimestres", afirma Silvio Stagni, presidente da Allied.

Segundo ele, a inflação dos eletrônicos é lastreada em dólar e, apesar de alguns picos de alta da moeda este ano, não houve uma grande variação em relação ao ano passado.

Ao mesmo tempo, o mercado de eletrônicos apresentou um desempenho excepcional nos anos de 2020 e 2021, lembra, por conta do aumento das atividades online. "Agora voltamos ao patamar de 2019, com a diferença de enfrentarmos uma taxa de juros bem maior."

A empresa tem um ecommerce próprio (Mobcom), é revendedora autorizada das marcas Apple, Google, HyperX e Xiaomi em grandes marketplaces, e opera 160 pontos de venda da Samsung no país.

O executivo, porém, está otimista com o segundo semestre. "A chegada do 5G movimenta o mercado de smartphones, aumentando o tíquete médio da categoria", afirma.

Como exemplo, ele cita o levantamento da consultoria GfK, que apontou preço médio de R$ 1.350 para um smartphone 4G, enquanto um aparelho 5G custa R$ 3.055.

Stagni lembra que em novembro ocorre o tradicional melhor momento para as vendas de televisões, a Copa do Mundo, que neste ano será realizada no Qatar.

"Infelizmente, a data coincide com outro momento de peso para os eletrônicos, a Black Friday", afirma.

"A gente acaba perdendo uma data, mas, de qualquer forma, as margens devem começar a melhorar."

Para o consultor em varejo Eugênio Foganholo, da Mixxer Desenvolvimento Empresarial, neste terceiro trimestre o consumo ainda está andando de lado.

Shopping da zona oeste de São Paulo; setor aposta na Black Friday, na Copa e no 5G Kevin David/A7 Press/Agência O Globo

"Mas os últimos meses do ano devem se mostrar bem aquecidos", diz Foganholo, que também destaca a Copa do Mundo (entre 20 de novembro e 18 de dezembro), a Black Friday (25 de novembro) e o Natal.

"Depois das eleições, com a definição de um novo mandato presidencial, independentemente de quem assume, o consumidor vai ficar com a confiança renovada", afirma.

Na visão de Foganholo, segmentos que demandam financiamento, como eletrônicos e material de construção, devem ser mais favorecidos. "Ainda que, objetivamente, não haja muito dinheiro disponível", diz.

> "A inflação já está cedendo, embora com base em medidas temporárias e considerando a variável combustíveis
>
> **Alberto Serrentino**
> consultor em varejo e sócio da Varese Retail

Carlos Vieira, da Economatica, concorda que as festas de fim de ano e o aumento do emprego devem impulsionar o varejo no último trimestre, com destaque para os segmentos de vestuário e cosméticos. "Mesmo que estes empregos não venham acompanhados de aumento da renda."

Já Alberto Serrentino acredita que a perspectiva do segundo semestre depende do cenário de juros para o próximo ano. "A inflação já está cedendo, embora com base em medidas temporárias e considerando a variável combustíveis", afirma.

"Mas se o preço do combustível seguir um movimento de acomodação e queda no mercado internacional, e caso não haja qualquer outra turbulência global que provoque novos surtos inflacionários, a inflação brasileira pode observar uma tendência de queda, com recuo nos juros", afirma.

"O que melhoraria imediatamente o cenário para o varejo, com um alívio nas despesas financeiras."

Direito se mobiliza contra estágios tóxicos

Estudantes, professores e advogados cobram mudanças em escritórios após tentativa de suicídio em banca de SP

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Quando Caio Lima Rezende, 32, foi selecionado para trabalhar em um grande escritório de advocacia em Brasília (DF), achou que estava com a vida feita. "Agora é só fazer o dever de casa. Trabalhar direitinho que tudo está encaminhado." A ilusão durou menos de duas semanas.

Ainda nos primeiros dias, percebeu que a rotina era bem mais intensa do que havia imaginado. Cada estagiário recebia muitos pedidos de petições por dia. A primeira bronca não demorou.

"Pediram que eu distribuísse uma petição no fim do dia e eu precisava usar o acesso do meu chefe para fazer isso. Quando cheguei, no dia seguinte, foi a primeira coisa que procurei fazer, mas descobri que outro estagiário já tinha feito. O advogado explodiu, foi horrível", conta.

Alguns anos depois, já em outro escritório, Rezende conta ter sido assediado. Quando teve o que chamou de "dia do surto", ouviu de um colega que não era a primeira vítima.

O estudante de direito diz que os escritórios têm condutas muito parecidas: "Não existe horário de trabalho, há uma demanda absurda. São moedores de gente mesmo. Acho que eles olham o número de cursos de direito e calculam que tanto faz um ou outro desistir. Humilhação é uma coisa naturalizada".

Rezende desistiu. Ao menos dos escritórios grandes.

Agora no último semestre —ele precisou trancar a matrícula por um tempo—, faz estágio em um escritório menor, em uma rotina mais saudável.

Os planos para o futuro miram pessoas que, como ele, se sentiram desamparadas quando a ilusão do sucesso profissional se desfez. "Quero atuar pro bono [voluntariamente] para quem quiser processar esses escritórios. Sabemos como eles fazem isso fica marcado, mas eu não quero nunca mais pisar em um lugar desse."

Na avaliação do procurador do trabalho Gustavo Rizzo Ricardo, coordenador do GT Estagiários da Conafret (Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho), há no Brasil uma tendência de o estagiário ser tratado como mão de obra barata. Algo que, face à legislação trabalhista, é fraude.

"Há um problema de conceituação. O estágio não é um emprego, mas é trabalho. A lei é muito clara quanto a ser um período educativo", diz o procurador. "Como você pode punir quem você ainda está educando?"

Para Rizzo, não se trata de excluir a responsabilidade na atividade de estágio, mas de enquadrá-la corretamente. "Se o assédio moral não é aceitável em nenhuma relação, que dizer do assédio a um trabalhador que está em processo de aprendizagem?"

Não é que os escritórios ignorem o risco de processos, já que eles próprios são autores de milhares. Há, porém, um esforço velado de coibir a judicialização daquilo que, segundo relatos, é naturalizado nos escritórios, especialmente em grandes bancas.

A advogada júnior Patrícia (nome fictício, a pedido dela) conta que, no grupo de WhatsApp do escritório em que trabalhava, era comum que supervisores e sócios compartilhassem sentenças de ações contra a empresa. Para ela, as mensagens chegavam como um recado, o de que eventuais ações terminariam mal para ex-funcionários.

Hoje, meses depois de sua demissão de outro grande escritório, ela ainda guarda raiva pelo que considera um ano de terror e humilhação.

O que era para ser uma oportunidade para quem estava começando virou um acúmulo de horas extras, cobranças, erros e frustrações. A pressão, conta a advogada, a levou a desenvolver um quadro de ansiedade e depressão, atualmente controlado à base de medicamentos e terapia.

Para a profissional, a agressividade de condutas autorizadas nesses escritórios esconde ainda uma contradição: entre os funcionários, gritaria, em público, ações de prevenção ao suicídio.

Nas últimas semanas, uma campanha semelhante ao #MeToo se espalhou pelas redes sociais: estagiários e ex-estagiários passaram a compartilhar suas experiências, em relatos de desrespeito à Lei do Estágio, assédio moral e sexual e mesmo intimidação a quem decidisse expor irregularidades e ilegalidades.

O gatilho para essa onda de exposições —muitas delas feitas de maneira anônima— foi a tentativa de suicídio de um estudante de direito durante o horário de trabalho em um renomado escritório em São Paulo, o Mattos Filho.

O escritório falou do assunto por meio de nota, na qual lamentou o ocorrido. A empresa diz ter intensificado medidas de apoio aos profissionais e ampliado os canais de escuta. Uma consultoria especializada em bem-estar e saúde foi contratada para identificar pontos de melhora.

"O momento pediu o direcionamento dos nossos esforços para apoio, suporte, acolhimento e, mais do que nunca, discrição e respeito à privacidade do nosso profissional e sua família. Inclusive, ele se encontra em bom estado de saúde", disse o escritório. O caso está sendo acompanhado pelo Ministério Público do Trabalho.

A presidente da Comissão de Estágio e Exame de Ordem da OAB-SP, Ana Claudia Scalquette, afirma que a seccional está acompanhando todas as manifestações, mas que até o momento não houve qualquer pedido de providência. A OAB-SP diz também que não tem competência para monitorar as condições de estágio em escritórios, mas que tem se dedicado a aproximar esses estudantes das entidades de classe.

Para um grupo de professores da USP e da FGV Direito, há nos relatos o pano de fundo da cultura profissional do Direito, algo que, segundo eles, precisa ser rediscutido.

Eles assinaram um artigo no Jota (startup de mídia especializada no noticiário jurídico) no qual dizem que muitos dos que comandam hoje as grandes bancas jurídicas adotam posturas que ignoram as diferenças geracionais e as mudanças pelas quais a atividade da advocacia e a educação passaram nos últimos anos.

Para esses professores, o argumento de que "sempre foi assim" busca "ao mesmo tempo romantizar o seu passado e ignorar a realidade presente diante de sucessivos casos que revelam a precariedade da saúde mental de tantos jovens".

O artigo é assinado pelos professores Rafael Mafei (USP), Tathiane Piscitelli (FGV), Mariangela Magalhães Gomes (USP), Conrado Hübner Mendes (USP, e também colunista da **Folha**), Sheila Neder Cerezetti (USP), Susana Henriques da Costa (USP), Eloísa Machado (FGV) e Flávio Roberto Batista (USP, e também procurador federal).

Lara Santos, da gestão do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, diz que é necessário romper um pacto de silêncio que prevalece entre os estudantes.

O centro acadêmico deu início a uma campanha batizada de Estágio Digno. Na quinta (1º), uma audiência pública debateu saúde mental e dignidade. Outros CAs, como o 22 de Agosto, da PUC-SP, e o João Mendes Júnior, do Mackenzie, também participaram.

Os escritórios Mattos Filho, Pinheiro Neto, Demarest, Pereira Neto|Macedo e PG Law mandaram representantes. Ao todo, 26 bancas foram convidadas. Também estiveram presentes o Sindicato dos Advogados de SP, OAB-SP, Defensoria Pública, Ministério Público do Trabalho e a direção da Faculdade de Direito.

"A exploração de estagiários não pode ser recompensada com happy hour, festa de fim de ano, bombom sobre a mesa", disse Murilo Nunes, presidente do CA do Mackenzie.

Os estudantes da PUC-SP fecharam uma parceria com o escritório Claro Serrano, que tem um projeto de mapeamento de assédio moral e sexual no trabalho.

O CA da USP propõe a criação de uma ouvidoria com representantes dos estudantes. Eles afirmam que denúncias feitas apenas aos organismos de compliance dos escritórios podem acabar se voltando contra as vítimas se suas queixas chegarem aos sócios.

A psicóloga Milene Rosenthal, da clínica digital Telavita, diz que o estágio costuma acontecer em um momento importante de maturação emocional. "Quando eles chegam à empresa estão cheios de ansiedade e expectativas, medo de errar. É todo um mundo novo para quem ficou anos no núcleo familiar."

A **Folha** procurou nove dos maiores escritórios (Demarest, Felsberg, Tozzini Freire, Machado Meyer, Veirano, Pinheiro Neto, Nelson Wiliams, Mattos Filho e Bichara) para saber suas políticas de estágio. Só Demarest e Mattos Filho responderam.

No Demarest, trabalham hoje 73 estagiários. Segundo o escritório, os estudantes cumprem apenas a carga horária prevista em lei, de seis horas diárias. A jornada é flexibilizada nas semanas de prova, e uma semana antes da prova da OAB, eles são dispensados do trabalho.

O programa de estágio do Mattos Filho foi criado em 2015 e está sendo redesenhado. "Queremos estar à frente das discussões e reflexões sobre o modelo de estágio atualmente vigente no país e, em última instância, sobre a carreira jurídica nos escritórios de advocacia", disse o escritório, em nota enviada no sábado.

O estudante de direito Caio Lima Rezende desistiu de escritórios grandes Gabriela Biló/Folhapress

O que prevê a Lei do Estágio

Estágio não é emprego
- Os estágios não obrigatórios são remunerados (bolsa-auxílio), mas não há férias ou Fundo de Garantia

Finalidade
- O estágio deve ser supervisionado e ter função educativa

Carga horária
- O estudante de graduação não pode ficar mais de 6 horas por dia no estágio; no ensino médio ou técnico, o limite é de 4 horas

Fraude
- Um caso típico considerado fraude é quando um estudante atua como estagiário em área totalmente diferente daquela que estuda; por exemplo, um estudante de administração que trabalha na limpeza de um estabelecimento

Steven Johnson

Você encontrará o futuro onde as pessoas mais estiverem se divertindo

Autor de obras sobre ciência e inovação, pensador americano critica indiferença a conquistas da saúde e acha bitcoin suspeito

ENTREVISTA

Daniela Arcanjo

SÃO PAULO Conversar com o pensador norte-americano Steven Johnson é poder falar sobre quase qualquer assunto — de epidemia de cólera no século 19 a blockchain, passando por tentativas de contato extraterrestre.

Para ele, quem quiser saber para onde o futuro caminha, deve olhar com o que as pessoas estão se divertindo.

"Uma das coisas que faz algo ser divertido e prazeroso é a novidade", afirma. "Não tem nenhum propósito, mas é interessante. E para continuar surpreendendo as pessoas você tem que continuar desenvolvendo coisas novas, desafiar expectativas. E isso leva a outras ideias que são mais sérias, úteis ou práticas."

Na sua última publicação, o escritor resolveu fazer uma incursão nos avanços científicos que permitiram elevar a expectativa de vida das pessoas. "Longevidade", lançado no Brasil pela editora Zahar em 2021, foi motivado pela pandemia e pelos ataques à ciência durante a crise sanitária.

Goddard Bill Hrybyk/Nasa/Divulgação

Steven Johnson, 54

Autor de 13 livros sobre ciência e inovação, Johnson é apresentador da séria Extra Life, da rede de televisão PBS, e do podcast American Innovations. O escritor tem pós-graduação em literatura inglesa pela Universidade Columbia e é professor da Universidade de Nova York

O pesquisador é um dos convidados deste ano do ciclo de palestras Fronteiras do Pensamento. Além de uma palestra online no dia 23 de setembro, ele se apresentará presencialmente em São Paulo no dia 12 de setembro e em Porto Alegre, em 14 de setembro.

*

Você fundou uma das primeiras revistas online, a Feed Magazine, em 1995. A internet era melhor naquela época? Não, não era. Em 1995 realmente não era porque, em primeiro lugar, poucas pessoas estavam online. Ainda tinha muito o que fazer para simplesmente explicar o que era a web.

Queríamos fazer comunidades, interagir com os leitores, e era muito difícil fazer isso naquela época.

E agora, o que acha da internet? É um mix de coisas. Eu continuo sendo um grande fã do Twitter, por exemplo. Eu sigo músicos, arquitetos, escritores, políticos, tecnólogos e vejo todos os dias o que eles estão pensando, compartilhando e comentando. É uma fonte incrível de inspiração e surpresa. Eu simplesmente não percebo muitas dessas questões problemáticas com as redes sociais — que são legítimas. Da maneira que eu uso, não me afeta. Então eu ainda vejo o lado positivo disso tudo.

O grande problema é que, no começo, a internet não tinha um padrão aberto para registrar identidade e relacionamentos. A web foi projetada para registrar formalmente as relações entre documentos, por meio de hiperlinks, e isso foi incrivelmente poderoso. Mas não havia uma maneira de criar identidade.

Como esse recurso não se construiu em padrões abertos, foi definido por empresas privadas, como Facebook, LinkedIn e Twitter. A definição de todos esses relacionamentos estava subitamente nas mãos de uma empresa, sendo conduzida por um modelo de publicidade e por investidores. Foi aí que nos metemos em alguns problemas.

Você escreveu um artigo em 2018 sobre a bolha do bitcoin. Na época, a moeda estava em torno de US$ 12 mil. O preço já quintuplicou desde então, e agora vemos um novo colapso. O que isso diz sobre criptomoedas? Acho que quase todo mundo já desistiu da ideia de que essas coisas vão funcionar como moedas. Estamos enlouquecendo aqui nos Estados Unidos com uma inflação de 8%. É muito difícil fazer isso funcionar.

Além disso, os custos de transação são enormes. Quando o bitcoin surgiu estavam todos falando: "nós precisamos de uma nova moeda descentralizada". Agora dizem que não é para isso que serve. Acho um pouco suspeito.

Sua gama de interesses vai da epidemia de cólera no século 19 até tentativas de contato extraterrestre. O que liga esses assuntos? Sim, a variedade de coisas sobre as quais escrevi é realmente grande. Essa é uma das coisas que eu amo, mergulhar nesses campos malucos, conversar com especi-

Continua na pág. A23

Continuação da pág. A22

alistas, aprender e ler. Eu sou muito interessado em novas ideias, em como elas vêm ao mundo. Quais avanços científicos permitiram essa ideia transformadora de que a cólera se transmite pela água e não pelo ar? Por que em Londres e não na Índia? A mesma coisa com o bitcoin.

Sempre que eu vejo surgir uma nova maneira de pensar, começo a prestar atenção.

Já podemos dizer que a pandemia deixou um legado tecnológico? Acho que há dois bastante significativos a longo prazo. Um deles é a vacina. Os cientistas as desenvolveram em um prazo curto, o mapeamento foi incrivelmente rápido. Foi um marco na história da medicina e da ciência.

A outra questão está no nosso estilo de vida. Sempre disseram que a internet ia permitir que a gente vivesse em qualquer lugar, sem precisar se aglomerar em uma cidade como Nova York ou São Paulo, e isso nunca aconteceu.

Então a pandemia nos obrigou a ficar em casa e a tecnologia finalmente avançou ao ponto de uma reunião por Zoom ser muito boa.

Na pandemia também vimos líderes negando a crise sanitária e sociedades profundamente divididas. Esse foi um dos motivos pelos quais eu escrevi "Longevidade".

Uma das razões por que temos esse tipo de elemento anticiência em nossa sociedade é não celebrarmos as conquistas da saúde pública e da medicina. Temos um milhão de memoriais para heróis militares. Qualquer criança em idade escolar nos Estados Unidos pelo menos ouviu falar sobre o pouso na Lua em 1969. Mas quantos deles sabem sobre a erradicação da varíola, que estava acontecendo na mesma época? Foi um exemplo incrível de colaboração internacional e tem um impacto muito maior em nossas vidas.

Se seus heróis são astronautas e não médicos e autoridades de saúde pública, você não está pré-condicionado a apreciar essas figuras e instituições quando vem uma pandemia.

Para onde temos que olhar para ver o futuro? Eu escrevi o livro "O poder inovador da diversão", sobre brincadeiras e coisas que as pessoas fazem por diversão. Nossos ancestrais, por exemplo, criaram instrumentos musicais primitivos antes da escrita.

Uma das coisas que faz algo ser divertido e prazeroso é a novidade. Você fica surpreso. Não tem nenhum propósito, mas é interessante. E para continuar surpreendendo as pessoas você tem que continuar desenvolvendo coisas novas, desafiar expectativas.

Isso leva a outras ideias que são mais sérias, úteis ou práticas. Você encontrará o futuro onde quer que as pessoas mais estejam se divertindo.

Onde as pessoas mais estão se divertindo hoje? Provavelmente o melhor exemplo atual são as ferramentas de imagem que estão saindo da inteligência artificial. As pessoas estão simplesmente criando essas fotos malucas com software, e ninguém está usando oficialmente ainda.

Só a energia que está sendo gasta para explorar essas ferramentas já é um sinal de que esse será um espaço muito interessante no futuro.

Fronteiras do Pensamento - Tecnologias para a Vida
Ingressos a partir de R$ 663,60
Onde saber mais: fronteiras.com

A primeira crise fiscal

Independência do Brasil de Portugal resultou também de um grave problema nas contas públicas

Samuel Pessôa
Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Será lançado nesta segunda (5), na Fundação Getulio Vargas em São Paulo (av. 9 de Julho, 2.029), às 18h30, o livro "Adeus, Senhor Portugal", com o subtítulo "Crise do absolutismo e a independência do Brasil". Contribuição original sobre o tema, a obra foi escrita pelo jornalista e historiador Rafael Cariello e pelo professor da Escola de Economia de São Paulo Thales Pereira.

Rafael e Thales documentam que nossa independência resultou de uma profunda crise fiscal, cujos efeitos se fizeram sentir nos dois lados do Atlântico. Como é comum na história brasileira, mas também nas histórias das nações em geral, as mudanças de regime muitas vezes ocorrem (ou são deflagradas) por uma grave crise das contas públicas.

Além de deflagrar a crise política que levaria à emancipação da América portuguesa, a crise fiscal do final dos anos 1810 ajuda a entender o motivo de o Brasil não ter se fragmentado em dois, ficando o Norte, do Piauí até o Amazonas, sob a órbita de Lisboa. No tempo dos navios a vela, a ligação do Norte com Lisboa era muito mais ágil do que a do Norte com o Rio de Janeiro: ventos e correntes contrárias tornavam quase impraticável a ligação direta por mar do extremo Norte com as capitais do Nordeste e do Sudeste.

Pressionado por ameaças militares na Europa, Portugal escolheu não dedicar parte de seus escassos recursos financeiros para organizar uma esquadra, mesmo que pequena, para defender o Maranhão e o Pará. As elites locais fiéis a Lisboa esperaram os navios-fantasmas que não chegavam, enquanto um exército relativamente pequeno e desorganizado do Ceará e outras províncias nordestinas leais ao Rio de Janeiro conseguiram manter a unidade territorial da América portuguesa.

A independência é tratada nessa nova interpretação dentro do contexto das crises fiscais que abalaram os Estados absolutistas ao longo de todo o século 18 e início do século 19. O encarecimento das guerras, fruto de mudanças técnicas, gerou forte demanda dos Tesouros sobre a receita. O setor produtivo, para aceitar a maior tributação, demandou voz e voto.

Em paralelo, novos tempos e novas ideias —o iluminismo e o liberalismo— gerariam a ideologia que iria permitir a construção de um outro regime. A ascensão de novas visões de mundo e de possibilidades de organização do poder, associada ao esgotamento fiscal do Estado absolutista, desaguou na era das revoluções.

As revoluções, aos trancos e barrancos e cada uma ao seu modo, criaram uma governança fiscal em que o poder de tributar e gerir a dívida pública passou, em um primeiro momento, para as classes proprietárias, aninhadas em uma Casa Legislativa. O elemento essencial era a promulgação de uma carta constitucional que limitasse o poder discricionário do rei.

Foi assim também em 1822, entre nós: as províncias do Nordeste somente aderiram ao Rio de Janeiro, contra Lisboa, após a garantia de uma Constituição local.

Com a gestão da dívida pública sob a responsabilidade dos próprios credores, o risco de calote caiu muito e, consequentemente, as taxas de juros sob as quais o Estado se financiava reduziram-se, permitindo níveis mais elevados de endividamento.

Mas não somente os calotes seguidos das dívidas produziram a crise final do absolutismo. A inflação, tal como hoje, afetou a todos, nos anos derradeiros do Antigo Regime no Brasil, e muito mais aos mais pobres. A perda de popularidade do rei em função da carestia, então, como hoje, é elemento central nas crises fiscais.

Rafael e Thales argumentam que nosso processo de independência é um capítulo dessa história.

Os autores também recuperam as histórias de importantes personagens desse processo político. Além dos irmãos Andrada, ganham destaque, entre outros, o jornalista liberal baiano Cipriano Barata e o fazendeiro Lino Coutinho, ambos representantes da Bahia nas cortes de Lisboa.

Impossível uma leitura melhor, no momento em que celebramos 200 anos de nossa Independência.

[...]

A inflação, tal como hoje, afetou a todos, nos anos derradeiros do Antigo Regime no Brasil, e muito mais aos mais pobres

DOM. Samuel Pessôa | **SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos** | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Favela de Paraisópolis, na zona sul de São Paulo, iluminada pelo fornecimento de energia elétrica, serviço que costumava ser precário antes da privatização Fotos Eduardo Knapp/Folhapress

Energia

Abertura do mercado a consumidor residencial é etapa final da privatização

Desestatização deve ser concluída com projeto para modernizar marco regulatório, permitir mais competição e redução de tarifas

Alexa Salomão

BRASÍLIA A pernambucana Helena Santos se mudou para Paraisópolis em 1971, aos 15 anos, quando se casou. Mesmo morando na maior cidade da América Latina, a luz em casa dependia da vela, o banho era de bacia, não havia geladeira e a pequena TV em preto e branco funcionava conectada a uma bateria de carro.

A primeira ligação elétrica na sua casa só veio em meados dos anos de 1980. De lá para cá, a luz lhe deu as bases para uma vida mais confortável. O problema dela agora é outro, como pagar a conta. A última foi de R$ 380. Helena ganha cerca de dois salários mínimos e vive com um filho que faz bicos para sobreviver.

"Hoje eu tenho muito mais conforto, com geladeira, máquina de lavar roupa, micro-ondas, vários eletrodomésticos", afirma Helena. "Mas fiquei quase um ano sem conseguir pagar a luz, acertei há pouco, e ninguém consegue explicar, pois já fui na Enel, porque a luz é tão cara."

A universalização na oferta de luz é apontada como o grande benefício social das privatizações no setor elétrico. No início dos anos de 1990, quando prevaleciam as estatais, 12,5% dos brasileiros, cerca de 18 milhões de pessoas, moravam no escuro. Agora, ainda falta luz para menos de 1%, cerca de 1 milhão, que vivem principalmente em áreas isoladas da Amazônia Legal.

O avanço ocorreu com políticas públicas e investimentos privados, possíveis com a venda das estatais.

"Basta olhar os números para ver como o processo de abertura do setor de energia é acompanhado pelo aumento dos investimentos", afirma Venilton Tadini, presidente da Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base). Nos levantamentos da entidade, energia aparece sempre entre os setores que mais atraem capital.

A busca dos investimentos está na raiz do processo de privatização do setor. "A principal motivação para a venda das estatais, nos anos de 1990, foi financeira: a oportunidade de o governo brasileiro utilizar capital privado para a expansão da geração e da transmissão", diz Mario Veiga, especialista na área e fundador da PSR, referência em consultoria para energia.

"Naquele momento, ocorreu um esgotamento de recursos estatais, e havia grande interesse privado nessa área, relacionado com a reforma do setor que ocorria no mundo inteiro."

A desestatização acabou envolvida, no entanto, em um debate com tons ideológicos, o que tornou o processo lento, gradual e fragmentado, retardando a abertura do mercado para o consumidor residencial — e a competição que incentivaria a redução do preço para a população.

Muitos no setor ainda avaliam que essa transformação precisa ser gradual e acompanhada de um robusto arcabouço regulatório.

O presidente Fernando Collor de Mello abriu uma frente ao incluir a capixaba Escelsa e a fluminense Light no Plano Nacional de Desestatização, em 1992, após as estatais começarem a década no vermelho. No entanto, as distribuidoras só começaram a ser vendidas na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Os governos Lula e Dilma Rousseff não venderam empresas, mas ampliaram leilões abertos a investidores de qualquer matiz e nacionalidade, atraindo forte capital privado nacional e estrangeiro para a expansão de linhas de transmissão e construção de novas usinas.

Também criaram bases para implantar uma cadeia de fornecedores e gestores privados na instalação de parques eólicos e solares. Michel Temer retomou as vendas e leiloou as seis distribuidoras que ainda estavam no guarda-chuva da Eletrobras.

Geração e transmissão finalmente foram privatizadas por Jair Bolsonaro, em junho. Uma capitalização diluiu de 72% para cerca de 35% a participação da União na Eletrobras.

Poderia ser o fim do ciclo, mas o trabalho não se encerrou, diz a economista Elena Landau, que foi diretora da área de desestatização do BNDES na arrancada do processo nos anos 1990.

"Privatizou? Sim. Com a venda da Eletrobras, o setor privado agora é dominante, mas a privatização de uma Eletrobras não poderia ter se resumido à capitalização. Não é isso que se faz em privatização, não foi assim na telecomunicação. Era o momento de avançar na modernização do setor elétrico. A gente deveria ter tido avanços, par e passo com a privatização, que não ocorreram."

A economista tem uma lista de questionamentos. "O modelo que está aí gera a competição que gostaríamos? Não dá para reduzir tarifa? Estamos dando subsídio para quem precisa? Qual o objetivo maior da transição energética brasileira? Essas discussões de fundo não acompanharam a privatização e são empurradas com a barriga."

A escolha das fontes de geração também pesa no custo da energia e é questionada por muita gente no mercado. Após o racionamento em 2000, a térmica assumiu o posto de "seguro apagão", movida a combustível fóssil, mais caro e poluente, elevando o custo da energia.

"Desde 1998, multiplicamos por seis a quantidade de térmicas no Brasil, e os principais combustíveis, até 2008, eram óleo e diesel", diz Roberto Pereira D'Araujo, diretor do Ilumina (Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético). "Isso deixou a matriz mais poluente e cara. Precisamos rever essa estratégia. As fontes limpas e renováveis estão aí."

Na avaliação dos especialistas, um caminho para a modernização do setor é a aprovação do projeto de lei 414, que tramita na Câmara. "O projeto traz a oportunidade de revermos um modelo que se esgotou", diz Carlos Faria, presidente da Anace (Associação Nacional dos Consumidores de Energia).

Constam da proposta mecanismos que vão permitir a abertura do mercado para o consumidor residencial. Qualquer pessoa poderá produzir e vender energia, bem como comprá-la de quem quiser. Atualmente, apenas grandes empresas têm essa autonomia, fechando negócios no chamado mercado livre, com imensas vantagens.

Caso da BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão. Como ordem de grandeza, ela consome 0,5% da energia do Brasil. Além de atuar no mercado livre, investe para participar da produção de energias limpas.

Firmou duas parcerias para isso, com investimentos de quase R$ 2 bilhões. Com a AES Brasil, entrou na construção de um complexo eólico em Cajuína, no Rio Grande do Norte. Com a Pontoon, atuará na produção de energia solar, com parques em Mauriti e Milagres, no Ceará.

"Pensamos grande, porque teríamos o benefício da sustentabilidade e o financeiro", diz Daniel Bucheb, diretor global de suprimentos da BRF. Em 2023, quando os parques entrarem em funcionamento, praticamente 80% da energia da BRF será limpa e renovável, diz. Os outros 20% são contratos hidráulicos; energia limpa, mas não renovável.

A projeção é que haverá uma economia da ordem de R$ 1,7 bilhão em 15 anos, cerca de R$ 120 milhões por ano em relação a custos atuais.

Continua na pág. A25

Favela de Paraisópolis, em 1987, quando não havia serviço regular de energia Sérgio Tomisaki - 29.ago.1987/Folhapress

Helena Santos mora em Paraisópolis desde 1971, época em que vivia à luz de velas

Principais privatizações e concessões

Fernando Collor
- Usiminas

Itamar Franco
- CSN
- Embraer

Fernando Henrique Cardoso
- Telebras
- Vale do Rio Doce
- Bancos Banerj, Banespa e Banestado, entre outros

Luiz Inácio Lula da SIlva
- Leilões para construção das usinas de Santo Antônio e Jirau
- Concessão das rodovias Régis Bittencourt e Fernão Dias, entre outras

Dilma Rousseff
- Instituto de Resseguros do Brasil
- Concessões dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos, São Gonçalo do Amarante e Galeão
- Concessão da BR-101, entre outras

Michel Temer
- Distribuidoras de energia
- Linhas de transmissão
- Concessões na área de transporte

Jair Bolsonaro
- Eletrobras
- BR Distribuidora
- Transportadora Associada de Gás
- Refinaria Landulpho Alves
- Concessão da Ferrovia Norte-Sul (trechos central e sul)

Privatização lenta e gradual

O Brasil demorou 26 anos para concluir a privatização das áreas de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica. Veja momentos marcantes

1995
Venda da distribuidora Escelsa (ES) da início ao processo de privatização na área de energia

1996
Privatização das distribuidoras Light (RJ) e Cerj (RJ); criação da Aneel (Agência de Energia Elétrica) com a finalidade de regular e fiscalizar empresas do setor

1997
São privatizadas as distribuidoras Coelba (BA), Norte-Nordeste e Centro-Oeste (RS), CPFL (SP), Enersul (MS), Cemat (MT), Energip (SE), Cosern (RN) e a hidrelétrica Cachoeira Dourada (GO)

1998
Ocorre a venda das distribuidoras Coelce (CE), Eletropaulo (SP), Celpa (PA), Elektro (SP/MS), Bandeirante (SP) e da geradora Gerasul (RS); criação do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), órgão responsável pela coordenação e controle da geração e transmissão

1999
Venda dos ativos de geração da Cesp (SP) e a distribuidora Borborema (PB); criação da Administradora de Servicos do Mercado Atacadista de Energia Eletrica, mais tarde rebatizada de CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), que processa as transações do mercado livre de energia

2000
Privatização das distribuidoras Celpe (PE), Cemar (MA) e Saelpa (PB); Aneel faz a concessão de novas linhas de transmissão, abrindo espaço para entrada do investidor privado nesta área

2005
Tem início os leilões para expansão da geração com a construção de hidrelétricas e térmicas; desde então, foram 58 certames com crescente presença privada, que diluiu a participação das estatais na produção de energia

2006
Venda da empresa de transmissão CTEEP (SP)

2009
Ocorre primeiro leilão de energia eólica, com forte presença privada

2011
Inauguração de Tauá, primeira usina solar fotovoltaica a gerar eletricidade em escala comercial no Brasil, da MPX, do grupo privado de Eike Batista

2012
Resolução da Aneel passa a permitir que o consumidor gere sua própria energia, conectando-se à rede de distribuição; Bioenergy inaugura Miassaba 2 (RN), primeiro parque eólico privado a comercializar energia no mercado livre

2013
Aneel inclui a energia solar fotovoltaica nos leilões de energia

2016
Venda da distribuidora Celg (GO), que estava sob o controle da Eletrobras

2018
Venda das demais distribuidoras sob controle da Eletrobras, Eletroacre (AC), Ceal (AL), Amazonas Energia (AM), Cepisa (PI), Ceron (RO) e Boa Vista (RR)

2021
Privatização da distribuidora e da empresa de transmissão da CEEE (RS)

2022
Capitalização em Bolsas dilui participação da União na Eletrobras para cerca de 35%, e ativos de geração e transmissão da passam a fazer parte de uma corporação sob controle privado

Crescente participação de empresas privadas eleva investimentos no setor de energia

Investimentos em projetos de energia elétrica, em R$ bilhões, a preços de 2021

Para o consumidor residencial, no entanto, conta de luz fica mais cara

Tarifa média de energia para consumidores residenciais, em R$ por MWh (valores nominais)

Fontes: BNDES, Abradee e Instituto Ilumina

Continuação da pág. A24

"O Brasil vai ser pioneiro nessa nova frente", diz Bucheb. "Muito mais rápido do que imaginamos, a energia limpa e renovável vai ser acessível, e as pessoas vão poder ter painéis solares, produzir e vender no Brasil, onde há espaço e sol para esse tipo de produção."

Helena, a moradora de Paraisópolis, aguarda com ansiedade esse desfecho para a privatização do setor elétrico.

Setor nasceu privado, foi estatizado e reprivatizado

A história do setor de energia é marcada por uma peculiaridade quando se leva em conta o acionista das empresas. Nasceu privado, foi estatizado e, depois, reprivatizado. O vai e vem no controle entre privado e público é marcado por rupturas tecnológicas, explica o fundador da consultoria PSR, Mario Veiga.

A lâmpada que Thomas Edson inventou em 1879 era baseada em corrente contínua. A eletricidade vinha de pequenos geradores e não ia longe.

Naquele mesmo ano, dom Pedro 2º concedeu a Edson o direito de utilizar seus equipamentos no Brasil. O primeiro sistema de iluminação pública da América do Sul foi instalado em Campos de Goytacazes, 1883, com a presença do entusiasta imperador.

Por força do espírito empreendedor dessa largada precoce, na primeira metade do século 20 o setor foi dominado por empresas privadas, tendência internacional.

"Tudo era privado e descentralizado, uma concorrência brutal lá no início", diz Veiga. "O gerador ficava no porão das casas, e se você fosse rico levava junto um engenheiro para fazer a manutenção."

Quando Nikola Tesla viabilizou o uso da corrente alternada em 1887, veio a alta tensão, e foi possível transportar energia a longa distância. Isso viria a abrir espaço para a construção de grandes usinas, mudando a estrutura do negócio, levando à economia de escala, o monopólio natural e a estatização.

As disputa entre os dois sistemas entrou para história como guerra das correntes.

Em 1889, a hidrelétrica Marmelos, em Juiz de Fora (MG), estabeleceu-se como a primeira usina de porte da América do Sul. Foi construída pelo empresário Bernardo Mascarenhas para atender suas tecelagens. A canadense Light começou a operar no Brasil em 1905, na geração e na distribuição no Rio e em São Paulo.

Foi só depois da Segunda Guerra Mundial que as usinas de maior porte, que exigiam grande volume de capital, atraíram a atenção do Estado, dando início à estatização e à nacionalização de empresas privadas. O ciclo se fechou em 1979, com incorporação dos ativos da Light.

Na mesma época, porém, ocorreu outra mudança tecnológica, a termoelétrica de ciclo combinado a gás. Ela deu eficiência a pequenas unidades geradoras, trouxe de volta a competição e iniciou a reforma do setor no mundo rumo a reprivatizações que presenciamos nas últimas décadas.

No caso do Brasil, as privatizações ocorreram em paralelo ao estrangulamento dos recursos públicos após a crise financeira nos anos de 1980.

O novo ciclo de ruptura ainda está em andamento. Trata-se do avanço na tecnologia de painéis fotovoltaicos e baterias, acompanhado de redução no custo do equipamento.

Isso popularizou a produção de energia limpa nas residências — como no século 19, diz Veiga. "Em pouco mais de um século, é como se a gente tivesse andado em círculo e voltado ao ponto inicial, com produção privada, descentralizada e muita concorrência."

VEJA ESPECIAL EM folha.com/privatizacao

30 ANOS DE PRIVATIZAÇÃO
A **Folha** publica uma série de reportagens especiais em seis capítulos para detalhar o que mudou no Brasil em três décadas de privatizações e concessões de atividades públicas à iniciativa privada. Em todos os setores, os investimentos se multiplicaram, assim como o contingente de brasileiros atendidos por mais e melhores serviços. Próximo capítulo: aeroportos.

Regulador precisa ser independente para defender consumidor

BRASÍLIA Em 2006, instalou-se no setor de energia o temor de que não haveria gás suficiente no mercado para ligar todas as térmicas, consideradas vitais contra o risco de apagão.

Para fazer o tira-teima, veio uma resolução da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Todas as usinas a gás do país deveriam ser acionadas ao mesmo tempo.

O governo não gostou. Silas Rondeau, então à frente do MME (Ministério de Minas e Energia), enviou correspondência ao diretor-geral da agência, Jerson Kelman, argumentando que deveriam voltar atrás, porque estavam extrapolando as suas funções. Com apoio de toda a diretoria e da área técnica, Kelman manteve o procedimento. A conclusão: o boato era fato. O gás disponível atendia pouco mais da metade das térmicas.

A privatização no setor de energia foi acompanhada da criação de novas instituições, com a responsabilidade de organizar e monitorar o funcionamento do sistema à medida que ele deixava de ser centralizado pelo Estado e se tornava pulverizado em empresas privadas.

A engrenagem essencial dessa nova estrutura é o regulador, representado pela Aneel. Essa autarquia, ligada ao MME, foi criada em dezembro de 1996.

À Aneel, entre outras atribuições, cabe cuidar dos reajustes das tarifas, dos leilões que levam à expansão da oferta e dos padrões de qualidade do serviço.

No entanto, existe consenso no mercado de que a Aneel, assim como ocorreu com outras agências reguladoras, perde independência e poder de ação a partir de um impertinente aparelhamento político e o avanço do lobby privado.

O próprio protagonista no embate de 2006 identifica e lamenta o esvaziamento da agência reguladora. "O setor elétrico acabou ficando muito fragmento em dezenas de associações, cada uma olhando seu umbigo, o que levou a essa catástrofe que vemos hoje: a substituição de qualquer decisão baseada em técnica e planejamento pelo lobby mais poderoso, sempre associado a ligações com esse ou aquele parlamentar", afirma Kelman.

Ele reforça que o arcabouço institucional preserva inteligência técnica. Além da Aneel, o setor conta com instrumentos para a negociação, via CEEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica); para o seu funcionamento, com o ONS (Operador Nacional do Sistema); e para o planejamento, por meio da EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

"Mas as instituições agora têm pouca influência nas decisões relevantes. O poder saiu delas e está no Congresso Nacional."

Hoje é fácil saber até quem é o padrinho político, normalmente algum parlamentar, deste ou daquele diretor da agência reguladora.

"Sempre há algum envolvimento político numa indicação para uma agência, mas passou da conta, ao ponto de Aneel perder a voz nos grandes debates que envolvam interesse político", afirma Edvaldo Santana, ex-diretor da Aneel.

A economista Elena Landau, que participou da privatização nos anos de 1990, afirma que o maior prejudicado nesse aparelhamento é o cidadão. **AS**

Amarildo

Sobre cigarras e formigas: os ciclos de commodities

Abundância de recursos naturais é vantagem comparativa, mas pode ser desafio ao desenvolvimento

Ana Paula Vescovi
Economista-chefe do Santander Brasil

Desde o segundo semestre de 2020, durante a pandemia, iniciou-se um novo ciclo de alta nos preços internacionais de alimentos, metais e energia, tal como nos de petróleo. Tais bens são conhecidos como commodities, pois estão na base das cadeias produtivas mundiais. Os períodos de alta de preços tendem, supostamente, a beneficiar o Brasil, por ser produtor e exportador destes bens. Porém, esta não é uma vantagem que se reverta em benefícios automáticos para a população. É preciso criar as condições capazes de converter ciclos de commodities em novas bases de crescimento sustentado no país.

O atual ciclo de commodities tem componentes inusitados.

No Brasil, pela primeira vez desde a introdução do Real, a alta de commodities esteve conjugada à desvalorização da nossa moeda frente ao dólar, algo contraintuitivo. Usualmente, o aumento no preço das exportações e as perspectivas positivas que se abrem para o país contribuem para ampliar os saldos na balança comercial e a entrada de divisas e, assim, valorizar a moeda local.

Ainda mais recentemente, após o início da guerra entre Rússia e Ucrânia, o reforço na valorização das commodities também esteve associado a perdas no comércio internacional brasileiro, pois os preços das principais importações brasileiras (fertilizantes, combustíveis, produtos industriais) subiram mais do que os preços dos bens que exportamos. Assim, contraditoriamente, também está associado ao aumento dos juros e do custo de financiamento da economia, não obstante ajudar temporariamente na melhoria do quadro das contas públicas.

Outra observação: desde que temos estatísticas, o Brasil tem aumentado a sua dependência em relação a commodities. Em 2021, estes produtos estiveram entre os dez principais itens na nossa pauta exportadora, respondendo por 52% do total das exportações. Em 1997, estes mesmos produtos respondiam por apenas um quarto da pauta. Ademais, não exportávamos petróleo e este agora responde por 11% das exportações. Isto não é um problema em si, mas apenas nos remete a pontos de atenção sobre o crescimento de longo prazo do país.

A evidência mundial sugere que a abundância de recursos naturais pode ser um desafio para o desenvolvimento. Isso porque ou são finitos ou porque encontram-se em setores com produtividade por trabalhador mais baixa.

Há países que tiveram a capacidade de, ao longo dos anos, reduzir a dependência destes bens e promover processos relativamente rápidos de aumento da renda média, diversificando suas economias para setores de mais alta produtividade, como indústria ou serviços. Outros mantiveram ou ampliaram esta dependência ao longo do tempo e não conseguiram reverter tais benefícios em aumento da renda média da população.

A dependência de commodities está associada, além de baixos níveis de produtividade do trabalho, ao crescimento lento e à alta frequência de choques negativos de produtividade. O problema central é a elevada oscilação de preços internacionais que leva, via de regra, a oscilações cambiais e macroeconômicas mais severas nestes países. A alternância de momentos com elevada entrada de recursos externos, e consequente apreciação das moedas locais, pode expulsar outros setores produtores de bens comercializáveis, com menor remuneração relativa, mas com trabalho mais qualificado e maior produtividade.

Analogamente, em momentos de escassez de recursos (na fase de baixa do ciclo), amplifica o endividamento público, eleva o custo do capital e contrai a atividade econômica, dificultando a expansão das atividades dos demais setores.

Construir a capacidade de suavizar os ciclos torna-se tão fundamental quanto permitir usos destes recursos para melhorar a governança pública, fomentar o aumento da escolarização, da inovação e da produtividade geral da economia. O problema é quando o dinheiro fácil dos períodos de expansão leva ao aumento do rent-seeking (pressão de grupos de interesse) e da corrupção, além do desestímulo à educação e à inovação, casos bastante conhecidos na literatura econômica.

Por exemplo, o ciclo de commodities anterior mais recente trouxe benefícios iniciais para o Brasil, com sinais de enriquecimento (o PIB per capita cresceu em média 3% ao ano, entre 2005 e 2014, com redução da pobreza), mas também o conduziu à pior crise econômica da sua história ao final, com perda significativa de renda.

Foi um ciclo duradouro, com o índice que mede preços internacionais saindo de valores próximos a 180 pontos em 2003 e voltando a este mesmo patamar em 2015. Isto depois de ter alcançado mais de 300 pontos entre 2007 e 2014. Ou seja, os preços praticamente dobraram no período, ainda que entremeado pela crise financeira internacional de 2008/2009. A volta do ciclo foi muito repentina, entre 2014 e 2015.

Como na Fábula de Esopo, a forma como um país se defende das armadilhas dos ciclos de commodities é poupando nas épocas de prosperidade para compensar as épocas restritivas. Isto é determinante para transformar a abundância de recursos naturais em desenvolvimento. Além de aprender a elucidar os ciclos, suavizar seus efeitos, e assim permitir maior estabilidade e previsibilidade, é igualmente importante atenuar a dependência das commodities e desenvolver instituições capazes de consolidar um ambiente de negócios transparente, descomplicado, promotor de ganhos persistentes de produtividade e competitividade das empresas.

Na atual conjuntura global, o Brasil encontra-se muito bem posicionado, pois possui uma matriz energética diversificada e limpa, importantes ativos ambientais com capacidade de capturar carbono e produzir alimentos, além de reservas minerais e metálicas. Cabe a nós, brasileiros, transformar esse legado natural em mais preservação, educação, tecnologia, conhecimento, equidade, coesão e estabilidade.

DOM. Ana Paula Vescovi, **Marcos Lisboa**, Candido Bracher, Arminio Fraga

Escritório vira ponto de troca de figurinhas

Álbum da Copa do Mundo se transforma em meio de integrar equipes após dois anos de trabalho remoto na Covid

Ana Paula Branco

SÃO PAULO No meio da tarde de um sábado, Victoria Teodoro, 25, recebe um alerta no app de mensagens do escritório. "Dá até um frio na espinha, porque é final de semana", diz.

O comunicado, porém, logo lhe arranca um sorriso: é um colega da Zukerman Leilões, onde ela é assistente jurídica, perguntando sobre uma figurinha do álbum da Copa.

Eles fazem parte de um grupo em crescimento pelo país. A quase três meses da Copa do Mundo do Qatar, trabalhadores têm usado a hora do café ou o finalzinho do almoço para trocar figurinha nos corredores dos seus escritórios.

"O grupo começou pelo burburinho sobre o álbum. Agora, tem até chat interno, e quem cumpre meta ganha pacote de figurinha", diz André Zalcman, gerente de operações da casa de leilões.

Ele diz que a atividade é uma forma de socializar as equipes após dois anos de home office.

O assistente comercial Vinicius Oliveira, 29, concorda. "Eu entrei na Zukerman durante a pandemia. Fiquei um ano só conversando pelo computador. Estou conhecendo mais as pessoas por causa do álbum", afirma.

Para Cássio Brandão, chefe de negócios governamentais do Google, colecionadores querem se ajudar e trocar experiência, por isso se reconhecem em todos os espaços, inclusive nos profissionais.

Funcionários da Zukerman durante a troca de figurinhas do álbum da Copa do Mundo Rubens Cavallari/Folhapress

"Eu tenho todos os álbuns de Copa desde 1994. Neste ano, comprei para ter a experiência com meu filho, de 3 anos. Outros pais e mães acabam pedindo e oferecendo as figurinhas nos escritórios também. É comum ver em frente ao computador um envelopinho", diz.

A assistente jurídica da Zukerman Marcela Curpievsky, 35, admite que usa as duas filhas como desculpa para os dois álbuns da Copa que já estão quase completos. Em um deles, o de capa dura, só faltam três figurinhas. "Nem sei quanto já gastei. Na última vez, comprei os 78 pacotes que a banca tinha."

"Ela é a líder do grupo. Todo mundo a procura para trocar", diz Zalcman.

Nathalie Bizzocchi, 32, analista de customer service da empresa, também está montando o álbum com o filho de 5 anos, mas não tem pressa.

"Cada vez que vou à banca, gasto R$ 70 em figurinhas. Quando chego em casa, de noite, sento com ele para colarmos juntos. Algumas repetidas ele leva para a escola para trocar, e eu trago outras para a empresa", afirma Nathalie.

Como o álbum da Copa foi lançado há menos de um mês pela Panini, a maioria dos profissionais diz que a troca está em um para um —exceto as especiais.

"Com as brilhantes é diferente, tem que ser por pelo menos duas normais ou outra brilhante", afirma Thomas Gromik, gerente de conta no Google.

"Por enquanto, com todo o mundo começando e muito álbum para preencher, troca uma figurinha por outra. Mas quando chega nas últimas para completar, você troca até 30 figurinhas por 1 comum", diz Brandão.

Sthéfani Ribeiro, head de gente e cultura na 3778, afirma que os profissionais não estão apenas trocando figurinhas no escritório, mas outros pontos de afinidade.

"Você cria conexão e confiança no time. Dá um ambiente de segurança psicológica e isso faz a equipe desenvolver projetos de forma mais rápida, porque sabe que pode contar com aquela pessoa", diz.

Nem quem está de home office fica de fora. "Geralmente mando uma relação das repetidas e tendo bastante coisa para trocar a gente dá um jeito, de preferência marcando um encontro", afirma Gromik.

Segundo a especialista em gestão de pessoas, outros dois pontos positivos dessa conexão são as novas ideias e a saúde mental. "Desde que essas interações não interfiram nos resultados, isso não é um problema na organização."

Pacientes aguardam atendimento em AMA (Assistência Médica Ambulatorial) na região da Lapa, zona oeste de São Paulo Mathilde Missioneiro - 12.jan.22/Folhapress

Municípios ficam longe de meta para controle de diabetes e hipertensão

Iniciativa do governo federal passou a vincular parte dos repasses à melhoria dos indicadores

Cláudia Collucci

SÃO PAULO Só 3% dos municípios brasileiros cumpriram metas para o controle do diabetes e apenas 5% para a hipertensão, condições crônicas que levam à morte mais de 560 mil pessoas por ano no país e à internação outras 6,7 milhões.

A meta era que 50% dos diabéticos tivessem feito exame de hemoglobina glicada ao menos uma vez por ano, mas só 15,8% o fizeram. Entre os hipertensos, o objetivo era que a pressão arterial tivesse sido aferida em metade dos pacientes a cada seis meses, mas só em 22% isso ocorreu.

A cobertura do exame citopatológico (papanicolau), para a prevenção do câncer do colo de útero, também vai mal. A meta era atingir 40% das mulheres entre 25 e 64 anos, mas só chegou à 20,4%. Apenas 4% dos municípios alcançaram a meta estabelecida.

Na vacinação contra a poliomielite e da pentavalente (contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e bactéria haemophilis influenza tipo B), a cobertura atingiu 69% das crianças, ante um objetivo de 95%. Mas só 1% dos municípios tinham atingido essa meta até o fim de abril deste ano. Com a campanha de multivacinação, iniciada em agosto, o cenário melhorou, mas os números ainda não estão consolidados.

Os dados se referem ao primeiro quadrimestre de 2022 e são do Previne Brasil, programa do Ministério da Saúde que mudou a lógica de financiamento da atenção primária à saúde. Foram compilados a partir de informações de 5.549 municípios disponíveis no portal e-Gestor, da pasta.

A partir deste ano, uma parte dos repasses federais aos municípios passou a ser calculada de acordo com o desempenho em indicadores e o número de usuários cadastrados e acompanhados na atenção primária do SUS, entre outros.

Os problemas que emperram o cumprimento das metas pelos municípios incluem falhas na inserção de dados de forma correta no sistema do ministério, equipes de saúde da família desfalcadas, falta de recursos, aumento de demandas no pós-pandemia e má gestão.

"Os municípios com gestões mais frágeis estão perdendo dinheiro. Eles não estão dando conta de governar isso [o novo programa] em meio às demandas reprimidas da pandemia, às campanhas de vacinação etc. O programa está causando uma asfixia na atenção básica", diz Érico Vasconcellos, fundador da UniverSaúde, startup que capacita gestores do SUS.

O Ministério da Saúde nega a asfixia. Diz que só uma pequena parte dos recursos, cerca de 20%, está vinculada ao cumprimento de metas e culpa os gestores locais pelo mau desempenho.

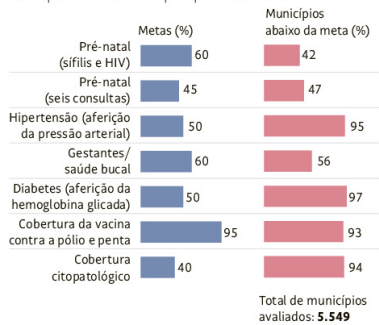
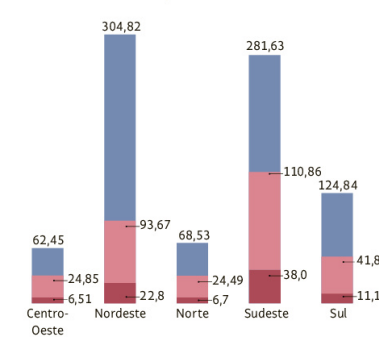
Por não terem atingido as metas do programa, os municípios deixaram de receber R$ 85,2 milhões no primeiro quadrimestre deste ano, segundo análise da Impulso Gov, organização sem fins lucrativos que atua fomentando o uso de dados e tecnologia no SUS e que criou uma plataforma voltada aos gestores para o acompanhamento das informações do Previne Brasil.

"A quantidade de recursos ao SUS já é baixa, em particular para a atenção primária. E pode piorar [com o não cumprimento das metas do programa]. A gente está exigindo milagres do sistema", diz João Abreu, diretor-executivo da Impulso Gov.

O município de Embu das Artes (SP), por exemplo, deixou de receber R$ 36 mil no primeiro quadrimestre do ano. "Diante de um cenário de recursos federais insuficientes, a perda de qualquer valor é extremamente prejudicial para a assistência dos pacientes", diz a secretária municipal da Saúde, Thaís de Almeida Miana.

Ela critica o Ministério da Saúde por não disponibilizar informações em tempo real sobre a situação de cada município em relação às metas. "A gente só descobre no quinto mês o que aconteceu nos quatro meses anteriores."

Segundo João Abreu, já houve melhora nos indicadores de pré-natal. O objetivo era que 45% das gestantes tivessem feito seis consultas durante a gestação e 60%, recebido cuidados de saúde bucal. O resultado médio passou de 53% e 46% para 60% e 52%, respectivamente. Ainda assim, cerca de seis em cada dez municípios não atingiram a meta para esses indicadores no primeiro quadrimestre.

A resposta positiva nos dados da saúde materna pode ter sido induzida pelos incentivos financeiros (foram os primeiros a entrarem na nova regra de financiamento), mas também é atribuída ao fato de que as gestantes representam um grupo muito menor em relação aos diabéticos e hipertensos.

Para Abreu, porém, os municípios não podem ser responsabilizados pelo baixo desempenho no cumprimento das metas. "A gente percebe o esforço que eles estão fazendo e a agonia dos gestores. Eles sofrem com o subfinanciamento e com a falta um direcionamento do Ministério da Saúde sobre como perseguir essas metas."

Thais Miana, de Embu das Artes, conta que teve que contratar uma empresa privada para orientar a gestão de como alcançar as metas do programa. Entre as ações, o município tem intensificado a busca ativa de pacientes que não vão às UBSs para realizar atendimentos previstos nos indicadores.

Além do aumento da demanda de pacientes crônicos com doenças descontroladas, os municípios também enfrentam dificuldade na contratação de médicos para compor as equipes de ESF [Estratégia de Saúde da Família], que exigem 40 horas de trabalho semanais.

"Os médicos que estão no mercado só querem, infelizmente, dar plantão. E o novo programa Médicos pelo Brasil [lançado para substituir o Mais Médicos] também não consegue nos enviar médicos para compor as equipes. Com isso estamos perdendo financiamento e não conseguindo dar a assistência adequada aos nossos pacientes", diz Miana.

Na opinião de Érico Vasconcellos, o programa federal tem pontos importantes, como a gestão da informação, que possibilita os municípios organizar e gerir a saúde com base em evidências. "Mas muitos gestores, especialmente os indicados pela via político-partidária, não têm condições nenhuma de qualificar o dado para a tomada de decisões."

A Impulso Gov tem oferecido apoio gratuito sobre o Previne Brasil aos gestores públicos por meio de um acordo de cooperação técnica com o Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde). Ao menos 50 prefeituras já usam a ferramenta e há outras 105 na lista de espera. A iniciativa tem apoio financeiro da Umane, uma instituição filantrópica.

O secretário da Atenção Primária à Saúde, Raphael Câmara Parente, responsabiliza os gestores municipais pelo não cumprimento das metas do Previne Brasil. "Quem está reclamando são gestores incompetentes que não conseguem fazer o mínimo."

Ele diz também que a atenção primária como um todo não perdeu recursos, e que o orçamento passou de R$ 18 bilhões, em 2019, para R$ 26 bilhões, em 2022. O orçamento do Previne Brasil é de R$ 21,9 bilhões. Os repasses referentes ao cumprimento de metas assistenciais só responde 20% do orçamento do programa, segundo Parente.

O secretário afirma que as queixas dos municípios sobre a dificuldade de contratação de médicos não procedem. "Os municípios que não conseguem contratar médicos ou são muito, muito distantes, ou não estão querendo usar seus recursos na contratação. Não faltam médicos no Brasil."

Parente diz que o Ministério da Saúde ministrou oficinas sobre o programa em 26 estados e que mantém um canal aberto para tirar dúvidas dos municípios.

Municípios descumprem metas de prevenção

Desempenho dos municípios por indicadores

	Metas (%)	Municípios abaixo da meta (%)
Pré-natal (sífilis e HIV)	60	42
Pré-natal (seis consultas)	45	47
Hipertensão (aferição da pressão arterial)	50	95
Gestantes/saúde bucal	60	56
Diabetes (aferição da hemoglobina glicada)	50	97
Cobertura da vacina contra a pólio e penta	95	93
Cobertura citopatológico	40	94

Total de municípios avaliados: **5.549**

Perdas de recursos por descumprimento de metas

Por regiões (em milhões de R$)

- Total de recursos federais recebido pelos municípios no primeiro quadrimestre de 2022
- Recursos perdidos pelo não cumprimento de metas
- Recursos que podem ser perdidos ainda neste ano se metas não forem cumpridas

Fonte: Impulso Previne, a partir do portão E-gestor do Ministério da Saúde (https://www.impulsoprevine.org/)

Argentina investiga pneumonia bilateral que matou três

SÃO PAULO As autoridades da Argentina aguardam os resultados de novos exames para identificar as causas da pneumonia bilateral (atinge os dois pulmões ao mesmo tempo) diagnosticada em nove pessoas na cidade de San Miguel de Tucumán, no noroeste do país. Nos últimos dias, três dos pacientes morreram.

O assunto ganhou repercussão na quinta-feira (1º), quando a Opas (Organização Pan-Americana da Saúde) divulgou uma nota sobre a situação.

De acordo com o comunicado, o aparecimento dos sintomas nos primeiros seis pacientes ocorreu entre os dias 18 e 22 de agosto. Eles relataram febre, dores musculares, dor abdominal e falta de ar, e foram diagnosticados com pneumonia bilateral.

Entre os dias 20 e 23 de agosto, mais três pessoas começaram a apresentar sintomas semelhantes e também tiveram o quadro de pneumonia bilateral confirmado.

Foram colhidas amostras dos pacientes e realizados testes para vírus respiratórios, bactérias e fungos, porém até o momento todos os resultados foram negativos, deixando em aberto a causa da doença.

Segundo a Opas, os pacientes são funcionários e usuários de um mesmo centro de saúde em San Miguel. Por conta disso, uma das hipóteses de especialistas consultados pela imprensa argentina é a infecção por Legionella pneumophila, bactéria que tem sido encontrada em sistemas de ar condicionado e encanamentos que em 2013 vitimou enfermeiras na cidade de Carmen de Areco.

Essa bactéria, indica a OMS (Organização Mundial da Saúde), foi identificada pela primeira vez em 1977, após provocar casos de pneumonia grave em um centro de convenções nos Estados Unidos em 1976.

Segundo o site do governo argentino, as bactérias Legionella crescem melhor entre temperaturas de 20°C a 45°C, sendo a temperatura ideal de crescimento de 35°C a 40°C. Para matá-las, a água deve estar acima de 60°C.

Qualquer pessoa pode contrair a infecção por Legionella, mas a pneumonia e a pneumonia grave estão associadas a grupos vulneráveis, como imunossuprimidos, idosos, indivíduos com problemas pulmonares crônicos e fumantes.

Vários países ao redor do mundo estão alertando sobre o risco de colonização por Legionella em sistemas hídricos de prédios que permaneceram fechados por muito tempo.

Chuveiros, torneiras, banheiras de hidromassagem, bebedouros, sistemas de aspersão, torres de resfriamento em edifícios comerciais ou industriais podem representar um alto risco de transmissão da bactéria se os tratamentos de manutenção não forem realizados durante os períodos de inatividade, limpeza e desinfecção.

No Brasil, a portaria nº 3.523/98 do Ministério da Saúde, que trata da qualidade do ar em interiores, estipula entre outras medidas que todos os sistemas de climatização no país "devem estar em condições adequadas de limpeza, manutenção, operação e controle".

cotidiano

Nova pílula antirressaca evita enjoo, mas não dor de cabeça

Sucesso no Reino Unido, produto começa a ser vendido ao Brasil em outubro

Marina Izidro

LONDRES Você sai com os amigos e um copo de cerveja ou taça de vinho vira dois, três. No dia seguinte, vem o arrependimento: dor de cabeça, enjoo, boca seca. Você jura que nunca mais vai beber, até acontecer de novo. E se houvesse uma solução? Não é à toa que uma pílula que promete acabar com a ressaca esgotou menos de 24 horas após o lançamento no Reino Unido.

Como já passei por isso ao longo da vida, fiquei empolgada ao receber minha caixa pelos correios. A pílula se chama Myrkl —se pronuncia "miracle", milagre em inglês. E funciona? Só tem um jeito de saber: experimentando.

Segundo o fabricante, trata-se de um suplemento alimentar com probióticos, vitamina B12 e o aminoácido L-cisteína. Criada por uma empresa sueca em 1990 e aperfeiçoada ao longo dos anos, a fórmula promete metabolizar até 70% do álcool em 60 minutos antes que chegue ao fígado, transformando-o em dióxido de carbono e água.

Menos álcool entra na corrente sanguínea, e efeitos da ressaca e danos aos órgãos seriam menores. Na Inglaterra, a caixa com 30 comprimidos, 15 doses, sai por 30 libras (cerca de R$ 180,80). São duas libras (R$ 12) por noite, um terço do preço médio de um "pint" (copo de 568 ml de cerveja).

Antes que alguém corra para o pub: ela não vai fazer efeito em quem bebe a noite inteira de estômago vazio.

Um dos donos da Myrkl, o suíço Frederic Fernandez, explica que a pílula não é para quem quer ficar embriagado (o que também seria mais demorado e caro) e, sim, para quem bebe moderadamente, vai a um churrasco ou almoço no fim de semana e deseja estar bem no dia seguinte.

"Em nossas pesquisas, vemos mulheres que gostariam de tomar uma, duas taças de vinho sem se sentirem mal no outro dia", disse.

Fico mais animada ao saber que sou parte do público-alvo. Hora do teste. Para ser justa, decido repetir o que fiz da última vez que tive ressaca: três taças de vinho com pouca comida e dois copos de água.

A recomendação é ingerir duas cápsulas no mínimo duas horas antes de beber. Fernandez me diz que, quanto mais cedo, melhor. Tomo três horas antes de ir para o mesmo bar, no meu bairro, com uma amiga.

Depois da primeira taça, vem uma euforia mais suave do que o normal. Tomo a segunda, a terceira. Normalmente, eu já sentiria bastante o efeito do álcool, o que não acontece.

"Deve estar funcionando!", penso. Como um pouco, bebo água, e o garçom oferece uma rodada por conta da casa. Aceito. Quatro taças depois, estou alerta, volto andando para casa. Bebo um copo de água e vou dormir.

Depois das minhas habituais 7h30 de sono, acordo cansada, mas sem ressaca. Não tenho enjoo, a boca não está seca. Bebo café, vou malhar e começa uma leve dor de cabeça. Saio para trabalhar. À tarde, tomo um analgésico, a dor vai e volta. O dia segue. Em vez do esperado mal-estar, estou bem disposta.

A pílula é comercializada como "a primeira fórmula na história com resultados promissores em quebrar o álcool de forma eficiente".

A eficácia é baseada em um estudo randomizado e duplo-cego feito na Alemanha. Por uma semana, após um café da manhã leve, participantes tomaram um copo "moderado" de vodka, seguido de exames de sangue. A absorção de álcool foi mais de 70% menor em quem tomou a pílula do que em quem recebeu placebo.

Caixa de Myrkl, que promete acabar com a ressaca desde que o consumo de álcool seja moderado Marina Izidro/Folhapress

> Eu me preocupo com o fato de as pessoas verem isso como um tíquete para beber livremente
>
> **Ashwin Dhanda**
> hepatologista

O produto é autorizado por órgãos de saúde dos Estados Unidos e da Europa. Mas o hepatologista Ashwin Dhanda, professor da Universidade de Plymouth, aponta falhas no estudo feito com apenas 24 jovens, saudáveis e brancos.

"O formato é bom, mas não foi bem executado. Não escolheram indivíduos com doenças crônicas ou que tomam medicamentos. É muito pequeno", alerta. "Eu me preocupo com o fato de as pessoas verem isso como um tíquete para beber livremente ou decidirem dirigir pensando que estão abaixo dos limites legais, e não estarão."

De fato, desde o lançamento, a empresa ajustou expectativas no site. "Críticas são válidas. Mas é um suplemento, não um medicamento", diz Fernandez. "Não precisamos, por lei, de estudos clínicos. Somos transparentes."

A venda para o Brasil começa em outubro. Comigo, a Myrkl não foi um milagre completo mas, fora a dor de cabeça, gostei de ter mais disposição do que se não tivesse tomado e saber que estou, dentro do possível, poupando do meu fígado. Não vou beber mais por isso, pelo contrário. Agora que consigo comparar, estou mais consciente do que o álcool faz. No fim, não há fórmula mágica: se quer ter menos ressaca, beba menos.

Tutores de 30 cães se unem após mortes suspeitas em SP e MG

Fábio Pescarini

SÃO PAULO O buldogue Zé Carlos, ou Zeca, ao longo de seus oito anos e meio de vida, sempre dormiu com sua tutora, a advogada Nayele de Freitas Guidetti, 34. A única concessão que fazia era para Carmen Lúcia, da mesma raça, que às vezes ocupava seu espaço.

Porém, desde o dia 7 de agosto, o lugar de Zeca na cama ficou vazio, e toda a família moradora do Brooklin, zona sul de São Paulo, encara um doloroso luto.

O cão morreu, segundo suspeita Guidetti, vítima de intoxicação após comer um petisco contaminado.

"Não durmo e não como direito. Desde então, estou à base de antidepressivo. Ele era minha vida", afirma a advogada. "A Carmen Lúcia precisou passar por um adestrador."

De acordo com a tutora, Zeca morreu uma semana depois de ter comido o petisco Every Day, produzido pela Bassar Pet Food.

A fabricante está sendo investigada pela Polícia Civil por suposta contaminação. Ao menos nove mortes de cães, sendo sete em Minas Gerais e duas em São Paulo, estão sendo investigadas.

Os produtos identificados com suspeita de contaminação são o Every Day sabor fígado (lote 3554) e o Dental Care (lote 3467), segundo o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

A Bassar divulgou que, "por precaução", também iniciou a retirada do lote 3775 da marca Bone Everyday assim que soube das denúncias.

O petisco Petz Snack Cuidado Oral, também fabricado pela Bassar, está na lista de investigados.

O ministério determinou na última sexta (2) o recolhimento nacional de todos os lotes de produtos da empresa "diante dos riscos iminentes à saúde de animais". A pasta coletou amostras, que serão analisadas em laboratório.

A fábrica envolvida na produção dos lotes, em Guarulhos, na Grande São Paulo, foi interditada.

Os animais com suspeita de intoxicação sofreram convulsões, vômito, às vezes com sangue, diarreia e prostração.

Em nota, a Bassar Pet Food declarou que está contratando uma empresa especializada para fazer uma inspeção detalhada de todos os processos de produção e do maquinário em sua fábrica.

O Grupo Petz disse, em nota, que "retirou voluntariamente os produtos dos pontos de vendas" e notificou a Bassar. Também afirmou que acompanha e colabora com as apurações dos órgãos competentes e aguarda os esclarecimentos do fabricante.

Exame realizado pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) em um dos cães apontou falência nos rins como causa da morte e sugeriu, de forma não conclusiva, a presença de etilenoglicol no animal.

Uma outra substância da mesma família, o dietilenoglicol, foi encontrada nos consumidores da cerveja Backer, em 2019. Dez pessoas morreram.

Linha de petiscos Every Day, alvo de investigação Reprodução

A fabricante dos petiscos afirma que nunca utilizou o etilenoglicol em sua produção e que não há nenhum laudo conclusivo até agora.

Nayele Guidetti disse que havia sido a primeira vez que comprou o petisco. Segundo ela, o cão Zeca começou a passar mal horas depois de comer o ossinho, em 31 de julho.

Zeca acabou internado dois dias depois, com índices muito altos de creatinina e ureia, o que indicaria problemas nos rins. "Não deu tempo nem de tentar hemodiálise, pois ele morreu no dia 7 de agosto", afirma a tutora.

A tutora conta que soube no último dia 1º das mortes em Minas Gerais. A partir daí, ela fez publicações em redes sociais com sua história, que viralizaram. Montou, então, um grupo no WhatsApp.

Em dois dias, juntou tutores de 30 cachorros que ou morreram ou estão internados, de várias lugares, como Aracaju (SE), Laguna (SC), Porto Alegre (RS), cidades do litoral paulista e mais de uma dezena da capital paulista. "Estamos vivendo um luto coletivo."

Guidetti também contratou um advogado, Fabio Baileiro, que está orientando o grupo de tutores.

Segundo Baileiro, no início ele pensava em propor uma ação coletiva, mas agora tem orientado as pessoas a buscarem a Justiça individualmente. "A situação de cada um é muito diversa", explica.

Ele tem pedido que todos reúnam documentos e registrem boletim de ocorrência.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública, até o início da tarde deste sábado (3), só havia uma queixa em SP, registrada por uma mulher, de 32 anos, que procurou o 27º DP, no Campo Belo, na zona sul, sob a alegação de que seu cão, da raça spitz alemão, morreu após ingerir petiscos, na última segunda (29).

De acordo com a polícia, a tutora disse que o cachorro começou a apresentar vômitos e diarreia, além de se recusar a beber água e se alimentar. Ele foi internado, mas acabou morrendo. Os petiscos foram apreendidos e encaminhados ao Instituto de Criminalística.

O bancário Marco Cruz, 41, afirma só não ter registrado boletim de ocorrência ainda porque tem passado muito tempo em um hospital veterinário na Vila Romana, na zona oeste de São Paulo, onde seu cão, o maltês Euriko, está internado desde o último dia 30, com insuficiência renal aguda.

No início, Cruz pensou que o cãozinho estava tendo mais uma crise de hipodrenocorticismo, doença que trata há um ano. Mas os índices elevados de creatinina e ureia mostraram que o problema era outro. "Acredito que ele vai virar um paciente renal crônico", afirma o tutor, que tem seguro-saúde para seu cão e, por isso, não está tendo custos com o tratamento.

Não é isso que aconteceu, porém, com a coordenadora de marketing Ana Paula Pascoaletto, 31, também de São Paulo. Ela gastou cerca de R$ 5.000 para tentar salvar Otto, também da raça maltês, que tinha 10 anos.

A tutora conta que, no dia 26 de maio deste ano, o maltês e os outros dois cachorros maiores da casa comeram o petisco Every Day. Mas foi Otto quem passou mal. O animalzinho, diz ela, vomitou muito e teve diarreia com sangue. Ficou três dias internado e morreu em 31 de maio.

"Durante três meses me culpei pela morte do meu cachorro, não me conformava por não ter percebido que ele tinha um problema renal", afirma ela. "Mas agora é um luto novo e com revolta."

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Operário da notícia, jornalista foi exemplo para gerações

NEWTON FLORA (1931-2022)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO "Jornalista só pode ser chamado de jornalista quando tem credibilidade." A frase é do paulistano Newton Flora, repórter que deixou o nome marcado na história da comunicação.

Em 1965, iniciou na Rádio Bandeirantes AM. Foi radioescuta, redator do programa Titulares da Notícia e o primeiro repórter de O Pulo do Gato, apresentado por José Paulo de Andrade (1942-2020).

Ainda na Band, onde permaneceu até 1998, foi o único repórter fixo do programa O Trabuco, comandado por Vicente Leporace (1912-1978). Na Redação, era conhecido como operário da notícia.

Flora comandou um jornal na rádio América AM e assumiu um horário na Trianon AM, onde fez sucesso com o De Olho na Notícia. O programa foi produzido e transmitido do próprio estúdio, na rua Vergueiro, Vila Mariana, zona sul paulistana, e depois conquistou espaço em uma TV comunitária.

Newton também atuou em jornal de bairro e foi repórter na TV Cultura e assessor de imprensa.

Apaixonado por ler e escrever, foi um leitor voraz de jornais impressos de São Paulo e de outros estados.

Durante sua trajetória, acumulou coberturas jornalísticas importantes, como os incêndios nos edifícios Andraus, Joelma e Grande Avenida, na capital paulista, e cobriu política e educação, área pela qual era apaixonado.

"Meu tio era obcecado pela verdade. O chato, o questionador, como o jornalista deve ser. Ele não aceitava a primeira resposta. Rígido na apuração e dedicado ao trabalho, preocupava-se em informar com credibilidade. Era amoroso, sempre aberto e gentil com todos, inclusive ao compartilhar suas experiências; por outro lado, muito exigente consigo e com a sua equipe. Não se importava em ensinar dez vezes, se fosse preciso, mas cobrava o aprendizado. A vida dele era o jornalismo e o rádio", afirma o jornalista e advogado Luís Francisco Flora, 56, seu sobrinho.

Aos 88 anos, a doença de Alzheimer começou a se manifestar. Com o estado de saúde debilitado, os antibióticos não faziam mais efeito.

Newton Flora morreu dia 30 de agosto, aos 90 anos. Divorciado, deixa duas filhas, dois netos, um bisneto e sobrinhos.

"Tenho orgulho de quem ele foi. Como legado e exemplo de vida, deixou a importância de acreditar nos sonhos, apurar sempre, ouvir todos os lados, questionar e dizer a verdade para não perder a credibilidade", diz o sobrinho.

EM MEMÓRIA

THYRSON LOUREIRO DE ALMEIDA
Neste domingo (4/9) às 18h30, Paróquia Divino Salvador, Vila Olímpia, São Paulo (SP)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo:
tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Clube de tiro em São Paulo; fiscalização desses locais, de lojas de armas e de CACs fica a cargo do Exército Marlene Bergamo - 22.jul.2022/Folhapress

TCU aponta Exército frágil na fiscalização de CACs e clubes

Tribunal vê casos em que há crimes previstos no Estatuto do Desarmamento

Constança Rezende e Raquel Lopes

BRASÍLIA Uma auditoria realizada pelo TCU (Tribunal de Contas da União) apontou indícios graves de fragilidade na atuação do Exército como ente fiscalizador de clubes de tiro, lojas de armas e CACs (caçadores, atiradores e colecionadores).

A inspeção do tribunal de contas foi realizada no Exército para averiguar políticas e sistemas implementados para o controle e a rastreabilidade das armas em circulação no país.

Segundo o TCU, há casos encontrados durante a fiscalização que se enquadram em crimes previstos no Estatuto do Desarmamento. Entretanto, os documentos não permitem concluir se as possíveis irregularidades foram encaminhadas à polícia.

Isso porque o Exército não apresentou parte das informações solicitadas, o que, na avaliação do tribunal de contas, atrapalhou o trabalho da equipe técnica. Os documentos apontam apenas que o Exército realizou autos de infração, originando processos administrativos.

O TCU citou alguns exemplos que deveriam ser de conhecimento da polícia, mas sobre os quais não há informação se isto ocorreu. É o caso do Centro de Treinamento Anvil, em Campinas (SP). O local, segundo a Força, comercializou munição recarregada de terceiros, o que é irregular. No documento de fiscalização consta apenas a apreensão de 4.983 munições.

O centro de treinamento confirmou à **Folha** que o caso não foi encaminhado à polícia. Segundo o clube, foi aberto um processo administrativo no Exército, mas a situação já foi resolvida. Disse ainda que somente oferece munição aos associados e que não as comercializa.

Outro exemplo é o da loja de armas São Domingos Caça e Pesca, em Manaus (AM). O estabelecimento teve 133.300 munições apreendidas por armazenar quantitativo acima do limite permitido. Os artigos continuaram em posse do local —como depositário do bem durante o procedimento— até a regularização da situação.

Houve também o caso do Spartan Clube de Tiro, em Salvador (BA). O local possuía arma de fogo sem comprovação de origem lícita. O documento de fiscalização informou apenas que a arma foi apreendida, mas ficou em posse da empresa, também como depositária durante o processo.

> A equipe de auditoria entende que essa falta de padrão na execução das ações fiscalizatórias do órgão compromete o sistema de controle de armas de fogo instituído e impacta negativamente a segurança pública do país
>
> **Tribunal de Contas da União**

A loja de armas São Domingos informou que a situação foi regularizada no Exército. O Spartan Clube de Tiros foi procurado, mas não respondeu.

De acordo com o TCU, possuir, ter em depósito ou manter sob guarda arma de fogo, acessório ou munição em desacordo com determinação legal ou regulamentar é crime previsto no Estatuto do Desarmamento.

"A equipe de auditoria entende que essa falta de padrão na execução das ações fiscalizatórias do órgão compromete o sistema de controle de armas de fogo instituído e impacta negativamente a segurança pública do país", diz o tribunal. "Ademais, não apresentar os administrados em situação de possível infração criminal às autoridades competentes é uma infração gravíssima ao Estatuto do Desarmamento (arts. 12, 14 e 16), [e] às autoridades policiais, como determina o art. 301, do Código de Processo Penal", completa a auditoria do TCU.

O Exército foi procurado pela **Folha**, mas não respondeu.

Segundo Ivan Marques, advogado e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, se o Exército não tem capacidade para recolher armas em situação irregular ao fiscalizar e se omite na aplicação da lei, a Justiça deveria tomar providências urgentes.

"A Justiça deveria até investigar o porquê. Pode haver corrupção ou favorecimento. Não é uma opção, ele tem que cumprir a lei [enviar para autoridades policiais], que é bem clara", avalia o especialista.

Como a **Folha** mostrou, fiscalizações do Exército encontraram diversas irregularidades em clubes de tiro. Eles funcionam sem controle adequado de frequentadores ou mesmo sem alvará.

O Exército também encontrou loja armazenando armamentos acima do limite permitido e CACs com certificado de registro da arma de fogo vencido. Em todos os casos, o Exército disse apenas que autuou os locais.

Os técnicos do TCU pedem a abertura de um processo à parte sobre o tema, devido aos indícios de graves fragilidades.

De acordo com a auditoria da corte, o Exército deixou de encaminhar ainda outras informações solicitadas pelo tribunal de contas, como a quantidade de entidades de tiro e de CACs inspecionados e fiscalizados.

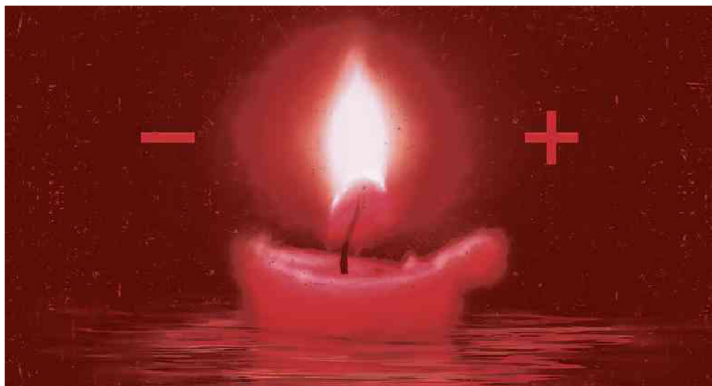
Também não foi repassada a quantidade de requerimentos de registro, aquisição e cadastramento de armas de uso permitido e restrito, apresentados por CACs e entidades de tiro, que foram indeferidos pelo Exército, entre outras perguntas.

Segundo o TCU, o não fornecimento de parte das informações solicitadas impossibilitou uma avaliação mais apurada das atividades de fiscalização do Exército aos CACs, clubes e lojas de armas.

"No caso em análise, as informações parciais prestadas corroboram o comportamento pouco colaborativo do órgão em relação às atuações deste tribunal, ao adotar postura reativa e não diligente no atendimento às demandas das equipes de auditoria, em ações legitimamente aprovadas pela corte de contas", diz o órgão no documento.

A auditoria na atuação do Exército foi realizada pela Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e Segurança Pública, entre novembro de 2021 e março de 2022. Ela ainda precisa ser analisada pelos ministros da corte.

A **Folha** já mostrou anteriormente outros problemas que impactam nas fiscalizações. Entre eles o fato de o banco de dados do Exército ser incapaz de detalhar os tipos e os calibres das armas armazenadas de CACs.

Os CACs são base política do presidente Jair Bolsonaro (PL) e foram beneficiados por uma série de normas do Executivo que ampliaram o acesso a armas e diminuíram o controle sobre os armamentos.

Adams Carvalho

Frans Kafka, Franz Café

Senhor, ó, Senhor! Que bem tramais Vossos martírios!

Antonio Prata
Escritor e roteirista, autor de "Nu, de Botas"

A Vós, Jeová, eu nem precisaria confessar, pois em Vossa onisciência já o sabeis. Se o faço é na esperança vã de que minha contrição Vos comovais e Vos dissuadis de brincardes com este pobre pecador como brincastes com o virtuoso Jó: fui eu quem esqueci de pagar a conta, tá, fui eu o culpado pelo corte de energia.

Toda a tribulação, porém, que tenho passado nas últimas 72 horas (sem geladeira, tomando banho frio, dormindo de favor nos amigos, trabalhando em Fran's Cafés e submergindo num labirinto de Franz Kafka), tudo isso só pode ser castigo Vosso.

Paguei a conta atrasada assim que a recebi, ó, Senhor. Solicitei a religação da energia, o que deveria acontecer em até 24 horas, segundo a voz gravada da Enel, que vem a ser a mesma voz gravada da Net, o que não vem ao caso. Porém, como meus pecados devem ter sido grandes, impelistes-me a comprar, meses atrás, uma campainha elétrica. Como ouvir a chegada da Enel?

Desde os gregos a tragédia humana resume-se a tentar lutar contra Vossos desígnios. Édipo o tentou fugindo de Corinto, assim que soube por Tirésias da terrível profecia. Eu tentei colando uma cartolina no portão: "Caro funcionário da Enel, a campainha não funciona sem energia. Favor tocar no vizinho, casa 233."

Pois passaram-se 24 horas, Senhor —e nada de fiat lux. Devem ter sido imperdoáveis meus pecados, Deus meu, pois Vós supliciastes esta pobre ovelha com o pior dos látegos: o labirinto telefônico-burocrático da Enel. Veja, senhor, humildemente reconheço, novamente, minha falha: eu não havia passado a conta do antigo morador para o meu nome. E só é possível obter qualquer informação da Enel sobre a instalação em posse do CPF e do RG do titular. E não é possível passar a conta para o meu nome com a luz cortada.

Senhor, ó, Senhor! Que bem tramais Vossos martírios! Justo no dia em que ligo para o proprietário, o simpático Ricardo, atrás dos dados do antigo inquilino, Vós o havíeis enviado para um congresso oftalmológico na Hungria. Senhor, ó, Senhor! Seria eu por acaso o último dos apóstatas, para que movais oftalmologistas de todos os continentes com o simples intuito de me fustigar?

A mãe do Ricardo, a afabilíssima Cida, vem em meu auxílio e liga pro antigo inquilino atrás dos documentos. Mas Vós, novamente, agis. O celular do antigo inquilino está desligado. Eu dou um google em seu nome. Eu descubro que ele é cabeleireiro. Eu ligo na Jacques e Janine. Eu peço pra falar com ele. Mas ele, ó, Senhor, ele, por ação Vossa, evidentemente, "deu uma saidinha". "Não, não sei quando ele vai voltar".

A Enel mais próxima fica na Freguesia do Ó. Quando lá chego —já sou o que de resto restaria aos urubus— me informam que a energia não foi restabelecida porque "não havia ninguém no local". Eu caio de joelhos, choro, rasgo as vestes, sujo a face. "Eu deixei um cartaz! Eu pedi pra tocarem no 233! Eles não viram?". A moça não sabe. A empresa é terceirizada. (Tudo, da queda do Muro de Berlim ao neoliberalismo, foi só para me torturar, Senhor?).

A moça diz que pediu novamente a religação. "Mas se eles não tocarem no 233 não tem como eu saber! A campainha é elétrica!". "Você não tem como deixar uma pessoa...". Ela mesma se censura, percebendo o absurdo da proposta.

Como mais absurdo do que deixar esta pessoa (que sou eu) 24 horas esperando na calçada é viver para sempre numa casa sem energia, serei fiel a Vossos desígnios, Javé. Enviando esta crônica, ponho, humildemente, a cadeira lá fora. A noite promete ser longa, fria e escura, mas em algum momento, espero, virá a luz.

| DOM. Antonio Prata | **SEG. Marcia Castro**, Maria Homem | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

A partir da esquerda, o DJ Alok, o rapper Criolo e o americano Jason Derulo no segundo dia do Rock in Rio Fotos Eduardo Anizelli/Folhapress e Mauro Pimentel/AFP

Rock in Rio vai da balada à contestação do rap

Alok fez show para público numeroso, Jason Derulo não parou de dançar, Criolo e Racionais trouxeram a verve política

RIO DE JANEIRO O segundo dia do Rock in Rio, neste sábado (3), foi da atmosfera de festa, levada a cabo pelo som do DJ Alok e do cantor americano Jason Deruolo, ao clima de contestação, servido pelo rap paulista dos Racionais MC's e de Criolo.

Foi com rojões, feixes de neon e um telão exibindo cenas de gosto duvidoso de um incêndio que Alok empilhou remixes como "Sweet Dreams", "Hear Me Now" e "Beggin". O goiano transformou o cenário no Rio de Janeiro numa balada.

O público, que já era numeroso, só foi crescendo. Até mesmo "Fuego" e "All I Want", que foram alvo de acusações de plágio, estiveram no setlist.

Já os Racionais desceram as escadas vindos da projeção de um metrô de São Paulo para um momento histórico —o primeiro show do grupo de rap do Brasil no maior festival do país. Servia como aviso da ligação umbilical entre a arte do quarteto e a periferia da maior metrópole nacional.

Eles despejaram clássicos de sua discografia —de "Eu Sou 157", faixa de 2002, a "Preto Zica", de 2014, passando pela clássica "Capítulo 4, Versículo 3", de 1997. O grupo emendou faixas de maneira veloz, cortando versos em relação às originais para dar fluência.

Intrinsecamente político, o show teve "Mil Faces de um Homem Leal", homenagem ao guerrilheiro comunista Carlos Marighella, que surgiu ao fundo no telão. "Negro Drama", um dos hits do grupo, foi uma das performances mais emocionantes, com o público berrando os versos de Edi Rock e Mano Brown.

Enquanto a música era cantada, nomes de pessoas negras assassinadas surgiam no telão —entre eles, Marielle Franco, João Pedro, Moa do Katende e Moise Kabagambe. Este último, aliás, um imigrante congolês, foi morto após ser espancado no quiosque Tropicália, próximo ao parque, onde acontece o Rock in Rio.

Ao fim da performance, o público puxou um sonoro xingamento ao presidente Bolsonaro, do Partido Liberal, ao qual os músicos não reagiram.

Depois da emotiva "A Vida É Um Desafio", os Racionais puxaram "Vida Loka pt 1", provavelmente o maior sucesso do grupo. A performance foi recebida com estrondo pela plateia, quando a chuva apertou.

Já o show do rapper paulistano Criolo, no palco Sunset, foi da crueza do rap de protesto à celebração festiva da diversidade brasileira e à música africana. A leveza melódica do sucesso "Não Existe Amor em SP", que projetou Criolo no cenário do rap brasileiro em 2011, deu a senha para a segunda parte do show, que trouxe a voz e o ritmo da cabo-verdiana Mayra Andrade.

Entre canções como "Subirusdoistiozin", "Boca de Lobo" e "Pretos Ganhando Dinheiro Incomodam Demais", ele exaltou o fato de o rap ocupar um palco inteiro no festival. O público puxou cantos de xingamento a Bolsonaro. "Que a gente possa celebrar um novo amanhã", disse o rapper.

O americano Jason Derulo despejou hits e dançou. Ao longo de pouco mais de uma hora de show, seu pop de diluídas tintas R&B pareceu, às vezes, apenas som de fundo para cada uma das animadas coreografias puxadas por ele.

O astro de 32 anos abriu o show com "Whatcha Say", faixa do seu homônimo álbum de estreia, sobre um homem que pede perdão à companheira após tê-la traído. Voz impecável e indistinguível, na melhor escola "American Idol", ele emendou com a onda hip-hop de "Wiggle" e saiu surfando um hit atrás do outro.

Lá pelo final do show, ele pediu que falassem sacanagem com ele. Àquela altura, ele já tinha tirado a camiseta e exibido um tanquinho lustroso de fazer inveja a qualquer playboy de Ipanema.

Jason DeRulo se assume como homem-objeto no palco sem o menor problema. E gosta disso. É um homem irretocável, estátua grega que sabe fazer cara de safado, ostentando isso sem o menor problema. Manteve o público no bolso durante a apresentação, em que foi de astro pornô a pai de família sem escalas, mantendo o corpo estonteante em evidência. É a perfeita versão masculina de uma Anitta ou Beyoncé, e isso deixou a plateia de joelhos.

Mais cedo, a apresentação de L7nnon, Papatinho, MC Hariel e MC Carol teve clima festivo, com uma mescla de rap, trap e funk, que agitou o público, misturando hits contemporâneos e dos anos 2000.

Depois de mandar "Que Rabão", de Anitta e MC Catra, "Onda Diferente", de Ludmilla e Snoop Dogg, e trechos de "Vamos pra Gaiola", de Kevin O Chris, Papatinho convidou a dupla Cidinha e Doca, que cantou "Rap da Felicidade" e "Rap das Armas". Em seguida, o funk da dupla deu lugar ao trap de L7nnon, que chegou ao som de um de seus maiores sucessos, "Freio da Blazer".

Um dos auges do show foi a presença de MC Carol, que, mesmo com uma participação curta, incendiou o público com "Meu Namorado É Mó Otário" e "Ar Condicionado".

Já com MC Poze do Rodo, no palco Supernova, o espaço ficou pequeno para a quantidade de pessoas que queriam ver o artista, que emplacou algumas das músicas mais ouvidas do país. O som não foi capaz de dar conta das batidas e das rimas, e quem não conseguiu se aproximar das caixas ouvia mais o público cantando do que o que saía do palco.

Carlos Albuquerque, Lucas Brêda, Luís Costa, Marina Lourenço e Silas Martí

Cachorro-quente custa quase R$ 40 na edição deste ano

RIO DE JANEIRO Comer no Rock in Rio ficou um tanto mais caro do que na edição anterior, realizada em 2019. Três anos atrás, a versão mais simples de um cachorro-quente custava R$ 22. Agora, sai por R$ 32.

A opção mais completa, à venda no espaço Gourmet Square, é vendida a R$ 38. O preço da pizza com quatro fatias, por sua vez, saltou de R$ 40 para R$ 52, isto é, com um aumento de 30%.

O preço das bebidas também subiu. Se em 2019 o público precisava desembolsar R$ 13 para o copo de 400 ml de chope, agora precisa acrescentar R$ 2 na conta e pagar R$ 15. O copo de água de 350 ml sai por R$ 6, ou R$ 1 a mais do que antes.

O Rock in Rio deste ano também conta com uma unidade das Lojas Americanas, que vende produtos de higiene pessoal e salgadinhos com preços que variam entre R$ 8 e R$ 30. **ML**

ciência

Cientista participa de escavação no norte do Zimbábue, na África, na qual foi encontrado o fóssil Murphy Allen/Virginia Tech University/AFP

Fósseis de dinossauros mais antigos da África dão pistas sobre evolução

Descoberta indica fauna de dinos muito parecida com a da América do Sul, segundo pesquisador

Reinaldo José Lopes

SÃO CARLOS (SP) O álbum de família dos dinossauros mais antigos do mundo, no qual, até hoje, predominam espécies do Brasil e da Argentina, acaba de ganhar novos integrantes: primos de primeiro grau africanos.

Com 230 milhões de anos, a mesma idade de seus parentes da América do Sul, os fósseis do Zimbábue são uma peça importante para entender como os dinos iniciaram sua jornada evolutiva.

Segundo o novo estudo sobre o tema, que está na edição desta semana da revista científica Nature, a gênese dos dinos foi marcada pela disposição muito diferente dos continentes naquela época.

Aliás, é mais adequado usar o singular: só havia então um único supercontinente, conhecido como Pangeia, o que significa que a África e a América do Sul formavam uma massa de terra contínua de oeste a leste, sem o oceano Atlântico no meio.

Além disso, e mais importante ainda, as áreas habitadas pelos primeiros dinossauros não eram tropicais e subtropicais, como acontece com o Zimbábue e o Rio Grande do Sul de hoje, onde os fósseis deles foram achados.

A disposição do supercontinente fazia com que, naquela época, essas regiões estivessem numa latitude de cerca de 50 graus no hemisfério Sul —ou seja, numa zona temperada, equivalente à posição de Londres ou Paris no hemisfério Norte do mundo moderno.

Na prática, tudo indica que os mais antigos dinossauros passaram vários milhões de anos confinados a essa faixa temperada de Pangeia, que se estendia também para o leste até a Índia.

E isso por um bom motivo: o clima do período Triássico, quando o grupo surgiu, havia transformado as regiões tropicais, mais próximas do Equador, em imensos desertos. Por isso, os dinos teriam ficado restritos a seu berço temperado no hemisfério Sul, bem mais úmido e aprazível.

O trabalho que está saindo na Nature é assinado por uma equipe internacional que inclui Christopher Griffin, da Universidade Virginia Tech (Estados Unidos), Darlington Munyikwa, do Museu de História Natural do Zimbábue, e o brasileiro Max Cardoso Langer, da USP (Universidade de São Paulo)de Ribeirão Preto, entre outros pesquisadores.

A equipe descreveu o mais antigo dos dinossauros africanos, que recebeu o nome científico *Mbiresaurus raathi*. O animal é um membro primitivo do grupo dos sauropodomorfos —o mesmo que acabaria abrigando, dezenas de milhões de anos mais tarde, os maiores animais terrestres de todos os tempos, como os célebres brontossauros.

O *M. raathi*, no entanto, media apenas dois metros de comprimento, pesando no máximo 30 kg. Com cerca de 90% de seu esqueleto preservado, o bicho era bípede e tinha dentes pequenos e serrilhados, com formato triangular, provavelmente apropriados para uma dieta herbívora.

Aliás, todas essas características lembram bastante os sauropodomorfos da velha guarda que rondavam o que um dia seria o interior gaúcho na mesma época, como o Saturnalia e o Pampadromaeus, ambos descritos por Langer e posicionados perto da nova espécie africana na árvore genealógica dos dinossauros.

A equipe também identificou fósseis fragmentários de um dinossauro carnívoro do grupo dos herrerassaurídeos, de porte bem maior, que poderia chegar a seis metros de comprimento.

"É mais um sinal de que é uma fauna de dinossauros muito parecida com a da América do Sul na mesma época, com um herbívoro de tamanho entre pequeno e médio e um carnívoro grande. É algo interessante de se constatar do ponto de vista ecológico", disse Langer, da USP de Ribeirão Preto, à **Folha**.

Segundo ele, não está claro se a diversificação inicial dos dinossauros nas regiões temperadas e úmidas do hemisfério Sul foi diretamente desencadeada por essas condições climáticas ou se, de início, foi apenas um acidente histórico da evolução do grupo.

Seja como for, tudo indica que os bichos só conseguiram atravessar os trópicos e chegar ao hemisfério Norte milhões de anos mais tarde, graças ao chamado "Evento Pluvial do Carniano", quando a umidade aumentou de forma global (o Carniano é o período em que o grupo aparece e se diversifica, entre 237 milhões de anos e 227 milhões de anos atrás).

"Depois esse evento cessa, acontece uma separação [entre as linhagens do hemisfério Norte e do hemisfério Sul], mas aí os bichos já estavam por lá", conclui o paleontólogo brasileiro.

A partir daí, o reinado dos dinossauros passa a se tornar cada vez mais globalizado.

Nasa adia pela segunda vez lançamento da missão Artemis 1 após detectar vazamento

Salvador Nogueira

SÃO PAULO A Nasa teve de adiar pela segunda vez o lançamento da missão Artemis 1, voo-teste inaugural do foguete SLS (Space Launch System) com a cápsula Orion, destinada a levar humanos de volta à Lua. A agência espacial americana não deve fazer novas tentativas nos próximos dias.

A contagem regressiva avançou como esperado no início da manhã deste sábado (3) até a autorização para abastecimento. O procedimento envolve primeiro suprir o veículo com oxigênio líquido, depois com hidrogênio líquido —os dois são combinados nos motores para promover a combustão e impulsionar o veículo.

O foguete SLS no Centro Especial Kennedy em Cabo Canaveral, Flórida Chandan Khanna/AFP

Contudo, durante o procedimento de abastecimento de hidrogênio, mais uma vez um vazamento foi detectado, desta feita em local diferente daquele identificado e contornado na tentativa anterior de lançamento, realizada na última segunda (29).

Agora o vazamento se mostrou maior e aparentemente surgiu no dispositivo de desconexão rápida que liga a tubulação de fornecimento de hidrogênio ao primeiro estágio do foguete.

Os engenheiros tentaram solucionar o problema remotamente, aumentando a temperatura do sistema para ver se, no resfriamento, a vedação voltaria a ser perfeita. Não funcionou. Foi realizada também uma tentativa de adicionar pressão com hélio, inerte, igualmente ineficaz.

Como o vazamento comprometeria o abastecimento do veículo, as equipes decidiram recomendar o adiamento da tentativa de lançamento, decisão tomada em seguida pela diretora de voo Charlie Blackwell-Thompson, às 12h17 (exatas três horas antes da abertura da janela para a tentativa).

Adiamentos dessa natureza não são incomuns, sobretudo com um foguete novo, em seu primeiro voo. E há muito em jogo para a agência espacial americana em caso de fracasso, após o investimento de US$ 23,8 bilhões nos últimos 11 anos para desenvolver o SLS.

Na tarde deste sábado, a equipe de gerenciamento da missão fez uma avaliação da situação e decidiu não realizar novas tentativas nos próximos dias —antes existia a possibilidade de segunda (5) ou terça-feira (6).

Com a mudança, o foguete e a cápsula devem voltar ao VAB (sigla em inglês para Prédio de Montagem do Veículo), o enorme e icônico hangar que fica nos arredores das plataformas 39A e 39B, no Centro Espacial Kennedy da Nasa em Cabo Canaveral, Flórida.

Essa foi a alternativa mais amarga, uma vez que o retorno ao prédio de montagem empurra uma nova tentativa de lançamento para outubro.

O retorno ao VAB se mostra obrigatório, por conta das baterias que alimentam o sistema de destruição remota do foguete, que precisam ser recarregadas e recertificadas.

A missão Artemis 1 marca o primeiro passo para a retomada da exploração tripulada do espaço profundo pelos Estados Unidos, quase duas décadas após a agência espacial americana receber instruções para tanto.

Esse voo-teste inaugural será sem tripulação, e a ideia é que seu sucesso pavimente o caminho para as missões Artemis 2 (2024) e 3 (2026), que levarão pela primeira vez neste século humanos às imediações e à superfície da Lua, respectivamente.

A última ocasião em que astronautas caminharam pelo solo lunar foi em dezembro de 1972, na missão Apollo 17.

Braço perdido do Nilo ajudou na construção de pirâmides

Afluente teria simplificado o transporte de pedras, segundo novo estudo

Jack Tamisiea

THE NEW YORK TIMES Há 4.500 anos, as pirâmides de Gizé pairam sobre a margem oeste do rio Nilo como uma cadeia de montanhas geométricas. A Grande Pirâmide, construída para comemorar o reinado do faraó Khufu, o segundo rei da quarta dinastia do Egito, ocupa mais de 52 mil metros quadrados e tinha mais de 140 metros de altura após sua conclusão, por volta de 2560 a.C.

Notavelmente, os antigos arquitetos transportaram 2,3 milhões de blocos de calcário e granito, cada um pesando em média mais de 2 toneladas, através de quilômetros de deserto das margens do Nilo até o local da pirâmide, no Planalto de Gizé.

Transportar essas pedras por terra teria sido extenuante. Os cientistas há muito acreditam que a utilização de um rio ou canal tornou o processo possível, mas hoje o Nilo está a quilômetros de distância das pirâmides.

Na última segunda (29), entretanto, uma equipe de pesquisadores relatou evidências de que um afluente perdido do Nilo um dia atravessou esse trecho do deserto e teria simplificado bastante o transporte das pedras gigantescas para o complexo da pirâmide.

Usando pistas preservadas no solo do deserto, cientistas reconstruíram a ascensão e queda do ramo Khufu, um hoje extinto afluente do Nilo, nos últimos 8.000 anos.

Suas descobertas, publicadas no Proceedings of the National Academy of Science, propõem que o ramo Khufu, que secou completamente por volta de 600 a.C., desempenhou um papel crítico na construção das maravilhas antigas.

“Seria impossível construir as pirâmides aqui sem esse braço do Nilo”, disse Hader Sheisha, geógrafa ambiental do Centro Europeu de Pesquisa e Ensino em Geociência Ambiental e autora do novo estudo.

O projeto foi estimulado pela descoberta de um tesouro de fragmentos de papiro no local de um antigo porto perto do mar Vermelho em 2013. Alguns dos pergaminhos datam do reinado de Khufu e relatam os esforços de um oficial chamado Merer e seus homens para transportar calcário subindo o Nilo até Gizé, onde foi moldado como a camada externa da Grande Pirâmide.

“Quando li sobre isso”, disse Sheisha, “fiquei muito interessada, porque confirma que o transporte dos materiais para a construção da pirâmide foi sobre a água.”

O transporte de mercadorias no Nilo não era novidade, disse Joseph Manning, um classicista da Universidade de Yale que estudou o efeito de erupções vulcânicas no rio durante períodos subsequentes da história egípcia e não participou da nova pesquisa.

“Sabemos que havia água perto das pirâmides de Gizé; era assim que a pedra era transportada”, disse ele.

Buscando evidências de uma antiga rota fluvial, os pesquisadores perfuraram o deserto perto do porto de Gizé e ao longo da rota hipotética do Ramo Khufu, onde coletaram cinco núcleos de sedimentos. Cavando mais de nove metros, eles capturaram um lapso de tempo sedimentar de Gizé que abrange milhares de anos.

Em um laboratório na França, Sheisha e seus colegas vasculharam os núcleos em busca de grãos de pólen, pistas ambientais minúsculas, mas duradouras, que ajudam os pesquisadores a identificar a vida vegetal do passado.

Descobriram 61 espécies de plantas, incluindo samambaias, palmeiras e ciperáceas que estavam concentradas em diferentes partes do núcleo, fornecendo uma visão de como o ecossistema local mudou ao longo de milênios, disse Christophe Morhange, geomorfologista da Universidade de Aix-Marseille, na França, e um dos autores do estudo.

O pólen de plantas como taboa e papiro indicou um ambiente aquático e pantanoso, enquanto o de plantas resistentes à seca, como gramíneas, ajudou a identificar “quando o Nilo estava mais distante das pirâmides” nos períodos de seca, disse Morhange.

Os pesquisadores usaram os dados coletados dos grãos de pólen para estimar os níveis anteriores dos rios e recriar o passado úmido de Gizé.

Cerca de 8.000 anos atrás, durante uma era úmida conhecida como Período Úmido Africano, durante o qual grande parte do Saara estava coberto de lagos e pastagens, a região ao redor de Gizé estava submersa.

Ao longo de milhares de anos seguintes, à medida que o norte da África secou, o Ramo Khufu reteve cerca de 40% de sua água. Isso o tornou um elemento perfeito para a construção das pirâmides, disse Sheisha: a hidrovia permaneceu profunda o suficiente para navegar facilmente, mas não tão alta a ponto de representar um grande risco de inundação.

Esse atalho para as pirâmides durou pouco. À medida que o Egito se tornou ainda mais seco, o nível da água no Ramo Khufu caiu além da usabilidade, e a construção da pirâmide terminou. Quando o rei Tutancâmon assumiu o trono, por volta de 1350 a.C., o rio havia experimentado séculos de declínio gradual.

Embora a água tenha desaparecido há muito tempo, Sheisha acredita que identificar como o ambiente natural de Gizé favoreceu os construtores das pirâmides pode ajudar a esclarecer mistérios que ainda cercam a construção dos antigos monumentos geométricos. “Saber mais sobre o meio ambiente pode resolver parte do enigma da construção das pirâmides.”

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Reconstrução artística de como era o ramo Khufu, um afluente do rio Nilo, no Egito Alex Boersma/National Academy of Sciences via NYT

Planeta Terra alcançou recordes de gases do efeito estufa e de nível do mar em 2021

AMBIENTE

Shaun Tandon

AFP A concentração atmosférica de gases do efeito estufa e o nível do mar alcançaram novos recordes no ano passado, indicou, na última quarta-feira (31), um relatório do governo dos Estados Unidos.

“Os dados apresentados neste relatório são claros: seguimos vendo mais evidências científicas convincentes de que as mudanças climáticas têm impactos globais e não mostram sinais de desaceleração”, disse Rick Spinrad, diretor da Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA, na sigla em inglês).

O aumento de gases do efeito estufa ocorreu a despeito de uma redução nas emissões de combustíveis fósseis no ano anterior, quando grande parte da economia mundial desacelerou drasticamente devido à pandemia de Covid-19.

A agência americana afirmou que a concentração desses gases na atmosfera ficou em 414,7 partes por milhão (ppm) no ano passado, 2,3 ppm a mais que em 2020.

Trata-se do nível “mais alto em pelo menos o último milhão de anos, segundo os registros paleoclimáticos”, declarou o relatório anual sobre o estado do clima realizado por cientistas da NOAA.

O nível do mar do planeta subiu pelo décimo ano consecutivo, atingindo um novo recorde de 97 milímetros acima da média em 1993 —começo das medições por satélite.

O ano passado ficou entre os seis mais quentes registrados desde meados do século 19, e os últimos sete anos foram os mais quentes já registrados, segundo o relatório.

O número de tempestades tropicais também ficou bem acima da média no ano passado, incluindo o tufão Rai, que matou quase 400 pessoas nas Filipinas em dezembro, e o Ida, que varreu o Caribe antes de se tornar o segundo furacão mais forte a atingir o estado americano de Louisiana, depois do Katrina.

Entre os eventos extraordinários apontados, o relatório cita que as famosas cerejeiras de Kyoto, no Japão, floresceram em 2021 o mais cedo no ano desde 1409.

Incêndios florestais, cujo aumento devido às mudanças climáticas também é previsto, foram baixos em comparação aos últimos anos, ainda que enormes incêndios tenham devastado áreas no oeste dos EUA e na Sibéria.

O relatório foi divulgado pouco depois que um estudo afirmou que a camada de gelo da Groenlândia já está prestes a derreter a níveis perigosos. Isso pode provocar sérios prejuízos a regiões do mundo onde vivem centenas de milhões de pessoas.

O planeta continua muito longe da meta estabelecida pelo Acordo de Paris, em 2015, de limitar o aquecimento global a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais e, assim, evitar os piores efeitos das mudanças climáticas.

No mês passado, os Estados Unidos, maior economia mundial, lançaram as medidas mais ambiciosas de sua história para fazer frente a suas emissões de poluentes na atmosfera.

Melanina élfica

Racismo contra elfos e hobbits negros em ‘O Senhor dos Anéis’ ignora a miscigenação na Europa pré-histórica

Reinaldo José Lopes

Jornalista especializado em biologia e arqueologia, autor de "1499: O Brasil Antes de Cabral"

Peço a indulgência do leitor diante do meu entusiasmo completamente irracional, mas passei os últimos dias meio perdido numa névoa de empolgação, sabendo que a Terra-média está de volta às telas. Ocorre que o universo criado pelo filólogo britânico J.R.R. Tolkien (1892-1973) acaba de virar uma série de streaming, que vai mostrar o que aconteceu milhares de anos antes de “O Senhor dos Anéis”.

Fiz mestrado e doutorado sobre a obra do autor, pela qual sou apaixonado já faz quase um quarto de século, e realizei a revisão técnica da dublagem e das legendas brasileiras, o que explica a minha expectativa. Mas é uma pena que eflúvios fétidos oriundos da internet estejam poluindo, em parte, essa animação.

Tem gente fula da vida por aí (em geral, os doutrinados pela extrema direita no mundo de língua inglesa e suas cópias no Brasil e em outros lugares) com o fato de que atores negros e da América Latina estão interpretando alguns dos célebres elfos e hobbits do mundo de Tolkien.

É uma tristeza, eu sei, mas isso pelo menos nos oferece o gancho perfeito para regar “O Senhor dos Anéis” com doses generosas de arqueologia, genômica e bom senso.

Quem anda se descabelando com elfos e hobbits etnicamente diversos diz, entre outras coisas, que Tolkien imaginou sua Terra-média como o passado mítico da Europa. Portanto, pessoas não brancas não caberiam nesse cenário.

Além disso, acrescenta maliciosamente esse povo, nos filmes de “O Senhor dos Anéis” (que se passariam milhares de anos mais tarde) só aparecem elfos e hobbits brancos. Isso não significa que teria havido um genocídio de parte desses povos?

Bem, para começo de conversa, a Terra-média não é nem nunca foi a Europa. Tolkien apenas ressuscitou uma antiga expressão das línguas germânicas, usada para designar todas as terras habitadas por seres humanos —na prática, os continentes do Velho Mundo, já que a palavra foi cunhada antes que as Américas e a Oceania fossem conhecidas.

Mas, mesmo que o termo se referisse apenas à Europa, a ideia de que a região é e sempre foi um continente “branco” está errada. Trata-se de uma ilusão criada pelos últimos 8.000 anos de história —que são só a cereja do bolo, considerando que membros da nossa espécie habitam o continente europeu faz mais ou menos 40 mil anos.

A arqueogenômica, novíssima disciplina que tem conseguido decodificar boa parte do DNA de pessoas que morreram há milênios, indica que a Europa, na maior parte desse período, foi terreno fértil para a miscigenação e o encontro de povos muito distintos entre si.

Para começar, diversas ondas diferentes de caçadores-coletores passaram por lá durante a Era do Gelo, amalgamando-se e às vezes desaparecendo (em geral, por motivos climáticos).

Praticamente todos os europeus atuais descendem de pelo menos três grupos: caçadores-coletores, representando essa herança da Era do Gelo; agricultores do Oriente Médio; e, por fim, pastores das estepes do mar Negro.

Bem, a arqueogenômica mostrou que os caçadores-coletores, até 8.000 anos atrás, frequentemente tinham pele escura, combinada com olhos claros. A pele mais clara foi trazida para o continente, de forma irônica para os racistas atuais, do Oriente Médio. E esses grupos conviveram entre si durante milênios até se amalgamarem totalmente.

E essa, como qualquer brasileiro deveria saber, é a resposta à pergunta dos supremacistas brancos da web. Nossos 500 anos de miscigenação produziram milhões de brasileiros “brancos” que descendem de indígenas e negros.

A diferença de escalas de tempo não apaga o fato de que não existem “raças puras” em canto algum da Terra —e que tampouco elas existiriam na Terra-média. Ainda bem.

| DOM. Reinaldo José Lopes, Marcelo Leite
| QUA. **Atila Iamarino,** Esper Kallás

equilíbrio

Volta de modas dos anos 2000 estimula debate sobre magreza extrema

Especialistas dizem que o reaparecimento das peças pode ser um problema devido ao aumento dos transtornos alimentares

Danielle Castro

RIBEIRÃO PRETO Vestir a calça saint tropez que deixa o umbigo de fora tem tirado o sono das adolescentes cada vez mais cedo. O retorno da cintura baixa e das microssaias dos anos 2000, assim como a tendência de extrema magreza entre as famosas, tem preocupado médicos e ativistas.

A estudante Sabrina Menezes Santos, 15, comprou um modelo da calça, mas ainda não teve coragem de usar e até entrou na academia para melhorar o que viu no espelho.

"Não uso nada de cintura baixa, não consegui. Acho que o corpo não está bom, e que as pessoas vão ficar olhando e julgar. Não fiquei confortável", conta. A adolescente tem IMC (índice de massa corporal) considerado saudável, mas diz que ser magra é assunto recorrente nas conversas com amigas e primas e que muitas delas também não gostam do próprio corpo.

A influenciadora Clara Cocozza, 17, viralizou quando fez um vídeo de humor com críticas que recebia sobre o próprio peso. "As pessoas sempre me criticaram por ser gorda e levei para redes sociais. Recebi muitos comentários de apoio e, naquela época, não era muito feliz comigo", afirma.

Ela então começou a seguir influenciadoras do body positive, um movimento focado na aceitação de todos os corpos como são, e a se olhar com mais frequência no espelho.

"Decidi me amar e deu certo. Menina gorda pode usar o que quiser, qualquer pessoa pode, é o padrão que nos impede de usar", afirma Cocozza, que adora uma calça de cintura baixa e já fez três vídeos sobre este tipo de peça.

A volta dos modelos dos anos 2000, somada à tendência de extrema magreza entre as celebridades aparece em um momento de alta dos transtornos alimentares. Estudos mostraram pioras nos sintomas de pacientes com distúrbios após a pandemia, e ambulatórios brasileiros observam aumento no número de atendimentos.

No interior e na capital de São Paulo, dois dos mais importantes centros de atendimento tiveram alta na procura por tratamentos de jovens.

No Grata (Grupo de Assistência em Transtornos Alimentares), a idade média dos atendidos era entre 15 e 18 anos, mas agora há pacientes de 10 a 13 anos. O grupo multidisciplinar é vinculado ao ambulatório de nutrologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da USP (Universidade de São Paulo)

"Tem chegado mais casos e chamam a atenção por serem pessoas cada vez mais jovens, principalmente com anorexia nervosa, que é uma subnutrição grave e tem risco de morte", afirma a médica Vivian Marques Miguel Suen, 57, professora de nutrologia e coordenadora do Grata.

A fila de espera do ambulatório dobrou no último ano, saltando de 15 para 30. O grupo atende cerca de 15 pacientes por vez, apenas casos diagnosticados e mais extremos. O tratamento, quando bem-sucedido e sem abandono, leva em média de 3 a 5 anos.

O Ambulim (Programa de Transtornos Alimentares) do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP da capital está com três turmas lotadas e teve um aumento na procura por tratamento para crianças.

A unidade tem hoje 2.116 questionários preenchidos no site aguardando avaliação médica para confirmação de transtorno alimentar.

Para Fábio Tapia Salzano, 53, médico psiquiatra e vice-coordenador do Ambulim, é preciso conscientizar mídias, agências de modelos e influenciadores. "São excessos na busca de uma magreza que na verdade é desnutrição", diz.

Suen afirma que os transtornos alimentares são multifatoriais e crônicos, mas geralmente começam depois de um episódio de bullying na escola ou de ver o padrão de beleza magro nas redes sociais.

"Quando chega ao diagnóstico de anorexia e bulimia, o tratamento é muito difícil, um único profissional não trata sozinho. Muitas vezes é preciso tratar a família, não só o paciente", explicou Suen. A terapia, nesses casos, envolve psicólogo, psiquiatra, terapeuta ocupacional, nutricionista e nutrólogo.

As redes sociais podem indicar o início do problema, uma vez que jovens com distúrbios alimentares trocam informações sobre como perder peso vomitando ou tomando remédios, e como evitar questionamentos dos pais online.

"Comida tem muito a ver com afeto. Se no dia a dia o filho passa a pular alimentação, come em quantidade menor e tem muitas idas ao banheiro após as refeições, esses podem ser os primeiro sinais e é importante entrar com ajuda terapêutica", afirma Patricia Capuani, terapeuta familiar e diretora do socioemocional do Colégio Novo em Ribeirão Preto.

A modelo e ativista Letticia Muniz, 32, foi adolescente nos anos 2000 e chegou a desenvolver bulimia para ficar magra e ter uma carreira na TV. "Não existia ninguém falando sobre corpo. Se ligasse qualquer canal, todo mundo era magra, todas as revistas mostravam para gente que só aquilo era o certo", conta.

Aos 28 anos, já no Instagram, Muniz viu uma mulher acima do peso que achou linda —a modelo norte-americana plus size Ashley Graham.

"Essa mulher postou uma foto simplesmente existindo e sendo feliz e me libertou de uma prisão de 18 anos. Minha mente explodiu e vi que não precisava mais lutar contra quem eu era."

Para a ativista, que lançou uma coleção para pessoas grandes em parceria com a marca Vista Magalu, permitir que mulheres de variadas formas corporais acessem diversos tipos de roupa faz toda a diferença. "A moda é feita por pessoas magras e para pessoas magras. A mulher está ali naquele caminho de se amar, se aceitar e vem esse movimento que diz: 'não é para você'", aponta Muniz.

> **A moda é feita por pessoas magras e para pessoas magras. A mulher está ali naquele caminho de se amar, se aceitar e vem esse movimento que diz: 'não é para você'**
>
> **Letticia Muniz, 32 anos**
> modelo e ativista

A influenciadora Clara Cocozza, 17, viralizou quando fez um vídeo de humor com as críticas que recebia sobre o próprio peso Bruno Santos/Folhapress

esporte

BRAGANTINO E PALMEIRAS EMPATAM EM 2 A 2
Depois de sofrer dois gols em Bragança Paulista no primeiro tempo, o líder Palmeiras conseguiu igualar o placar e chega ao terceiro empate seguido no Brasileiro Luis Moura/WPP/Agência Globo

Lá vem o Fla atropelador

Com formação A ou B, time desembestou e pode virar ameaça até no Brasileiro

Juca Kfouri
Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Será muito divertido se o Flamengo perder na manhã deste domingo (4) para o Ceará, no Maracanã. Divertido para os que não torcem pelo rubro-negro, é óbvio, e tão improvável como nevar em Fortaleza.

O jeito manso de Dorival Júnior apagou a fogueira das vaidades na Gávea, e o time voltou a funcionar como máquina, às vezes com brilho, às vezes na medida do que o insano calendário permite, mas sempre com bons resultados.

Contra o Vozão o Flamengo buscará a décima partida sem derrota, a nona vitória.

Isso mesmo!

São nove jogos com oito vitórias e um empate, 20 gols feitos, apenas dois sofridos.

E nessa conta tem três jogos com o time B, até mesmo contra o Palmeiras, no único empate, 1 a 1, na casa verde, pelo Campeonato Brasileiro.

É impressionante e, para os adversários, assustador.

Contra o Ceará o Flamengo não precisará poupar tanto como faria se a vantagem sobre o Vélez Sarsfield não fosse de quatro gols.

Além do mais, a dupla de zaga titular, David Luiz e Léo Pereira, está suspensa e não poderá enfrentar os argentinos no jogo de volta. Gabigol e Thiago Maia estão com dois cartões, não devem correr o risco de ser suspensos para a finalíssima e, portanto, também poderão jogar nesta manhã.

Embora o Ceará seja superior ao Vélez, os demais jogadores à disposição do tal time B, que é melhor que a maioria das equipes do Brasileiro, têm tudo para dar conta do recado.

Pura e simplesmente o Flamengo deve terminar o fim de semana como ameaça real ao Palmeiras, além de finalista como já é tanto da Copa do Brasil quanto do torneio continental.

Se duvidar, na Copa do Brasil, quem poupará será o São Paulo, pressionado pela Sul-Americana e preocupado em não correr riscos no campeonato nacional.

Convenhamos se tratar de ressurreição rubro-negra formidável e, melhor ainda, com encantamento, porque o triunfo em Buenos Aires teve momentos de pura magia, como o da linha de passe pelo alto que culminou com o 2 a 0, nos pés de Éverton Ribeiro.

Os demais gols da goleada por 4 a 0 foram todos de Pedro, pedra rara que a cada atuação garante um carimbo nas páginas do passaporte para o Qatar, por enquanto como opção, mas, a continuar no ritmo atual, com direito a disputar lugar como titular da seleção.

A eficácia de Pedro em gramados sul-americanos é tamanha que não será exagero dizer que só vale comparar com a do Cometa Haaland em gramados britânicos —dez gols em seis jogos no Inglês.

Pedro também faz gols de todos os jeitos, aparece com incrível senso de colocação em quaisquer lados da área, só não é tão grande como o centroavante do Manchester City, nove centímetros mais alto com seu 1,94 m. Ah, e também não tem o indefectível rabo de cavalo da máquina norueguesa, um espanto!

Pelo quarto

Corinthians e Inter se enfrentam neste domingo, às 16h, em Itaquera.

Disputarão o que podem, o quarto lugar, talvez o terceiro, enfim, por vaga no G4 do Campeonato Brasileiro.

Não é pouco, nem como o que sonhavam, porque sonhar ainda não paga impostos, antes do começo do torneio.

Ao Colorado é até muito depois de ser eliminado pelo ridículo peruano Melgar na Sul-Americana.

E para o Corinthians, principalmente se chegar às finais da Copa do Brasil (contra o Flamengo...), será coroação de temporada digna.

Apesar de a preço que não tem como pagar.

ESPORTE AO VIVO | 10h GP da Holanda F1, BAND | 16h Corinthians x Inter Brasileiro, GLOBO E PREMIERE | 19h Cuiabá x São Paulo Brasileiro, PREMIERE

Presidenciáveis têm planos com ideias vagas para o esporte

Só uma candidatura, a de Soraya Thronicke, do União Brasil, reserva um capítulo exclusivo para a área

ELEIÇÕES 2022

Alex Sabino

O esporte hoje não tem um ministério próprio e é uma área subordinada à pasta da Cidadania Karime Xavier - 25.ago.22/Folhapress

SÃO PAULO Os dois candidatos que estão na frente nas pesquisas na disputa para presidente do Brasil têm propostas vagas para o esporte. As promessas dos outros nove passam por programa de incentivo às artes marciais, recriação do Ministério do Esporte e estatização da CBF.

A **Folha** analisou os documentos apresentados pelos candidatos ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) detalhando seus planos de governo. Os que não citaram o tema foram questionados a respeito.

Dos 12 postulantes à Presidência, Ciro Gomes (PDT), Felipe D'Avila (NOVO), Léo Péricles (UP), Sofia Manzano (PCB) e Vera (PSTU) não citaram o esporte em suas propostas. Após questionamentos da reportagem, Vera não respondeu.

Líder na última pesquisa do Datafolha (45%), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cita a necessidade de "democratização e descentralização do acesso ao esporte" porque as modalidades "promovem desenvolvimento, combatem violência e constroem a cidadania".

Também diz que o "protagonismo dos atletas e o fortalecimento da gestão pública e transparente do sistema esportivo" serão incentivados, mas não entra em detalhes.

Segundo colocado (32%) e candidato à reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) tem como propostas concretas a regulamentação do trabalho do profissional de Educação Física, a aprovação do Plano Nacional de Desporto e o fortalecimento do Sistema Nacional do Desporto. Ele comenta sobre o desejo de "difundir o paradesporto", mas também sem explicar como.

"Primeira tarefa será restabelecer o Ministério do Esporte. Quando o governo [Bolsonaro] extinguiu o ministério, desvalorizou-o e deu invisibilidade à agenda do esporte", afirma Aldo Rebelo, candidato ao Senado em São Paulo pelo PDT e designado pela campanha para falar sobre as propostas de Ciro Gomes.

Segundo Rebelo, Gomes, terceiro lugar no Datafolha (9%), também vai aumentar o orçamento para o esporte e dar novo fôlego aos programas das bolsas medalha e pódio. Também quer valorizar os jogos estudantis.

Outro candidato que defende a recriação do Ministério do Esporte é Paulo Marçal, do PROS (1%). Ele promete expandir o crédito para o esporte com o objetivo de formar atletas de alta performance.

O Ministério do Esporte foi extinto em 2019, e suas atribuições foram repassadas ao Ministério da Cidadania. O tema passou a ficar a cargo da Secretaria Especial do Esporte.

Com 5% no Datafolha, Simone Tebet, do MDB, apresentou plano em que afirma a intenção de "incentivar e fortalecer as políticas de incentivo ao esporte" como forma de inclusão social. Também quer integrar os recursos do esporte de alto rendimento ao de formação de atletas, mas não entra em detalhes.

Felipe D'Avila (1%), do NOVO, diz que o esporte é assunto que deve ser tratado "primariamente" pelos governos estaduais e municipais.

"Ao governo federal cabe apenas algum programa de suporte ao esporte olímpico, de alto rendimento. Apoio o retorno das competições escolares, que desde cedo proporcionaram aos jovens um sentido de competição e disciplina atrelada ao esporte", afirma D'Avila, que também defende um novo modelo de governança aos clubes de futebol inspirado nos clubes europeus. Ele foi o único que mencionou esse tema.

O futebol brasileiro vive fase de discussão a respeito da criação da liga de clubes, com divergências sobre a divisão do dinheiro. A aprovação da Lei da SAF, que possibilita aos times se transformar em sociedades anônimas, abriu um novo flanco para busca de dinheiro com parceiros. Clubes tradicionais, como Botafogo e Cruzeiro, aderiram.

O Brasil obteve no ano passado, nos Jogos de Tóquio, o melhor resultado de sua história, com 21 medalhas. Dos 302 atletas da delegação brasileira nas Olimpíadas, 242 receberam recursos do Bolsa Atleta, que foi reajustado neste ano para valores que vão de R$ 570 a R$ 21 mil mensais.

Apenas Soraya Thronicke (1%), do União Brasil, entregou ao TSE um plano que tem capítulo específico para o esporte. Ela defende o fomento da prática de artes marciais da infância à terceira idade.

Entre seus outros projetos estão a elaboração de cadastro de técnicos esportivos para que seja acompanhada sua evolução profissional e a redução da carga fiscal de toda linha de suprimentos utilizados na prática de esportes.

Léo Péricles (0%), do UP, propõe a valorização do profissional de educação física, a criação de centros regionais, o fortalecimento dos Jogos Indígenas e mais recursos.

Eymael (0%), do DC, quer universalizar o acesso ao esporte amador por meio de um plano chamado "pró-amador".

As propostas de Sofia Manzano (0%), do PCB, passam pela estatização de CBF (Confederação Brasileira de Futebol), COB (Comitê Olímpico do Brasil) e CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro), "com gestão que contemple a participação popular". "Serão ampliados recursos como o incentivo da escola de tempo integral, com atividades físicas na grade curricular", defende.

As propostas dos candidatos a presidente para o esporte*

Lula (PT)
- inserir o fomento ao esporte e ao lazer na agenda nacional;
- incentivar o protagonismo dos atletas e tornar transparente a gestão do sistema esportivo;
- fortalecer o Sistema Nacional do Desporto.

Jair Bolsonaro (PL)
- ampliar e fortalecer a política nacional de esporte e o fomento ao exercício físico;
- difundir o paradesporto;
- aprovar o Plano Nacional de Desporto e fortalecer do Sistema Nacional do Desporto.

Ciro Gomes (PDT)
- recriar o Ministério do Esporte;
- fortalecer o orçamento destinado aos programas esportivos;
- valorizar jogos estudantis e universitários como ferramenta de formação de esportistas de ponta.

Simone Tebet (MDB)
- fortalecer as políticas de incentivo ao esporte como forma de promover a inclusão social dos jovens;
- melhorar condições de infraestrutura e manutenção das estruturas esportivas atuais;
- integrar recursos do esporte de alto rendimento, formação e base.

Soraya Thronicke (União Brasil)
- tornar o Profesp (Programa Força no Esporte) uma política de Estado;
- implementar um plano de gestão e desenvolvimento de esporte e lazer;
- fomentar a prática de artes marciais desde a infância até a terceira idade.

Pablo Marçal (PROS)
- recriar do Ministério do Esporte;
- expandir o crédito esportivo para a formação de atletas de alta performance;
- criar plataformas digitais dos programas esportivos existentes para facilitar acesso e divulgação.

Felipe D'Avila (NOVO)
- ter programas de suporte ao esporte olímpico, de acordo com a necessidade;
- apoiar retorno das competições escolares;
- defender um novo modelo de gestão dos clubes de futebol.

Vera (PSTU)
- investir no esporte para possibilitar a "inclusão da energia física e criativa da juventude do país".
- (Não há outras propostas no plano de governo da candidata e os contatos da reportagem com o PSTU não propiciaram respostas.)

Sofia Manzano (PCB)
- estatizar CBF (Confederação Brasileira de Futebol), COB (Comitê Olímpico do Brasil) e CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro);
- vincular o Bolsa Atleta ao salário-mínimo do Dieese;
- promover ampla política de investimentos nas áreas urbanas e rurais, com criação de espaços de convivência comunitária e popular.

Constituinte Eymael (DC)
- universalizar o acesso ao esporte amador;
- implantar o Pró-Amador (Plano Nacional de Apoio ao Esporte Amador Competitivo);
- promover políticas públicas para integração da criança e do adolescente na prática do esporte.

Léo Péricles (UP)
- aumentar os investimentos públicos no esporte, principalmente no educacional;
- valorizar o profissional da Educação Física;
- aumentar o orçamento para o Esporte.

Roberto Jefferson (PTB)
- Não apresentou proposta para o esporte em seu plano de governo. E acabou tendo o registro de sua candidatura negado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

*Ordem de acordo com a colocação na última pesquisa do Datafolha

É preciso sonhar

Jogadores, treinadores e profissionais de todas as áreas necessitam evoluir

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Na Libertadores, Athletico e Palmeiras fizeram um jogo amarrado, feio, com pouquíssimas chances de gol e com um número absurdo de bolas lançadas da defesa para o ataque, especialmente pelo time paranaense.

O Athletico não tem a qualidade individual do Palmeiras, embora tenha contratado vários bons jogadores, mas consegue, contra o Palmeiras e as principais equipes brasileiras, igualar-se na possibilidade de vitória. É uma virtude. Isso já acontece há vários anos e ficou ainda mais evidente com o pragmático Felipão. O Athletico já é um grande time e um grande clube do futebol brasileiro.

Todos os treinadores do mundo, cada um de seu jeito, querem ganhar. Todos são utilitários. Alguns, além da eficiência, preocupam-se mais com a qualidade e com a beleza do espetáculo. Esses são os especiais.

O Palmeiras deseja mais ganhar o Campeonato Brasileiro ou a Libertadores? Abel Ferreira, os atletas, a diretoria e os torcedores querem ganhar os dois títulos. Há boas condições para isso.

A goleada do Flamengo por 4 a 0 sobre o Vélez Sarsfield, que era empurrado por sua vibrante torcida em Buenos Aires, é um símbolo da atual superioridade dos times brasileiros na América do Sul. Será mais uma final brasileira na Libertadores. O atual elenco do Flamengo é ainda melhor que o de 2019, um dos motivos de Jorge Jesus ter utilizado quase sempre a mesma equipe.

Pedro tem empolgado, merece a convocação e tem chance de brilhar na seleção, mas criar a expectativa de que ele vai jogar na seleção brasileira o mesmo que joga no clube é temerário, um desconhecimento da realidade e das diferenças técnicas da seleção e dos adversários. Qual dupla é melhor: Pedro e Gabigol ou Gabigol e Bruno Henrique?

O Flamengo, que tem jogado um ótimo futebol individual e coletivo, utiliza um desenho tático dos anos 1990, com quatro armadores pelo centro, dois atacantes e nenhum jogador aberto, que ataque e defenda. Isso contraria o futebol moderno, já que todas as grandes equipes do mundo atuam com pontas ou, no esquema com três zagueiros, com alas. É mais uma demonstração de que a melhor estratégia é a bem executada, com os jogadores nas posições certas.

A pretensa sabedoria de técnicos e analistas, incluindo a mim, é, algumas vezes, desmentida. O campo fala e ensina. Isso não significa que as estatísticas e os meticulosos detalhes científicos não sejam fundamentais. O conhecimento tem vários lados, detalhes técnicos, físicos, emocionais e inesperados, que se refletem nas atuações e nos resultados.

Jogadores, treinadores e profissionais de todas as áreas necessitam evoluir. Para isso, é preciso treinar nos gramados, no aprendizado com os treinadores e nos sonhos diurnos e noturnos. É preciso sonhar.

O futebol evolui progressivamente nos detalhes. Vi, no Globo Esporte, a imagem de um treinamento de cobrança de faltas no Real Madrid. Havia vários robôs, iguais aos humanos, formando a barreira, e eles pulavam, ao mesmo tempo e no momento certo, quando a bola era jogada por cima deles. Os robôs pareciam mais efetivos que os jogadores no jogo real. Só faltou o robô deitado atrás da barreira.

O homem e a máquina estão cada dia mais íntimos, e isso não tem volta. A máquina traz também grandes benefícios. O problema é a ânsia do ser humano em incorporá-la, em identificar-se com ela. É o que ocorre quando alguém cria um personagem, apaixona-se por ele, e os dois passam a ser a mesma pessoa. Será que o novo homem também vai sonhar?

| DOM. Juca Kfouri, Tostão | **SEG. Juca Kfouri, Paulo V. Coelho** | TER. Renata Mendonça, Walter Casagrande Jr. | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | SEX. Paulo V. Coelho, Sandro Macedo | SÁB. Marina Izidro, Walter Casagrande Jr.

NOSSO ESTRANHO AMOR

Anna Virginia Balloussier
folha.com/nossoestranhoamor

A evangélica Isa ama o próximo sem intolerância religiosa

Todo mundo que entra em aplicativo de relacionamento sabe o que é ser dispensado por alguém. É dando fora que se recebe. Faz parte do jogo, Isamara Felicíssimo está ciente disso.

Mas Deus a livre de um "boy" assim. Isa tinha conhecido o rapaz no Tinder. Conversa vai, conversa vem, "em algum momento, não sei por que, falei que era evangélica". A reação foi brutal.

"Ele falou que não suportava evangélicos e desfez o match", conta a carioca de 35 anos. "Já nos encontramos na rua depois disso, em sambas e eventos pretos, e ele não falou comigo."

"Olha que coisa louca, ele é ex-crente", repara. Hoje candomblecista e adepto de relacionamentos não monogâmicos, tem vários versículos bíblicos tatuados e um curso de teologia no currículo. "Não sei o que aconteceu com ele na igreja para ter criado essa aversão a crentes."

Isa não condiciona o amor ao próximo à sua filiação religiosa. Ao contrário de muitos pares evangélicos, não tem problema algum em trocar beijos e quem sabe planos de vida com pessoas de crenças afrobrasileiras. Pelo contrário. "Não sei o que acontece, mas só me relaciono com gente de religião de matriz africana."

Ela foi criada na Primeira Igreja Batista de Manguinhos, uma comunidade do Rio. A irmã do seu pai é diaconisa de lá até hoje. "Minha irmã é do candomblé e não fala isso na família porque sabe que minha tia vai dizer que ela vai pro inferno e que só Jesus salva."

Isa escutou demais esse mesmo papo, que as fés importadas da África e mescladas com elementos brasileiros "são, basicamente, coisa do diabo". Nem doces de Cosme e Damião, tradicionalmente distribuídos por gente ligada a terreiro, podia comer quando criança.

O mesmo tipo de intolerância religiosa que levou a primeira-dama Michelle Bolsonaro a compartilhar um vídeo que associa "potestades das trevas" a um ritual do candomblé feito com Lula (PT), o arqui-inimigo do seu marido.

A demonização, veja só, costuma atingir apenas religiões de origem negra, negra como ela. Evangélicos, por exemplo, torcem o nariz para a veneração católica de santos, mas nem por isso os veem como o capeta em pessoa —tratamento dado a orixás e outras entidades de berço africano.

Isa tem um filho de dez anos que pode se empanturrar com pé de moleque e outras iguarias do Cosme e Damião. Tem também um templo novo, a Nossa Igreja Brasileira, mais progressista do que aquela onde conheceu o Evangelho.

Chegou nela depois de voltar de Angola, onde morou por seis anos. O pai do filho, um católico não praticante, nasceu lá. O casal se separou, e ela procurou uma igreja onde se sentisse menos julgada por um triplo estigma: mulher divorciada, mãe solteira e dona de um tatuadíssimo corpo preto.

O primeiro homem que namorou depois da separação era do candomblé. No começo, admite, achou "tudo muito estranho". O cara era muito ligado à mãe de santo e se consultava com ela para qualquer decisão que fosse tomar. Um filhinho da mamãe em termos espirituais, por assim dizer.

Outra vez, levou o crush para a casa da família. Isa estava no quarto, e ele, mexendo nas plantas com a sogra na sala, deixou escapar que era da umbanda. De repente, a mãe entra e lhe pergunta, olhos arregalados: "Filha, você sabia que ele é macumbeiro?".

Ela sabia e não dava bola. O novo ficante também é do candomblé. Eles se conheceram no Vaca Atolada, um samba da Lapa carioca, numa sexta-feira. Domingo já tinham marcado de se ver de novo.

"Foi engraçado porque ele falou assim: 'Domingo vou para minha gira e depois a gente se encontra, tudo bem?'. E eu respondi: 'Vou pro meu culto também'. Ele: 'É sério que você é crente?'."

Seríssimo. Acabaram se vendo numa hamburgueria perto da casa dela, no Méier, bairro da zona norte do Rio onde ninguém "bobéier", como zela um antigo gracejo local.

Ela o escuta falar com tanto encantamento sobre os rituais do candomblé que só consegue vislumbrar coisas lindas. Ficou curiosa de conhecer um terreiro. E se hoje não vê problema algum em se relacionar com homens "sem que a religião seja um problema", credita isso à amizade "de muito amor e cuidado" com tantas mulheres de religiosidade afro.

É justamente sua crença evangélica, diz, que a torna tão aberta à experiência do outro. "Olha, acho que a forma com que Jesus lidava com o diferente é o maior exemplo de como a gente deve lidar com irmãos que professam uma fé diferente. Jesus não apedrejava ninguém, não excluía. Ele acolhia. Fico muito assustada quando vejo pessoas que se dizem cristãs fazerem o oposto disso."

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Muito molhado **2.** (Gír.) Curtição **3.** Tocar (o sino) **4.** Que readquiriu energia, força **5.** Cilindro que se move em vaivém dentro do corpo de uma bomba, para fazê-la funcionar / Marco Luque, humorista **6.** Gorda / A Preta e o Gilberto músicos baianos **7.** Tubo para água, gás, esgoto etc. / (Lisa) A mais conhecida obra de Leonardo da Vinci **8.** Aproximadamente / Ladrar (o cão) **9.** Parte achatada de um remo, que mergulha na água / (Vidas) Uma obra de Graciliano Ramos **10.** Profissional que instala parabólicas **11.** Furo no nariz por onde penetra o ar nas vias respiratórias / Sigla do estado de Caxias do Sul **12.** O de quatro folhas é considerado um talismã / Clube Atlético Mineiro **13.** Modo particular de fazer e comportar-se.

VERTICAIS
1. Que constitui motivo de apreensão **2.** As iniciais do poeta Bandeira (1886-1968) / (Gír.) Tornar difícil **3.** Felicitações / Um transporte de massa **4.** Diz-se de solo como o da praia / Líquido que circula na planta e a alimenta **5.** (Anat.) Terminações nervosas de mucosa, como as da língua / O músico John (1940-1980), dos Beatles **6.** Mínimo espaço de tempo / Fofa **7.** Parte do porto onde se carrega e descarrega navios / Pingos de qualquer líquido / Cento e um, em algarismos romanos **8.** Gerir, governar, dirigir (algo próprio ou não) **9.** Na internet, gíria que significa zoar, tirar sarro / Um mal dos brônquios.

HORIZONTAIS: 1. Empapado, **2.** Barato, **3.** Repicar, **4.** Reanimado, **5.** Êmbolo, ML, **6.** Obesa, Gil, **7.** Cano, Mona, **8.** Uns, Latir, **9.** Pá, Secas, **10.** Antenista, **11.** Narina, RS, **12.** Trevo, CAM, **13.** Maneira. **VERTICAIS: 1.** Preocupante, **2.** MB, Embananar, **3.** Parabéns, Trem, **4.** Arenoso, Seiva, **5.** Papila, Lennon, **6.** Átimo, Macia, **7.** Doca, Gotas, CI, **8.** Administrar, **9.** Trollar, Asma.

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

6	9		3			7		
		7			8		5	
8			6					
		5			9		8	
3			5		1			7
	6		2			5		
					7			1
	3		8			6		
		8			6		9	5

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

6	9	4	3	1	5	7	2	8
1	2	7	4	9	8	3	5	6
8	5	3	6	7	2	1	4	9
4	1	5	7	6	9	2	8	3
3	8	2	5	4	1	9	6	7
7	6	9	2	8	3	5	1	4
5	4	6	9	2	7	8	3	1
9	3	1	8	5	4	6	7	2
2	7	8	1	3	6	4	9	5

Danilo Verpa - 1º.set.22/Folhapress

IMAGEM DA SEMANA

O psiquiatra Flávio Falcone, 42, foi detido em operação na cracolândia, no centro de São Paulo, na quinta (1º), sob alegação de perturbação da ordem. Falcone costuma se fantasiar de palhaço para atividades com dependentes químicos e moradores de rua. O psiquiatra disse que os policiais não quiseram ouvir sua versão. Após três horas na delegacia, foi liberado. A ação usou bombas e balas de borracha na rua Helvétia. Houve protestos de moradores.

FRASES DA SEMANA

O PRIMEIRO DEBATE
Jair Bolsonaro
No debate de candidatos à Presidência, no domingo (28) organizado em pool por **Folha**, Uol e TVs Bandeirantes e Cultura, o presidente insultou a jornalista Vera Magalhães e atacou a senadora e candidata do MDB, Simone Tebet, que saiu em defesa da jornalista

"Vera, não pude esperar outra coisa de você. Acho que você dorme pensando em mim, você tem alguma paixão por mim"

"A senhora é uma vergonha para o Senado. E não estou atacando mulheres, não. Não vem com essa historinha de atacar mulheres, de se vitimizar"

Soraya Thronike
A candidata do União Brasil reagiu aos insultos de Jair Bolsonaro

"Quando homens são tchutchucas com outros homens, mas vêm para cima da gente sendo tigrão. Eu fico extremamente incomodada, fico brava"

Simone Tebet
A senadora afirmou que o presidente "destila ódio" e é "uma fábrica de fake", em crítica durante o debate.

"Não vi o presidente da República pegar a moto dele e entrar em um hospital para abraçar uma mãe"

Luiz Inácio Lula da Silva
O ex-presidente e candidato do PT à Presidência bateu boca com Ciro Gomes, candidato do PDT em pergunta sobre a união da esquerda

"Mesmo assim nós ainda vamos conversar e você vai pedir desculpas, porque sabe que está dizendo inverdades a meu respeito. [...] Eu não fui para Paris [em 2018].

IMAGINA
Ciro Gomes
O ex-governador e candidato pelo PDT falou a empresários na Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) sobre propostas para a economia e cometeu deslize em relação a eleitorado que ele tem buscado, os mais pobres

"Na verdade é um comício, né [esta palestra]? Um comício para gente preparada. Você imagina eu explicar isso na favela? É um serviço pesado"

ATENTADO NA ARGENTINA
Alberto Fernández
O presidente argentino fez pronunciamento após o a tentativa de assassinato à vice-presidente Cristina Kirchner, que teve uma arma apontada para seu rosto. Ele decretou feriado nacional e convocou a militância para atos. A oposição acusou Fernández de oportunismo político

"Atentou-se contra nossa vice-presidente e nossa paz social foi alterada. Afeta nossa democracia, nossa convivência sofre as consequências dos discursos de ódio"

CHEGA
Luiza Helena Trajano
Durante evento, a presidente do conselho de administração da varejista Magazine Luiza afirmou que não aguenta mais "ser manchete"

"Pelo amor de Deus, eu não aguento mais [ser] manchete. Sou uma pessoa política, mas não partidária. Não quero entrar em política. Não me filiei a nenhum partido. Foi muito pesada a pressão [para eu me filiar]"

ADEUS?
Serena Williams
A superestrela do tênis perdeu na terceira rodada do US Open e se despediu das quadras, mas deixou aberta a possibilidade de voltar atrás na decisão

"Foi uma jornada incrível. São lágrimas de felicidade, eu acho. (...) Acho que não [reconsideraria a decisão de parar de jogar], mas nunca se sabe. Não sei"

ACERVO FOLHA

Há 100 anos 4.set.1922

Parada com Exército e tropas de SP será realizada no dia 8

A grande parada das forças do Exército e das tropas estaduais de São Paulo, uma das atrações mais importantes do programa dos festejos comemorativos do primeiro centenário da Independência do Brasil, não será realizada no dia 7 de setembro, mas, sim, no dia 8.

Durante o evento, os batalhões do Exército e a força paulista, em formação conjunta, sob a ordem de um só comandante, representarão a unidade do povo brasileiro.

Mas, como o dia da celebração da Independência é 7 de setembro, o governo estadual e o Ministério da Guerra poderiam conversar para modificar a data da parada.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

ilustríssima ilustrada

Império do golpismo

Os 200 anos do Brasil como nação independente foram marcados por constantes golpes, estados de sítio, disputas entre Poderes e projetos autoritários, tensões agora inflamadas no governo Bolsonaro *C4*

- Rei trágico, dom Pedro foi salvador em Portugal e déspota no Brasil *C6*
- Apontar racismo em ‘Moby Dick’ é ignorar caráter crítico do livro *C9*

Imagem do tríptico ‘Minha Terra’ (1922), de Helios Seelinger, representa a Proclamação da República Reprodução

MÔNICA BERGAMO | monica.bergamo@grupofolha.com.br

A cantora Duda Beat posa na varanda da Galeria Pivô, no edifício Copan, localizado no centro de São Paulo Karime Xavier/Folhapress

Duda Beat
Ser uma voz da minha geração é maravilhoso

[RESUMO] Conhecida como a 'rainha da sofrência pop', cantora se prepara para estrear como uma das atrações principais no Rock in Rio, afirma que tenta não se pressionar para viralizar no TikTok e diz querer cantar em uma eventual posse de Lula

Por **Bianka Vieira**

Duda Beat chegou de mansinho no Rock in Rio. Escalada como atração surpresa em um diminuto palco alternativo, a recifense viu dezenas de pessoas correrem em sua direção quando reverberaram as primeiras batidas de seu repertório. Era outubro de 2019. Ao final da apresentação, disse a si mesma que, quando retornasse ao festival, performaria como artista principal. Passados três anos, o desejo de Duda foi atendido —na próxima quinta (8), será sobre ela que recairão as luzes do palco Sunset.

*

"Meio clichê falar isso, mas é uma coisa para a qual você se prepara a vida toda", afirma ela sobre a experiência que se aproxima. "Foi foda. Sonho realizado mesmo", diz, relembrando o momento em que recebeu o convite, no final de 2021.

*

Às vésperas de uma das apresentações mais importantes de sua carreira até aqui, a rotina da cantora de 34 anos tem se dividido entre ensaios diários com seu balé e a burocracia da montagem de um novo apartamento em São Paulo —ela hoje vive na ponte aérea entre a capital paulista e o Rio. Com compromissos empilhados em sua agenda, ela tem pressa, mas caminha com calma sobre um salto agulha rosa cintilante pelas ruelas no entorno do edifício Copan, em SP. É lá onde recebe a coluna.

*

A cantora não dá muitas pistas sobre o que planeja para o Rio de Janeiro. Diz que o número de integrantes da banda e de dançarinos sobre o palco será maior que o habitual, e que quer todos muito atentos às cenas que serão exibidas no telão. "Não [quero] inventar tanta moda, principalmente musicalmente. Acho que é muito maravilhoso subir num palco tão importante e se sentir confortável."

*

Já na coreografia, Duda deve arriscar alguns passos além. Para a empreitada, recrutou o coreógrafo Flavio Verne, que assina trabalhos com Pabllo Vittar e Luísa Sonza. "Flavio entendeu muito o que eu queria. Entendeu o meu som, respeitou minha essência na dança."

*

Que som é esse? "Tem música que é um trap com um pagodão baiano, que é um maracatu com coco. É o que eu gosto de ouvir. E é o resumo exato de Eduarda Bittencourt. Não falo nem em Duda Beat. Duda Beat vem depois", explica. "Acho que é por isso que meu som é pop. Ele conversa com vários outros estilos. Todo mundo acaba se identificando com essa mistura toda, nem que seja uma faixa. Ser uma voz da minha geração é uma coisa maravilhosa."

*

O nome de batismo citado por ela precede em muito o artístico. A alcunha Duda Beat só tomou forma no ano de 2018, quando a então estudante de ciência política estava prestes a se formar e decidiu alterar a rota de sua vida lançando seu primeiro álbum, "Sinto Muito".

*

Antes disso, Eduarda passou sete anos matriculada no cursinho pré-vestibular tentando entrar em um curso de medicina. Não conseguiu. "Depois que passou essa loucura que eu encasquetei de que queria ser médica, fui ver um negócio de sangue. Menina, eu passei mal. Fiquei branca, me segurando nas coisas. Minha mãe [perguntou]: 'Ô, menina, como é que tu queria ser médica?'", conta, rindo. Após tantas tentativas frustradas, ela trocou as ciências biológicas pelas humanas, e o Recife, sua terra natal, pelo Rio de Janeiro.

*

A música como possibilidade de realização profissional surgiu depois de conhecer um retiro de meditação e passar dez dias em silêncio. "Eu tinha uma vontade muito grande de ser protagonista de novo da minha vida, que estava há muito tempo voltada para outras pessoas. E isso eu só descobri no silêncio. Eu me ouvi", diz.

*

Desde então, Duda se consolidou como "rainha da sofrência pop", transitando entre o pop, o brega e tantos outros ritmos. Suas letras trazem versos para todos os estados de espírito, como "Me olhei no espelho/ Estou gostosa e cansada", "Só mais uma vez não vai fazer diferença" e "Cheguei e tava tocando nosso som/ Grave bateu e doeu meu coração".

*

Não que amor, superação e desilusões sejam seus únicos temas. No single "Meu Primeiro Amor", composto por Lucas Santtana e cantada por ele em parceria com Duda, a preferência pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é explícita. "Nasci menino longe da cidade/ No semiárido lá do sertão/ Não tinha água tampouco comida/ Até que Lula veio e deu a mão", diz a canção.

*

No início deste ano, a cantora integrou o corpo de artistas que regravou o jingle "Lula Lá", originalmente usado na campanha do petista de 1989. "Isso já mostra muito do que eu penso e o meu voto, que não é secreto, nesse caso [risos]. Somos seres políticos, a gente faz política o tempo todo."

*

"E quero cantar nessa posse", diz, rindo. "Acredito muito que ele é um bom candidato para a gente no momento. E, por favor, quem está lendo esse jornal, leia os programas de governo dos candidatos", continua. "Ali diz o que o cara vai fazer nos próximos anos. Isso é importante demais antes de decidir seu voto."

*

Duda conversa com a coluna desde a sacada da galeria Pivô, no Copan, e é acompanhada por seu stylist, Leandro Porto, pela assistente Maria Antônia Valadares e por sua maquiadora, Camila de Alexandre, que também faz as vezes de melhor amiga e backing vocal.

*

Com seu salto rosa cintilante e um conjunto monocromático formado por uma saia midi com pregas, camisa e jaqueta jeans, ela está envolta, do pescoço aos pés, por peças da grife de luxo Miu Miu. A marca só não se faz presente em seu cabelo descolorido, que, preso por alguns grampos, é escovado de tempos em tempos por sua maquiadora enquanto ela dá entrevista e é fotografada.

*

A paixão da recifense pela moda se estende também à sua composição familiar: suas duas gatas, que vivem com ela e seu marido, Tomás, na casa que mantêm no Rio, se chamam Miu Miu e Chanel. "E eu estou louca para pegar a terceira", diz ela, que já tem um nome em mente. "Vivienne. Ela precisa existir", segue, citando estilista Vivienne Westwood.

*

É em casa, a propósito, onde Duda busca a calmaria em meio a uma rotina agitada. "Toda vez que vou para casa, tento puxar minha rotina de volta, ir ao mercado, essas pequenas coisas. Uma das coisas que eu mais gosto de fazer é arrumar o meu armário. Eu amo. Amo!"

"O que mais me dá prazer é estar ali com as minhas gatas, botar a música que eu gosto e arrumar o meu armário. Às vezes, eu tomo até um vinhozinho, é bom demais [risos]. Acho que nesses momentos eu consigo meditar e falar: 'Caraca, hoje esse dia é meu.'"

*

Após uma extensa turnê pela Europa neste ano, Duda já planeja seu terceiro álbum de estúdio —mas não quer falar dele. "Estou tentando aproveitar o momento que estou vivendo, ficar mais no presente. É uma coisa que eu tinha esquecido um pouco. Até a reta final de divulgar esse meu segundo disco ["Te Amo Lá Fora"], quero aproveitar o agora."

*

Respeitar o próprio tempo é uma ideia que a cantora diz tentar levar para o seu processo. Em tempos em que músicas se destacam depois de viralizar no TikTok, Duda diz sentir falta do ócio criativo, embora reconheça que a plataforma tenha revelado muitos talentos recentemente.

*

"Tento não me pressionar com essa história de TikTok, de lançamento a toda hora. Quero olhar para trás e ver que as minhas músicas envelheceram bem. Isso, para mim, é uma meta. Se virar um hit, virou. Massa. Se não virar, também está tudo bem. A gente tem que se realizar, e não entregar só por entregar."

De golpe em golpe

[RESUMO] O Brasil tinha acabado de nascer como nação independente, há 200 anos, quando dom Pedro 1º dissolveu a assembleia encarregada de elaborar nossa primeira Constituição e impôs uma Carta que lhe concedia amplo comando por meio do Poder Moderador. Desde então, a desconfiança na democracia e na capacidade de a sociedade resolver seus problemas alimenta projetos autoritários e a ideia de que instituições, como as Forças Armadas e o STF, devem atuar como árbitro das disputas políticas

Por **Ricardo Balthazar**
Na Folha desde 2010, cobre assuntos políticos e econômicos. Foi editor de Política e Mercado

Quando os deputados eleitos para escrever a primeira Constituição brasileira se reuniram na sessão preparatória de 30 de abril de 1823, a tarefa mais delicada na ordem do dia era definir o lugar que seria reservado para dom Pedro 1º na sala das reuniões e a forma como ele deveria se apresentar quando fosse até o local.

O projeto de regimento interno previa que o trono do imperador ficasse em posição elevada, acima do plenário, e deixava a cadeira do presidente da assembleia em um nível inferior. Um deputado de Minas Gerais sugeriu que os dois sentassem no mesmo plano, mas o paulista Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva bateu o pé.

"Que paridade há entre o representante hereditário da nação inteira e os representantes temporários?", indagou o parlamentar, irmão do patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva. "Como se pode sem desvario, perdoe-se-me a expressão, igualar o poder influente, e regulador dos demais Poderes políticos, a um membro de um dos Poderes regulados?"

Aprovada a distinção, passou-se à questão da coroa. A ideia era que o rei só pudesse entrar na sala descoberto. Um deputado do Rio de Janeiro criticou a proposta, mas Antônio Carlos disse que receber dom Pedro com a coroa na cabeça seria criar diferenciação injustificada entre os Poderes. Decidiu-se que um oficial carregaria coroa e cetro e os deixaria ao lado do trono até que ele saísse.

A discussão pode parecer trivial hoje, mas na época tocava no nervo dos problemas com que as elites do novo país se defrontavam. Oito meses após a declaração de Independência e o rompimento com Portugal, era preciso decidir quem governaria o Brasil, quem faria as leis, quem zelaria pela sua aplicação e que limites haveria para cada um desses atores.

O lugar do trono na Assembleia Constituinte era relevante porque, no centro dos debates, estavam o papel que seria desempenhado pelo monarca, o alcance do seu poder e suas responsabilidades. Os dilemas que provocaram esses questionamentos dois séculos atrás importam, já que fazem parte das discussões políticas do país até hoje.

Dom Pedro disse o que pensava pouco depois da Independência, na cerimônia de sua coroação. Ele anunciou que aceitaria governar submetido a regras escritas em uma Constituição, como seus pares na Europa tinham começado a fazer, mas assumiu o compromisso impondo uma condição: ela precisaria ser "digna do Brasil e de mim".

O rei repetiu a fórmula ambígua na abertura dos trabalhos da Constituinte, em maio de 1823, e explicou o que desejava: "Uma Constituição em que os três Poderes sejam bem divididos de forma, que não possam arrogar direitos que lhe não compitam, mas que sejam de tal modo organizados e harmonizados, que se lhes torne impossível, ainda pelo decurso do tempo, fazerem-se inimigos, e cada vez mais concorram de mãos dadas para a felicidade geral do Estado."

A preocupação com o equilíbrio durou pouco, porém. Insatisfeito com o rumo dos debates e o acirramento das disputas políticas no país, dom Pedro dissolveu a Constituinte seis meses após sua instalação, expulsou os irmãos Andrada do país e nomeou uma comissão para fazer o trabalho dos deputados. O texto ficou pronto em um mês e foi publicado em março de 1824, após consulta às câmaras municipais.

A nova Carta definia como chave do sistema político do país o Poder Moderador, a ser exercido exclusivamente pelo monarca, que acumularia a função com a de chefe do Executivo. Além de escolher ministros e comandantes das forças militares, o rei podia dissolver a Câmara dos Deputados e convocar novas eleições quando houvesse um impasse. Também cabia a ele nomear os senadores, vitalícios, a partir de listas tríplices com os mais votados nas províncias.

A novidade era inspirada nas ideias do pensador francês Benjamin Constant, muito influente na época. Mas era também uma deturpação delas, ao concentrar mando excessivo nas mãos do ocupante do trono, desequilibrando sua relação com o Legislativo e o Judiciário. Mesmo assim, as elites políticas a aceitaram como fato consumado.

"Ao fechar a Constituinte, dom Pedro inaugurou o golpe de Estado entre nós", afirma o historiador José Murilo de Carvalho, um dos maiores em atividade no país. "Na situação política delicada em que se achava o Brasil, cuja independência ainda não tinha sido reconhecida por Portugal, houve uma aceitação tácita da nova Constituição."

As elites no poder consideravam o fortalecimento da Coroa essencial para assegurar a integridade territorial do Brasil e preservar seus interesses econômicos. Na sua visão, a centralização era o meio de evitar o destino das tumultuadas repúblicas instaladas nos países vizinhos e livrar o Brasil dos fantasmas da anarquia e da revolução.

Os que discordassem, como os republicanos de Pernambuco que lideraram a Confederação do Equador poucos meses após a outorga da Carta de 1824, podiam contar com o pior. As tropas imperiais esmagaram a revolta, e 31 rebeldes foram condenados à morte após processos sumários, entre eles Frei Caneca.

Dom Pedro governou despoticamente. Vivia às turras com o Parlamento e trocou o ministério dez vezes em nove anos de reinado. "Se evidenciava uma contradição intrínseca entre o príncipe que se pretendia liberal e um príncipe extremamente cioso do seu poder e das prerrogativas do cargo", escreveu a historiadora Isabel Lustosa, autora de uma de suas biografias.

Houve eleições para a Câmara e o Senado no fim de 1824, mas a nova Assembleia Geral só se reuniu um ano e meio depois. Em 1831, com a oposição liberal crescendo na Câmara e conspirando para mudar o regime político, dom Pedro abdicou do trono em favor do filho e foi embora para Portugal. Ele morreu em 1834.

As elites no poder consideravam o fortalecimento da Coroa essencial para assegurar a integridade territorial do Brasil e preservar seus interesses econômicos. Os que discordassem, como os republicanos de Pernambuco que lideraram a Confederação do Equador após a Carta de 1824, podiam contar com o pior

Os regentes nomeados pela Assembleia Geral para conduzir o governo até que dom Pedro 2º completasse 18 anos pensaram em extinguir o Poder Moderador, mas a ideia não prosperou. Em 1840, quando a instabilidade nas províncias levou a Câmara a antecipar a maioridade do novo imperador, seus poderes estavam intactos.

Pedro 2º tinha 14 anos quando assumiu o trono. Diferente do pai, ele procurou exercer o Poder Moderador como uma espécie de árbitro do jogo político, promovendo a alternância entre liberais e conservadores no seu gabinete e impedindo que um partido aniquilasse o outro.

Houve 37 gabinetes durante o Segundo Reinado, que durou 49 anos. Na média, cada ministério ficou pouco mais de um ano no poder. Segundo um estudo do cientista político Sérgio Eduardo Ferraz, a interferência da Coroa só foi decisiva em 10 trocas de gabinete. Na maioria dos casos em que houve rotatividade entre os partidos, dom Pedro agiu em sintonia com a maioria na Câmara.

O arranjo parecia acomodar os interesses de todos e dava legitimidade à monarquia como sistema de governo, mas o regime era marcado por tensões e contradições. A Constituição dizia que o imperador não podia ser legalmente responsabilizado por seus atos, embora fosse também o chefe do Executivo e pudesse nomear e demitir ministros.

O sistema lembrava o parlamentarismo britânico, mas os críticos diziam que a concentração de poderes nas mãos do monarca e no seu gabinete impedia a livre competição entre os partidos, enfraquecendo o modelo representativo. Embora houvesse eleições regulares, a influência do governo era grande, e a fraude, costumeira.

Em 1872, havia 1,1 milhão de cidadãos aptos a votar no Brasil, o equivalente a 13% da população livre. As estatísticas da época não permitem saber quantos efetivamente participavam do processo eleitoral. Homens com pelo menos 25 anos e comprovação de renda podiam votar.

Mulheres e escravizados não tinham direito a voto. Uma reforma aprovada no fim do Segundo Reinado restringiu ainda mais a participação, aumentando a exigência de renda e excluindo os analfabetos. Em 1882, havia somente 143 mil cidadãos aptos a votar, de acordo com dados reunidos pelo cientista político Jairo Nicolau.

O próprio dom Pedro 2º, que tinha simpatia pelas ideias republicanas e pouco apego às pompas da Coroa, expressava suas dúvidas em cartas e diários. Perto do fim do reinado, ao instruir dois diplomatas enviados a uma conferência nos Estados Unidos, ele sugeriu que dessem atenção ao papel do Judiciário no modelo americano.

"Creio que nas funções da Corte Suprema está o segredo do bom funcionamento da Constituição norte-americana", disse, segundo as notas que um dos diplomatas deixou.

Continua na pág. C5

Dom Pedro 1º, acompanhado de Maria 2ª, sua filha, segura a primeira Constituição do Brasil
Reprodução

Continuação da pág. C4

"Entre nós as coisas não vão bem, e parece-me que se pudéssemos criar aqui tribunal igual ao norte-americano, e transferir para ele as atribuições do Poder Moderador da nossa Constituição, ficaria esta melhor."

Se o imperador tinha algum plano em mente, jamais se soube. Em novembro de 1889, quatro meses depois dessa conversa, um golpe republicano derrubou a Monarquia e mudou o regime político do país na marra. Dom Pedro foi mandado com a família para o exílio na Europa. Ele morreu dois anos depois, em Paris.

Após a Proclamação da República, o governo provisório liderado pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca decretou que o país passaria a ser organizado como República federativa, com estados autônomos no lugar das antigas províncias, e anunciou a convocação de eleições para formação de um Congresso Constituinte.

Promulgada em 1891, a nova Constituição aboliu o Poder Moderador, instituiu o presidencialismo como sistema de governo e dividiu as funções do Estado entre os três Poderes que funcionam até hoje. Caberia ao Judiciário não só aplicar as leis, mas anular as que julgasse em desacordo com a Constituição, em um processo de revisão que dava ao Supremo Tribunal Federal a última palavra.

As boas intenções republicanas, contudo, foram logo postas de lado. Primeiro presidente a assumir o cargo após a promulgação da Carta, Deodoro fechou o Congresso e usou as novas prerrogativas da função para decretar estado de sítio, suspendendo direitos e garantias constitucionais. Poucos dias após o novo golpe, renunciou e deixou a política.

Seu sucessor, o marechal Floriano Peixoto, reabriu o Parlamento, mas logo recorreu também a medidas excepcionais para conter opositores. Quando o jurista Rui Barbosa foi ao STF pedir habeas corpus para os presos, Floriano ameaçou prender os juízes, e o tribunal cedeu. Somente um dos ministros da corte votou a favor dos presos.

O recurso ao estado de sítio tornou-se habitual. Conforme um levantamento do historiador Antonio Gasparetto Júnior, os presidentes da Primeira República decretaram a medida 44 vezes entre 1891 e 1930. Nos casos que julgou, o Supremo raramente impôs limites às ações repressivas adotadas pelo Executivo na vigência dos decretos.

Como o cientista político Christian Lynch observa em um trabalho recente sobre o período, as oligarquias que davam as cartas no regime não abriam mão dos seus poderes e tampouco aceitavam que o Judiciário interferisse nos assuntos mais caros para os políticos —o estado de sítio, a possibilidade de intervenção federal nos estados e o controle do processo eleitoral.

"Embora ao Judiciário coubesse o papel de intérprete máximo da Constituição, ele ficava proibido de julgar o mérito de questões políticas, cuja característica estava no exercício, por parte dos congressistas e do presidente, de competência discricionária", escreveu Lynch em seu estudo.

Com a chegada do paulista Manoel Ferraz de Campos Salles à Presidência, coube ao presidente pacificar as disputas firmando um pacto com os governos locais. A chamada política dos governadores garantiu autonomia aos estados e apoio parlamentar ao governo federal por décadas, reduzindo o espaço para intervenção dos juízes.

Os conchavos das oligarquias não impediram a emergência de novos atores, porém. Os que fizeram mais barulho foram os militares, com rebeliões lideradas por tenentes do Exército nos anos 1920. A agitação abriu caminho para a derrubada da velha ordem e um maior envolvimento das Forças Armadas com a política.

Após a Revolução de 1930 e a tomada do poder por Getúlio Vargas, uma nova Constituinte foi convocada, e o debate sobre o sistema político ressurgiu. Houve quem defendesse a volta do Poder Moderador, agora nas mãos do presidente da República, e quem sugerisse atribuir a função ao STF. As duas propostas foram descartadas.

Promulgada em 1934, a nova Constituição ampliou direitos, instituindo o voto secreto e garantindo a participação das mulheres nas eleições, mas teve vida curta. Em 1937, Vargas revogou-a, fechou o Congresso, extinguiu os partidos políticos e outorgou outra Constituição, fundando o Estado Novo. Os militares ficaram ao seu lado, e o ditador governou como bem entendeu durante oito anos.

Nasceu nesse período a ideia de que caberia às Forças Armadas um papel de tutela do sistema político, como se as prerrogativas do Poder Moderador abolido com a Monarquia tivessem sido transferidas para os militares e lhes permitissem interferir quando os civis não se entendessem e a estabilidade do país parecesse ameaçada.

No Estado Novo nasceu a ideia de que caberia às Forças Armadas um papel de tutela do sistema político, como se as prerrogativas do Poder Moderador abolido com a Monarquia tivessem sido transferidas para os militares e lhes permitissem interferir quando os civis não se entendessem e a estabilidade do país parecesse ameaçada

Sustentada por uma nova doutrina de segurança nacional, essa concepção autoritária foi usada pelas Forças Armadas para justificar várias intervenções nas décadas seguintes —da deposição do próprio Vargas em 1945 até o golpe de 1964, que instalou os generais no centro do poder e inaugurou uma ditadura que só acabou 21 anos depois.

A ideia de que caberia aos militares exercer esse papel continuou presente nos debates políticos do país mesmo após a redemocratização. Ela ganhou fôlego com a inserção de um dispositivo ambíguo na Constituição de 1988 e, nos últimos anos, passou a ser defendida nas ruas por radicais, que encontraram em Jair Bolsonaro um porta-voz.

O artigo 142 da Carta diz que as Forças Armadas "destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem". O texto justificou a participação dos militares em várias ações na área de segurança pública, e os intervencionistas acham que também permitiria sua atuação em casos de conflito entre os Poderes.

Cinco dos atuais integrantes do Supremo Tribunal Federal se manifestaram sobre o assunto nos últimos anos, e todos consideraram equivocada essa interpretação. Para um deles, o ministro Luís Roberto Barroso, ela não passa de "terraplanismo constitucional". Ainda assim, Bolsonaro e muitos de seus seguidores insistem em bater nessa tecla.

No ano passado, o presidente fez isso mais uma vez ao discursar para oficiais em uma cerimônia no Palácio do Planalto: "Nas mãos das Forças Armadas, o Poder Moderador", disse. "Nas mãos das Forças Armadas, a certeza da garantia da nossa liberdade, da nossa democracia, e o apoio total às decisões do presidente para o bem da nação".

Para os estudiosos, a confusão é mais que resultado da evolução histórica do país. "Ela é o reflexo de uma profunda desconfiança que as elites políticas sempre tiveram na capacidade das instituições democráticas de resolver problemas e solucionar conflitos", diz Oscar Vilhena Vieira, professor de direito da Fundação Getúlio Vargas e colunista da **Folha**.

Ao reforçar o sistema de pesos e contrapesos que busca o equilíbrio entre os Poderes nos regimes democráticos, a Constituição de 1988 abriu caminho também para maior ativismo do Judiciário, fortalecendo o STF e criando novos mecanismos para o controle da constitucionalidade dos atos do Executivo e das leis aprovadas pelo Congresso.

O resultado foi uma grande concentração de poderes nas mãos dos 11 integrantes do Supremo. Eles também adquiriram instrumentos para impor decisões a juízes de instâncias inferiores e assumiram papel central nas disputas políticas ao exercer suas atribuições como foro especial para julgamento de crimes atribuídos ao presidente, a congressistas e a outras autoridades.

Para Vilhena, o fortalecimento do STF levou os ministros que o compõem a exercer uma espécie de função moderadora em vários momentos, como se viu na pandemia de Covid-19, quando a corte barrou investidas de Bolsonaro contra medidas necessárias para conter a doença e garantiu a autonomia de estados e municípios no combate ao coronavírus.

Mas o confronto com Bolsonaro, que ataca os integrantes do Supremo constantemente e até ameaçou desobedecer suas decisões no ano passado, também impôs desgaste à autoridade do tribunal. "O envolvimento dos ministros em debates públicos, em entrevistas e até em discussões com o chefe do Executivo mina sua respeitabilidade", nota José Murilo de Carvalho.

Para Emílio Peluso Neder Meyer, professor de direito constitucional da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), não há nada no texto da Constituição que atribua às Forças Armadas ou ao Supremo a função de árbitro das disputas políticas. "Nem militares nem juízes têm legitimidade para exercer um papel moderador no nosso sistema", diz.

Mudar esse entendimento dependeria de uma revisão das regras inscritas na Constituição e das atribuições de cada Poder, em busca de um desenho mais equilibrado. Como se sabe desde os tempos de dom Pedro 1º, trata-se de uma conversa complicada. O mais difícil seria convencer qualquer um dos atores envolvidos a abrir mão do seu lugar no palco. ←

Um rei trágico e contraditório

[RESUMO] Tido como herói libertador em Portugal e déspota no Brasil, dom Pedro 1º esteve mergulhado nos impasses de sua época, dividido entre as ideias liberais e o absolutismo. Por longo tempo foi retratado aqui apenas como figura autoritária, impulsiva e ignorante, sempre às voltas com aventuras amorosas, mas sua imagem vem sendo revista de forma mais nuançada, com destaque para sua formação intelectual, seu talento musical e sua compreensão do papel moderno do chefe de Estado

Por ***Lucia Maria Bastos Pereira das Neves***
Professora titular de história da Uerj e pesquisadora do CNPq. Autora de 'Corcundas e Constitucionais: a Cultura Política da Independência'

Promovidas pelos militares, as comemorações do sesquicentenário da Independência, em 1972, trouxeram de volta ao Brasil as cinzas de Pedro 1º. Revestida a imagem do herói com algo de religioso, a antiga residência real no Rio de Janeiro expôs a relíquia.

Em seguida, os despojos peregrinaram por todo o território nacional até alcançar o Museu do Ipiranga, onde ficaram depositados. O longo percurso cívico mostrou-se um sucesso de público. Faltava, porém, o coração.

Este, a pedido do próprio imperador em vida, permanecera na igreja da Lapa, no Porto, em Portugal. Nos dias que correm, às vésperas dos 200 anos da Independência, discute-se o controvertido retorno temporário desse coração. O corpo dividido aponta para as ambiguidades da figura de Pedro 1º: déspota entre nós, tornou-se, após a abdicação de 1831, o fundador do liberalismo português.

Nascido em 12 outubro de 1798, ele morreu, com quase 36 anos, em 24 de setembro de 1834, no mesmo quarto do Palácio de Queluz, em Portugal, cujos ornamentos e pinturas aludiam às aventuras de Dom Quixote, o personagem de Cervantes.

Filho segundo de dom João com Carlota Joaquina, Pedro de Alcântara (seguido de outros 15 nomes) tornou-se herdeiro do trono, em 1801, quando morreu o irmão mais velho. Em 1807, deixou Lisboa com a família real e passou a viver no Rio de Janeiro.

Educado na América, não chegou a ter uma formação adequada à condição de futuro rei. Apesar disso, lia, falava e escrevia o francês, entendia o inglês, conhecia os sermões do padre Antônio Vieira, obras de Burke e de Benjamin Constant e até apreciava autores clássicos em latim, como atesta uma relação de livros da Biblioteca Real em seus aposentos.

Continua na pág. C7

'Primeiros Sons do Hino da Independência' (1922), de Augusto Bracet, mostra dom Pedro 1º, ao piano, e o jornalista Evaristo Veiga, a seu lado, compondo o hino em 1822 'O Sequestro da Independência' (Companhia das Letras)/ Reprodução

Continuação da pág. C6

Na tradição da dinastia Bragança, era apaixonado por música, revelando considerável talento nas diversas composições que deixou, em que se destacam os hinos da Maçonaria, da Independência do Brasil e, para Portugal, o da Carta, considerado até 1911 como o Hino Nacional de lá. Não foi, portanto, o semianalfabeto que alguns imaginaram.

Espírito irrequieto e ardente, gostava de viver ao ar livre e, mais tarde, de frequentar as tavernas da cidade, disfarçado como cidadão comum. Em uma dessas incursões noturnas, conheceu Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, que se tornaria seu secretário e fiel amigo.

Em 1817, como futuro herdeiro do trono português, Pedro casou-se com Leopoldina, arquiduquesa austríaca, a fim de consolidar a aliança entre as duas monarquias. Dessa união, nasceram nove filhos, quatro dos quais não chegaram à idade adulta.

Se as aventuras amorosas não cessaram, as murmurações na Corte cresceram a partir de meados de 1822, quando conheceu Domitila de Castro, a futura marquesa de Santos. O romance passou a afetar a vida familiar e o comportamento político do monarca, embora, de seus diversos frutos, apenas Isabel Maria de Alcântara Brasileira tenha sido legitimada e elevada, como duquesa de Goiás, à mais alta dignidade da nobreza brasileira. Três anos após a morte de Leopoldina, o contrato de casamento de Pedro com dona Amélia, uma das mais belas princesas da Europa, exigiu o fim do relacionamento com Domitila em 1829.

Dom Pedro estreou na vida política em 26 de fevereiro de 1821, com a eclosão no Rio do movimento constitucionalista. Habilmente, ele evitou a pretendida implementação da Constituição espanhola e a formação de uma Junta Governativa de nomeação popular. Em abril, dom João 6º partiu para a Europa, deixando-o regente do Brasil, com amplos poderes. Contudo, faltavam recursos. O tesouro seguira para Portugal, e as províncias opunham-se ao envio da arrecadação dos impostos, pois o Rio perdera o prestígio de sediar a Corte do reino.

Na perspectiva brasileira, a historiografia depreciou dom Pedro 1º, por longo tempo considerado ignorante, sem caráter e absolutista. Embora ainda mesclasse a percepção ilustrada a concepções absolutistas do Antigo Regime, ele soube compreender o papel moderno do chefe de Estado como agente e árbitro de vontades políticas

Ao longo do segundo semestre de 1821, as notícias das discussões nas Cortes de Lisboa tornavam cada vez mais claros os objetivos do movimento liberal português. Pretendia submeter o monarca ao controle do Congresso e restabelecer a supremacia europeia sobre o restante do império.

Dom Pedro hesitou: ou conservava a sucessão ao trono, cujas atribuições julgava tolhidas pelos deputados, ou construía no Brasil um império de acordo com suas concepções políticas, em que assembleias soberanas não tinham lugar. Aproximou-se, então, da facção mais moderada e experiente da elite brasileira.

Em geral, formavam essa elite aqueles indivíduos que haviam frequentado a Universidade de Coimbra, em Portugal, exercido funções na administração e que partilhavam a ideia de um único império nas duas margens do Atlântico.

No início de 1822, com o Dia do Fico, Pedro optou por permanecer no Brasil, repudiando a exigência das Cortes para que retornasse a Portugal. Justificava a atitude rebelde ao considerar o Congresso como responsável por reduzir seu pai ao papel de mero servidor do Poder Legislativo, argumentando que defendia os direitos inerentes à Coroa portuguesa e, sobretudo, aqueles do Brasil. Com isso, deixava de ser um usurpador do poder, à maneira dos libertadores da América espanhola, e passava a reunir em si a autoridade de legítima de herdeiro da dinastia de Bragança.

A partir daí, as decisões que tomou não pretendiam conduzir a uma ruptura nem descartavam de todo a proposta de uma monarquia que mantivesse unidas as duas coroas. Mais que tudo, visavam evitar o esfacelamento do imenso território, ao assegurar um centro comum de poder no Rio de Janeiro.

Desse momento em diante, decisões tomadas de um lado e de outro do Atlântico só fizeram aprofundar o desentendimento. Por um lado, havia a insatisfação de Portugal, degradado à condição de colônia; por outro, o Brasil temia perder as vantagens que adquirira desde 1808.

Nesse sentido, o Brasil declarou inimigas todas as tropas portuguesas que desembarcassem por aqui sem consentimento, concordou em convocar uma Assembleia Constituinte, publicou manifestos que exaltavam os laços de fraternidade entre os integrantes do Império português e em que a palavra independência aparecia no sentido exclusivo de autonomia política, sem implicar rompimento total.

Entretanto, para a maioria dos principais atores, a separação, embora parcial, já estava consumada. Assim, noticiado apenas em breve comentário no jornal fluminense O Espelho, em 20 de setembro, o célebre Grito do Ipiranga, proferido no 7 de setembro, encontrou pequena repercussão entre os contemporâneos.

Por outro lado, na ótica da época, foi a grande festa cívica da aclamação de dom Pedro como imperador constitucional do Brasil, em 12 de outubro, com ampla participação da população nos festejos e reconhecimento das câmaras municipais, que estabeleceu os fundamentos do novo Império.

Sem abrir mão da possibilidade de futuro governo dual sobre o conjunto dos domínios portugueses, dom Pedro soube explorar, daí em diante, as rivalidades no interior das elites brasileiras para assegurar que o governo central no Rio definisse uma identidade para o Império, de modo a obter credibilidade tanto interna quanto externa.

Na linguagem do liberalismo, que prevalecia, isso significava o estabelecimento de uma Constituição. Todavia, os rumos dos trabalhos da Assembleia Constituinte, reunida em junho de 1823, deixaram o imperador insatisfeito, por pretenderem sobrepor a soberania da nação a seu poder pessoal.

Dom Pedro dissolveu-a pelas armas em novembro, mas, em ato característico de sua personalidade, em 25 de março de 1824 outorgou a primeira Constituição do país, que mandara redigir por um conselho de Estado e que fora referendada pela maioria das câmaras municipais. Tratava-se de uma Constituição, por conseguinte, que não emanava da representação da nação, mas vinha concedida pela "generosidade do soberano".

De um lado, portanto, seu reinado não ignorou práticas autoritárias, sempre que seus objetivos políticos se mostrassem contrariados. De outro, percebeu a importância do conhecimento, da imprensa e da nascente opinião pública.

Em função disso, soube recorrer ao escrito a favor do regime e de sua imagem: mandou divulgar proclamações oficiais, publicou curiosas intervenções como polemista nos jornais e subvencionou publicações que serviam a seu governo. Contundente, criticava os defensores da democracia e aqueles que não haviam aderido à Independência e a seu governo, os "pés-de-chumbo", propondo-se a derretê-los "a cacete". Talvez com o propósito de amedrontar os proprietários de escravos, afastando-os dos liberais mais radicais, atribui-se-lhe uma carta de 1823, em que defendeu o fim do tráfico dos africanos.

Por tais atitudes, Pedro 1º até pode ser considerado um liberal, ainda que jamais um democrata. O exercício do governo, apesar dos poderes que detinha pela Constituição, revelou-se cada vez mais difícil a partir de 1826, quando se reuniu a primeira Assembleia Legislativa, dominada pelos liberais.

Desgastado pela independência da Cisplatina, o atual Uruguai, em 1828, e privado dos conselhos de dona Leopoldina, que falecera em 1826, além de ter a atenção dividida, após a morte do pai, entre a situação no Brasil e os problemas sucessórios em Portugal, ele não soube conviver com a atividade parlamentar regular.

Sentia-se mais à vontade no espaço privado de poder, típico do Antigo Regime, formado pela Corte e ocupado por conselheiros e favoritos de origem predominantemente portuguesa. Em um ambiente cada vez mais hostil a Portugal, estimulou, assim, a desconfiança de tramar a reincorporação do Brasil à antiga metrópole. Diante das pressões, abdicou ao trono em 7 de abril de 1831, em favor do filho, o também Pedro de Alcântara, mas nascido no Brasil, o futuro Pedro 2º.

Afastado no Brasil como soberano intransigente, autoritário e, sobretudo, português, dom Pedro cruzou novamente o Atlântico a fim de resgatar a coroa da filha, usurpada por dom Miguel, seu irmão absolutista. Em 1832, partiu dos Açores para o Porto, retomando a violenta guerra civil em curso.

Com a derrota dos miguelistas em maio de 1834, Pedro restaurou a Carta Constitucional, que havia outorgado em 1826 ainda como Pedro 4º de Portugal, e, depois de abdicar da segunda coroa, assegurou o reconhecimento da filha como a rainha dona Maria 2ª. Como resultado, ao morrer, ainda em 1834, dom Pedro assumiu o lugar de salvador da pátria no imaginário português, responsável pela vitória do liberalismo em Portugal.

Na perspectiva brasileira, por longo tempo considerado ignorante, sem caráter e absolutista, a historiografia o depreciou. Pedro 2º, o filho, foi o primeiro a tentar reabilitá-lo. De fato, embora ainda mesclasse a percepção ilustrada a concepções absolutistas do Antigo Regime, por inspiração napoleônica, ele soube compreender o papel moderno do chefe de Estado como agente e árbitro de vontades políticas.

Homem de seu tempo, nem plenamente liberal nem plenamente absolutista, português e brasileiro, Pedro 1º assumiu a dimensão trágica de uma personagem byroniana nos dois lados do Atlântico. ←

Este texto integra a série Perfis da Independência, que destaca nomes relevantes, muito conhecidos ou não, do período da emancipação do Brasil em relação a Portugal. O texto sobre a imperatriz Leopoldina deu início à série em fevereiro deste ano, seguido dos artigos sobre Hipólito da Costa, o aventureiro escocês Thomas Cochrane, Bárbara Pereira de Alencar, revolucionária e primeira presa política do Brasil, e José Bonifácio, patriarca da Independência, entre outros nomes

Ah! Ah! Ah! Minha rachadinha

Mesmo na posse de dinheiro vivo, é difícil comprar imóveis com dinheiro vivo

Ricardo Araújo Pereira
Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

Quando, em 2018, Bolsonaro deu uma entrevista dizendo que, na sua declaração de bens ao Tribunal Superior Eleitoral, afirmava não ter dinheiro em casa, muitos brasileiros sentiram-se representados. Eles também não tinham dinheiro em casa. Nem em nenhum outro lado.

Dilma, por exemplo, tinha declarado possuir R$ 152 mil em espécie, mas Bolsonaro disse que era diferente: "Eu não guardo dinheiro no colchão". E disse ainda que pagava tudo por transferência bancária, até porque, acrescentou, é arriscado andar com dinheiro: "pode ser roubado".

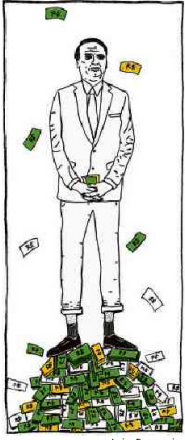
Essa frase era admiravelmente ambígua. De fato, quando se anda com muito dinheiro, ele pode ser roubado —tanto no sentido de que o podem roubar, como no sentido de que há a hipótese de suspeitarmos que a pessoa que o tem pode o ter roubado.

Quatro anos depois, uma reportagem do portal UOL revela que, desde os anos 1990, o presidente e seus familiares compraram 51 imóveis total ou parcialmente com dinheiro vivo.

Tenho de confessar que não conheço ninguém que alguma vez tenha comprado um imóvel com dinheiro vivo. O que significa, evidentemente, que também não conheço ninguém que tenha comprado 51 imóveis com dinheiro vivo. Talvez neste ponto eu deva aproveitar para me penitenciar por não ter amigos sicilianos. Mas difícil mesmo deve ser conhecer alguém que, não estando na posse de dinheiro vivo, tenha conseguido comprar imóveis com dinheiro vivo. Esse é o truque mais difícil de fazer.

A verdade é que, mesmo estando na posse de dinheiro vivo, é difícil comprar imóveis com dinheiro vivo. Comprar uma maçã com dinheiro vivo é fácil; comprar o armazém das maçãs com dinheiro vivo é mais complicado.

A primeira dificuldade é convencer o vendedor. Eu já vendi alguns imóveis na minha vida e, se o comprador tivesse querido fazer o negócio com dinheiro vivo, eu não teria aceitado. Até porque nunca transacionei imóveis na Sicília. Sou preguiçoso e o trabalho que dá contar aquelas notas todas não compensa a vantagem de vir a possuí-las.

A segunda dificuldade é de ordem logística. A quantidade de notas necessárias para comprar um imóvel é bastante volumosa. Se parte da quantia for em moedas, mais ainda. Quando vejo pessoas na rua com malas de viagem, me habituei a supor que vão a caminho do aeroporto. Se forem da família Bolsonaro, em princípio vão comprar uma casa.

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | **SEG. Bia Braune** | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregorio Duvivier | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Trajetória do grupo Sex Pistols é revisitada em nova minissérie

Pistol
Star+, 18 anos
Steve Jones não era tão conhecido quanto os seus colegas Johnny Rotten ou Sid Vicious, mas foi ele quem escreveu "Lonely Boy: Tales from a Sex Pistol", um relato privilegiado da banda punk britânica que mudou a história do rock no final da década de 1970. O livro serve de base para esta minissérie em seis episódios dirigida por Danny Boyle, de "Quem Quer Ser um Milionário?".

Amor em Verona
Netflix, 12 anos
Uma americana aluga uma vila na cidade italiana de Verona, que sempre sonhou conhecer. Chegando lá, descobre que terá de dividir o espaço com um homem desconhecido. Como se trata de uma comédia romântica, os dois acabam se apaixonando.

A Vida Segundo Ella
Apple TV+, 10 anos
Depois de superar um câncer, uma garota volta à escola com uma nova perspectiva, disposta a enxergar tudo de forma diferente e aproveitar ao máximo o que a vida oferece. Série exclusiva da plataforma.

O Retorno do Rei – Versão Estendida
HBO, 17h30, 12 anos
Aproveitando a estreia da série "Os Anéis de Poder" na Amazon Prime Video —uma das atrações mais caras do gênero, que trata do universo de J. R. R. Tolkien—, a emissora exibe a versão com quase quatro horas e meia de duração do último filme da trilogia "O Senhor dos Anéis", de Peter Jackson. Todos os três longas estão disponíveis na HBO Max, tanto em versões originais como em estendidas.

Estreias no Lifetime
O canal exibe dois telefilmes inéditos em sequência. Em "Ex-Namorado Obsessivo" (21h10, 14 anos), uma mulher prestes a se casar é importunada por seu ex. Já a protagonista de "Pesadelo de Príncipe" (22h50, 14 anos) se envolve com um príncipe britânico, sem saber que ele esconde uma vida de crimes.

Canal Livre
Band, 23h30, livre
O historiador José Murilo de Carvalho relembra os personagens marcantes e os principais acontecimentos do processo de Independência do Brasil, 200 anos atrás.

QUADRÃO

Ricardo Coimbra

NOTA DE ESCARNECIMENTO

| DOM. Jan Limpens, Luiz Gê, Ricardo Coimbra, **Angeli**, Laerte

Síndrome de Down dá novas camadas à obra de Cervantes em 'Down Quixote'

CINEMA
Down Quixote
★★★★★
Brasil, 2022. Direção: Leonardo Cortez. Com: Diogo Junqueira, Juliana Bessa e Rodrigo Bottoni. Qui. e sex., às 14h e às 19h30; sáb., às 19h30; dom., às 18h30. Centro Cultural Fiesp - av. Paulista, 1.313. Classificação não informada

Paulo Bio Toledo

"Quem tem asas não precisa de cavalos." A frase, dita no filme "Down Quixote", está ligada às desventuras de dom Quixote , mas também ao processo criativo do longa. São 23 atores com síndrome de Down que protagonizam a adaptação do clássico de Cervantes e propõem um olhar imaginativo para o cavaleiro andante da triste figura.

O trabalho transforma os sentidos da obra. A síndrome de Down deixa de ser uma característica do filme, para se tornar seu coração, a perspectiva pela qual se observa o clássico da literatura mundial.

As ênfases que os atores põem nas falas, por exemplo, são incomuns, mas não um problema. Pelo contrário, iluminam aspectos muito bonitos e divertidos das construções literárias de Cervantes.

Em vez de demonstrar o delírio de Quixote, eles se interessam mais pelo companheirismo, pela intensidade sentimental e pela imaginação livre. Eles retratam as personagens e, assim, o filme mostra como as situações é que são engraçadas, muito mais do que o desvario das figuras.

O grupo de atrizes e atores consegue, por isso, destacar o andamento ao mesmo tempo vibrante, cômico e também melancólico que percorre a obra do autor espanhol.

O modo de criação livre e colaborativo tem suas raízes no trabalho do grupo de teatro da Adid, a Associação para o Desenvolvimento Integral do Down, também dirigido há anos por Leonardo Cortez.

É um filme cheio de recursos e referências teatrais, como o sol de papelão suspenso, os animais de papel, a apresentação de fragmentos da peça "A Vida É Sonho" de Calderón de la Barca durante as andanças de Quixote e seu escudeiro — ou ainda os planos documentais do grupo da Adid trabalhando na montagem da peça.

Tal característica híbrida do filme não é apenas uma referência ou homenagem ao teatro, mas também a transposição para o cinema daquelas possibilidades democráticas, experimentais e também livres que a velha arte teatral às vezes ainda possui.

Ilustração de nova edição de 'Moby Dick' (Zahar) Divulgação

Diante de Moby Dick

[RESUMO] Livro de Herman Melville publicado em 1851 virou assunto nas redes sociais depois que o youtuber Felipe Neto se manifestou sobre passagens do romance que lhe pareceram racistas. Pesquisadora argumenta que buscar apenas a confirmação ou não dessa impressão pode levar o leitor a perder de vista o principal aspecto do livro: o perigo de se deixar levar pela obsessão, que de resto deturpa nossa compreensão da realidade da mesma forma que o preconceito

Por ***Ana Carla Marinato***
Doutora em letras pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco)

Quem nunca se sentiu obcecado por algo em algum momento da vida que atire a primeira pedra. Um amor não correspondido, um objeto de consumo, um artista, um time de futebol, uma figura política: há sempre um quê por trás das coisas e das pessoas que nos fascina e que não pode ser justificado sob um ponto de vista plenamente racional.

O famoso Capitão Ahab, personagem central do romance "Moby Dick", publicado por Herman Melville em 1851, é uma figura que ilustra nossa condição humana. O desejo de se vingar da baleia que lhe arrancou a perna é um ensaio do que acontece em nossa mente quando nosso pensamento se fixa em uma ideia: a certeza absoluta nos assalta, de modo que nos tornamos movidos antes pelo afeto do que por um olhar imparcial diante da realidade.

Ahab convence toda a tripulação do seu navio a caçar um cachalote monstruoso, e então todos se veem fadados ao mesmo destino. Diante de Moby Dick, pretos e brancos, sem distinção, precisam lidar com seus afetos —igualmente perturbadores e por vezes obsessivos.

Acontece que —e peço perdão pelo spoiler para os que não leram o romance— Ahab é tão obcecado pela baleia branca que não enxerga, ou não se importa com esse fato, que está cavando a sua própria cova. Ahab afunda nas profundezas do Pacífico e leva com ele toda a tripulação do navio. Herman Melville não nos deixa um "happy end" para confortar nossas almas tão inquietas em um mundo que insiste em girar à revelia do nosso controle.

Por outro lado, diferentemente do que acontece em peças de ficção apocalípticas, a história da baleia branca não se propõe a ser um ultimátum para o nosso terrível fado. Sim, vamos todos morrer um dia, mas essa constatação não precisa tomar ares catastróficos.

Ishmael, o narrador meio onisciente, meio parcial do romance, é o único que sobrevive à tragédia do naufrágio do navio Pequod e, com isso, nos entrega essa história tão fascinante.

Não, não somos imortais, mas aqui, agora, enquanto eu escrevo e você lê, estamos vivos, a despeito do fato de que, segundo as estatísticas, a cada segundo duas pessoas morrem no mundo.

A imagem de Ishmael, no final da história, boiando em um caixão no meio do Pacífico enquanto o navio afunda, lembra-nos justamente isso: a cada dia que vivemos, estamos também sobrevivendo.

Se "Moby Dick" possui um tema central, eu diria que é este: precisamos encontrar formas para lidar com as nossas obsessões, entendendo que o mundo não é nem um mar de rosas, nem um grande tsunami contra o qual nada podemos fazer, a não ser sentar e chorar.

O romance é um convite para sentarmos ao lado de Ishmael e vermos como ele tece os fios da história da sua vida, que ferramentas utiliza para isso, como consegue viver e sobreviver em um navio que caminha, inexoravelmente, em direção à destruição e à morte.

Nesse sentido, o Pequod se mostra como um espaço propício para que possamos enxergar a nossa própria condição humana, sem distinção de cor. Pretos, brancos, índios, selvagens: somos todos Isolatoes, "federated along one keel".

O romance, entretanto, não assume exatamente uma agenda política, como era comum na época e ainda é na ficção de hoje. A inquietação de um influenciador no século 21 —Felipe Neto se viu perturbado por passagens que lhe parecem racistas— nos lembra que críticos e biógrafos não chegaram a um consenso sobre qual teria sido a posição do escritor em relação à escravidão e ao racismo, tópicos que circulavam diariamente em jornais e periódicos literários de sua época.

O que me parece claro, entretanto, é que tentar afirmar se há ou não racismo em "Moby Dick" desvia o nosso olhar do fato de que o romance nos coloca em um processo de constante autocrítica, e isso precede qualquer mudança efetiva em um âmbito macropolítico: as verdadeiras transformações sociais são consequências de mudanças culturais, iniciadas na mentalidade de cada indivíduo.

Entretanto, antes de sermos membros de uma coletividade, somos indivíduos cujos desejos e obsessões nem sempre acompanham as regras impostas pelas instituições sociais de controle. Se ainda existe racismo nos EUA é porque ainda existem inúmeros indivíduos que resistem à autocrítica e preferem apegar-se a sua baleia branca.

Em sua base, o preconceito atua em nossa mente como qualquer ideia fixa, uma ideia que se apoia mais no afeto do que na racionalidade. A experiência de Ahab mostra o perigo de nos deixarmos levar por nossas obsessões, sem nos darmos conta de que a realidade é muito maior do que sonha a nossa vã filosofia individual.

Devemos aceitar que os consensos que se formam no domínio público não são e nunca serão reflexos de uma mentalidade individual; são antes consequência do encontro entre diversas perspectivas individuais, e isso é tanto mais válido quando vivemos sob um regime democrático.

Quando um indivíduo é responsável por tudo o que se passa em uma sociedade, podemos, por sorte, viver no paraíso de Mahatma Gandhi ou, por azar, no inferno de Adolf Hitler.

Como entusiasta do potencial da democracia a despeito de seus riscos, Herman Melville parece nos dizer, com sua obra-prima, que precisamos ser um pouco Ishmael para conter a força avassaladora do Ahab que habita dentro de todos nós. ←

Um choque de republicanismo

Passelivristas, impitimistas, lavajatistas e bolsonaristas não aguentavam mais clientelismo e corrupção

Wilson Gomes
Professor titular da UFBA (Universidade Federal da Bahia) e autor de 'Crônica de uma Tragédia Anunciada'

Em célebre discurso no Senado, em 1989, quando se preparava para assumir sua candidatura à Presidência da República, o então senador Mário Covas fez um manifesto por uma reforma do Estado brasileiro com base em duas guinadas importantes: um choque fiscal e um choque de capitalismo.

A proposta partia de um diagnóstico crítico de que o país, de um lado, gastava sem ter dinheiro, financiava o empreguismo e teria atrofiado as funções típicas de governo, enquanto, de outro, incentivava, com políticas protecionistas, uma espécie de capitalismo em que a livre iniciativa não se expõe a riscos e é viciada em dinheiro público.

Covas perdeu a eleição, mas pelo menos um dos choques propostos, o fiscal, fez história durante o turno de guarda dos tucanos, do Plano Real até 2002. Quanto ao choque de capitalismo, há controvérsia. A crer-se em Henrique Meirelles, em 2018, e em Felipe D'Avila, em 2022, o Brasil ainda se deve a tal revolução do "verdadeiro capitalismo", seja lá o que isso for.

Talvez Covas tivesse razão, mas o fato é que o Brasil balançou por 20 anos entre o choque fiscal tucano e o choque de enfrentamento da questão social petista, à vera ou a meias, conforme quem julga, mas nada disso impediu que a política, em menos de dez anos, nos empurrasse ao atoleiro em que nos achamos.

Não há vergonha em admitir que, desde 2013, o país dançou como um ébrio à beira do abismo. O gigante acordou, foi para a rua, destravou o armário das viúvas da ditadura e da direita não republicana que até então não ousavam dizer o próprio nome, fez com que os feios, sujos e malvados, recalcados por séculos de Iluminismo e pensamento liberal, saltassem às ruas e aos mandatos eleitorais e, para coroar o desatino, achou justo empossar o obscurantismo e a barbárie na Presidência da República.

Mas o que andavam buscando as multidões e hordas de 2013 e 14, os novos movimentos e startups de fúria política de 2015 e 16, os novos atores da novíssima política de 2018, saídos da nebulosa digital para os mandatos que lhes deram o antipetismo e o sentimento antipolítica? Estavam à busca de que os passelivristas, os impitimistas, os lavajatistas, os bolsonaristas?

A resposta não é simples, mas há um denominador comum em qualquer interpretação que não os julgue apenas por suas consequências desastrosas: ninguém aguentava mais o patrimonialismo, o clientelismo e a corrupção, mórbido trio de práticas e mentalidades que resiste desde sempre à transformação republicana de qualquer Estado.

O patrimonialismo é uma mentalidade, materializada em costumes, valores e desenho institucional, segundo a qual o Estado é parte do espólio de quem governa, para gozo privativo.

Depois de eleitos os mandatários, desaparece a res publica, quem governa tem cargos para nomear, às dezenas de milhares, favores a pagar, acesso privilegiado a conceder, a Fazenda para pilhar e compartilhar com os seus. O sujeito ganha a eleição não para ter o direito de governar, segundo regras e com o bafo do povo e das instituições de controle no cangote, mas para desfrutar do poder de distribuir poder.

[...]

Imaginar que Bolsonaro pudesse plausivelmente ser o campeão da nossa redenção da política corrupta é um disparate que só o volume insano do ódio ao PT explica, mas o fato é que o patrimonialismo e o clientelismo são uma desgraça do sistema político brasileiro

Há clientelismo, além disso, quando quem governa passa a usar os recursos da República para construir redes de favorecimentos em que os clientes que recebem acesso a esses bens (dinheiro, cargos, informações, contatos) contraem obrigações com o patrono que deles dispõe, numa relação perene de dependência e débito. E a corrupção... bem, todo o mundo sabe o que é corrupção.

O lavajatismo foi desfigurado pelas más intenções dos que o conduziram e virou uma resposta torta e mórbida para um problema sério e real: a corrupção, inclusive a corrupção do sistema de Justiça para fazer o justiçamento político dos adversários.

Imaginar que Bolsonaro pudesse plausivelmente ser o campeão da nossa redenção da política corrupta é um disparate que só o volume insano do ódio ao PT explica, mas o fato é que o patrimonialismo e o clientelismo —praticados à larga e gostosamente pelos Bolsonaros segundo pilhas de matérias e inquéritos— são uma desgraça do sistema político brasileiro.

Em suma, erramos de estação em estação na via-crúcis do nosso autoflagelo, fizemos loucuras que nos custaram vidas, sofrimento e a sensação tristemente disseminada de que este país é um caso perdido, mas o fizemos em busca de soluções para um problema brasileiro real.

Sim, o Brasil talvez precise de muitos choques para encontrar o rumo, mas a experiência desta última década perdida talvez esteja a sinalizar que o choque dos choques ainda não foi devidamente enunciado.

O Brasil precisa se livrar do vírus antirrepublicano que parasita o seu sistema político, o Estado e as relações privadas, sob pena de retrocesso, não importa se teremos em 2023 políticas públicas de direita ou de esquerda. O Brasil precisa com urgência de um choque de republicanismo.

| **DOM. Bernardo Carvalho**, Itamar Vieira Junior, Marilene Felinto, Wilson Gomes

D. Pedro 1º se chamava de 'Demonão', nadava pelado e chocava diplomatas

Celebrado nos 200 anos da Independência, monarca escrevia cartas eróticas para sua amante

COTIDIANO
INDEPENDÊNCIA, 200

Giuliana Miranda

LISBOA A imagem militar de dom Pedro 1º, exaustivamente explorada pelo governo brasileiro nos festejos do bicentenário da Independência, era apenas uma das muitas facetas do antigo imperador, que colecionava também excentricidades e tinha um reconhecido talento musical.

Embora fosse herdeiro do trono português, dom Pedro viveu uma vida bastante livre no Rio de Janeiro, aonde chegou com nove anos. Além de caminhadas, escaladas e outras atividades físicas, ele costumava nadar completamente nu nas praias de Botafogo e do Flamengo, sem se importar com a opinião dos moradores.

"Além de nadar pelado na praia, ele tinha uma necessidade de limpeza corporal absurda para a época dele. Os palácios podiam quase não ter móveis, mas todos tinham de ter uma casa de banho completamente equipada. Ele tomava banho depois de todos os deslocamentos", diz o historiador Paulo Rezzutti, autor da biografia "D. Pedro - A História Não Contada".

A agitada vida sexual do monarca também não era segredo na corte. Com sua amante mais famosa, Domitila de Castro Canto e Melo, a Marquesa de Santos, trocou uma extensa correspondência erótica, às vezes assinada sob a alcunha de "Demonão" ou "Fogo Foguinho".

Também autor de um livro sobre a correspondência entre o casal, Rezzutti diz que o comportamento da dupla nas trocas de mensagens é, em certa medida, comparável com o que é dito atualmente por "dois amantes no WhatsApp". "Tudo o que se fala hoje estava lá em forma de carta. Desde brigas de ciúmes até coisas fofas. Algumas coisas são bastante atemporais", detalha.

Autora de vários livros sobre a história do Brasil, incluindo "D. Pedro I - Um Herói sem Nenhum Caráter", a historiadora Isabel Lustosa destaca que a falta de sofisticação do monarca costumava chocar representantes europeus.

"No Brasil, dom Pedro era o homem do dia a dia. Ele era realmente um homem popular, que circulava pelas ruas e conversava com as pessoas. Era um tanto vulgar, suas maneiras causavam espécie em diplomatas estrangeiros. Ele estabelecia uma coisa que é muito brasileira, que é uma rápida familiaridade, e isso resvalava às vezes para comportamentos muito deselegantes", detalha.

Ainda que seus modos fossem menos refinados, dom Pedro 1º era um exímio musicista, dominando com maestria vários instrumentos. Isabel Lustosa relembra que o pai do imperador, dom João 6º, era um grande apreciador de música sacra, mantendo um coral caríssimo para se apresentar nas missas reais.

"É uma tradição que dom Pedro herdou. Dona Leopoldina, em correspondência para a família, disse que nunca tinha visto em alguém tanta facilidade para a música, para tocar qualquer instrumento", detalha.

Ilustração de Daniel Lannes sobre retrato de dom Pedro 1º no Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822 Daniel Lannes/Reprodução

Antes secundária na biografia de dom Pedro 1º, sua aptidão musical vem ganhando destaque na programação do bicentenário da Independência. Nesta sexta-feira (2), será lançado um livro completamente dedicado ao tema, "Pedro 1º - Compositor Inesperado", que tem artigos assinados por vários especialistas, incluindo Lustosa e Rezzutti. Além disso, as composições de dom Pedro farão parte de um novo álbum da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais.

Outra questão que costuma ter pouco destaque na biografia imperial é o fato de o monarca ter sido um pai zeloso para sua prole. "Ele tinha um carinho imenso pelos filhos, até pelos bastardos. Era do tipo que não saía do lado de um filho se ele estivesse doente", diz o escritor Rezzutti.

Em meio à crescente tensão política, o imperador acabou por abdicar do trono brasileiro em 1831, menos de uma década após a Independência, legando a coroa ao filho homem mais velho, então com cinco anos. "Muita gente critica a atitude dele de, ao voltar para Portugal, ter deixado para trás dom Pedro 2º e outros filhos, dizendo que ele os abandonou no Brasil. Se nós olharmos com a cabeça de um chefe de dinastia do século 19, nós vemos que ele sabia que aqueles filhos não eram dele, que eles pertenciam ao Estado brasileiro", considera.

O carinho com os filhos contrasta com as grosserias com a primeira esposa, dona Leopoldina, arquiduquesa da Áustria e membro da dinastia dos Habsburgos. As notícias do mau comportamento com a imperatriz, pertencente a uma das casas reais mais tradicionais da Europa, se espalhou pelas cortes. Por isso, após a morte de Leopoldina, os diplomatas brasileiros tiveram dificuldades em conseguir uma segunda esposa para o monarca.

Dom Pedro 1º também teve pioneirismo nas Comissões Parlamentares de Inquérito no Brasil. Já depois da Independência, em 1829, em meio à tensão social e política, foi instaurada no país a primeira CPI, onde os deputados pediram explicações aos ministros da Justiça e do Exército sobre a conduta durante uma tentativa de revolta em Pernambuco. Segundo diversos relatos, o monarca teria se empenhado diretamente na defesa dos ministros, que acabaram escapando das acusações por uma pequena margem.

Essa não seria, porém, a única CPI no caminho de dom Pedro 1º, que foi alvo de uma comissão da Assembleia brasileira quando já vivia em Portugal. Os parlamentares investigavam rumores de que ele pretendia reconquistar o Brasil após vencer as tropas absolutistas de seu irmão mais novo, dom Miguel, pelo trono luso, em 1834. A Assembleia chegou a discutir com seriedade o assunto, que só foi encerrado após a morte de dom Pedro no mesmo ano.

O primeiro imperador brasileiro, conhecido em Portugal como dom Pedro 4º, devido ao breve período em que foi rei do país, morreu de tuberculose aos 35 anos, no mesmo quarto em que nasceu, no Palácio de Queluz.

LEIA TAMBÉM